

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
SOCIAIS E DA NATUREZA**

FÁBIO SILVÉRIO DA SILVA JÚNIOR

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO POLÍTICO NA EDUCAÇÃO TÉCNICA
PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE
CIDADÃOS COM SENSO CRÍTICO E GOVERNAMENTAL**

LONDRINA

2022

FÁBIO SILVÉRIO DA SILVA JÚNIOR

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO POLÍTICO NA EDUCAÇÃO TÉCNICA
PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE
CIDADÃOS COM SENSO CRÍTICO E GOVERNAMENTAL**

**POLITICAL TEACHING STRATEGIES IN TECHNICAL PROFESSIONAL
EDUCATION: CONTRIBUTIONS TO DEVELOPMENT OF CITIZENS WITH
CRITICAL AND GOVERNMENTAL SENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza – PPGEN – na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Ensino, Ciências e Novas Tecnologias.

Linha de Pesquisa: Ensino de Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Jair de Oliveira

LONDRINA

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Londrina



FABIO SILVERIO DA SILVA JUNIOR

ESTRATÉGIAS DE ENSINO POLÍTICO NA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE CIDADÃOS COM SENSO CRÍTICO E GOVERNAMENTAL.

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Ensino De Ciências Humanas, Sociais E Da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Ensino, Ciências E Novas Tecnologias.

Data de aprovação: 04 de Fevereiro de 2022

Prof Jair De Oliveira, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof David Da Silva Pereira, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Elizete Mello Da Silva, Doutorado - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (Imesa)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 07/02/2022.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que conquistei até o presente momento, mas peço a Ele para continuar a me dar sabedoria para conquistar muito mais. Sou grato pelo dom da vida e pelo acordar, com forças, saúde e disposição, de cada dia.

À minha mãe, Rosângela Ferreira, que sempre foi o meu maior exemplo de luta e determinação nessa vida, que sempre me mostrou que os limitadores de nossos sonhos somos nós mesmos, e que tudo nesta vida vale a pena.

Às minhas irmãs, Mirelle Ferreira e Gabrielle Ferreira, e à minha sobrinha, Manuelle Ferreira, pelo apoio e carinho em todos os momentos, especialmente pela compreensão nos momentos de ausências e correrias diárias.

Ao Alecsandro Michael de Andrade, minha fonte de inspiração, por todo amor, cuidado e convívio, além de sempre ter proporcionado todo apoio, forças e tranquilidade que eu tanto necessitei para atingir mais esse sonho.

A todos os meus familiares, em especial minha tia Maria Cláudia Ferreira e prima Tatiane Ferreira Bahia, que sempre me motivaram e depositaram esperanças e incentivos de sempre correr atrás dos meus objetivos.

Ao meu orientador, Dr. Jair de Oliveira, pelo aceite em podermos trabalhar juntos, mesmo que em um momento tão delicado pelo qual estamos passando (pandemia da Covid-19), em especial, por todas as orientações e reuniões. Além da transmissão de toda sua sabedoria e ensinamentos, sempre com muita atenção, paciência e incentivo durante essa trajetória acadêmica. Obrigado, Mestre!

À professora Dra. Elizete Mello da Silva e ao professor Dr. David da Silva Pereira, pela participação na banca examinadora desta pesquisa, na qual contribuíram com sugestões, conhecimentos e informações valiosas.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em nome de cada docente, direção e administração, por proporcionar um ambiente de muito aprendizado, troca de experiências e oportunidades.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN), pelos ensinamentos e momentos de partilhas; e, em especial, ao professor Dr. David Pereira.

Aos diretores da Unidade de Ensino, Daniel Paulo Ferreira (gestão até 02/2021) e Elizabeth Correia Soares Sasso (gestão a partir de 02/2021), por todo apoio e suporte para a execução da pesquisa e do produto tecnológico educacional.

Ao presidente da Câmara Municipal, do ano de 2021, Vinícius Guilherme Simili, grande gestor e agente político, que compreendeu e abraçou junto comigo a aplicação do produto educacional.

Ao professor e amigo de profissão, Nator dos Santos Junior, por todo apoio e incentivo em participar do processo de seleção e discussões sobre o programa.

Aos meus amigos, Adriana Tavano, Ângela Doriguello, Daniela Bezson, Diógenes Correia, Edilene Fiorucci, Fabiane Regina Correia, Graciliano Santos, Rogélio Moreira e Tânia Marcheti, agradeço por todo amor, força, incentivo e apoio institucional.

Aos meus colegas e companheiros do curso de mestrado, pelas contribuições nas discussões, trabalhos e pesquisas; em especial, à Márcia Gonçalves, por todo momento de partilha e instruções.

*“Educação gera conhecimento,
conhecimento gera sabedoria, e só um
povo sábio pode mudar seu destino”.*
(Samuel Lima)

SILVA JÚNIOR, Fábio Silvério da. **Estratégias de ensino político na educação técnica profissional**: contribuições para o desenvolvimento de cidadãos com senso crítico e governamental. 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2022.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo avaliar uma proposta para melhorar o ensino político que contribua para diminuir as lacunas de aprendizagens dos discentes do 3º módulo do curso técnico em Administração e do 3º módulo de Contabilidade, de uma escola pública estadual localizada no interior do estado de São Paulo. A questão principal que direcionou a pesquisa foi propor a elaboração de um produto educacional para construir com o ensino político para os alunos dos cursos técnicos, que possibilite aos professores desenvolverem junto ao estudo inerente dos conjuntos de programas governamentais municipais e o cotidiano de seu acadêmico, cuja intenção é provocar, despertar e levar os discentes a visualizar a importância das discussões políticas em seu cotidiano. Para tanto, realizou-se pesquisas bibliográficas – sobre os temas: Administração Pública, ensino político e formação cidadã –, pautados nos estudos de Alexandre de Moraes, Anderson de Menezes, Beatriz Meneghel Chagas Camargo, Charles-Louis de Secondat Montesquieu, José Afonso da Silva, Luiz Carlos Bresser Pereira, Pedro Lenza, Ricardo Cunha Chimenti, bem como a utilização de várias normas pertencentes ao ornamento jurídico sobre educação profissional. Como ponto de partida, o presente estudo foi estruturado em quatro capítulos que abordam o estudo e a história do surgimento do curso técnico profissionalizante, em nível brasileiro até sua presença na cidade estudada; partindo para o estudo das matrizes curriculares dos cursos do eixo de gestão e negócio em análise; a análise da discussão sobre a Administração Pública e suas esferas administrativas; findando no exame da sequência didática como estratégia de ensino e aprendizagem. Os resultados do trabalho indicaram que a maioria dos alunos participantes não se interessa por assuntos relacionados ao estudo político em razão de ausências de tempo, falta de interesse pelo assunto, não acreditar nos assuntos relacionados a política; e, por fim, por não possuir conhecimento técnico para acompanhar as discussões. Dessa maneira, espera-se oferecer uma contribuição para que a escola – equipe pedagógica e docentes – reverta essa situação, por meio da utilização da sequência didática apresentada neste estudo, denominada “ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político”, a qual auxiliará na transmissão do conhecimento teórico e sua contextualização com a prática; na proximidade com os poderes que compõem o estado; na formação de munícipes ativos e participativos, bem como, profissionais mais atuantes, além de cidadãos conscientes de seu papel perante a sociedade e futuros representantes de sua população.

Palavras-chave: Ensino político; Formação cidadã; Ensino técnico profissional.

SILVA JÚNIOR, Fábio Silvério da. **Political Teaching Strategies in Technical Professional Education**: Contributions to development of citizens with critical and governmental sense. 2022. 135 f. Dissertation (Master in Teaching of Human, Social and Nature Sciences) – Federal Technological University of Paraná, Londrina, 2022.

ABSTRACT

This study aims to evaluate a proposal to improve political education that contributes to reducing the learning gaps of students in the 3rd module of technical administration and the 3rd module of accounting, in a state public school located in the interior of the state of São Paulo. The main question that guided the research was to propose the development of an educational product to build political education for students in technical courses, enabling teachers to develop together with the study inherent in the sets of municipal government programs and the daily lives of their academics, whose intention is to provoke, awaken and make students visualize the importance of political discussions in their daily lives. To this end, bibliographical research was carried out on the following topics: public administration, political education and citizen education, in the authors: Alexandre de Moraes, Anderson de Menezes, Beatriz Meneghel Chagas Camargo, Charles-Louis de Secondat Montesquieu, José Afonso da Silva, Luiz Carlos Bresser Pereira, Pedro Lenza, Ricardo Cunha Chimenti, as well as the use of several norms pertaining to the legal ornament on professional education. As a starting point, the present study was structured in 4 (four) chapters, namely: the study and history of the emergence of the professional technical course, at the Brazilian level, until its presence in the city studied, starting with the study of curricular matrices of the courses in the management and business axis under analysis, the analysis of the discussion on Public Administration and its administrative spheres, ending with the examination of the didactic sequence as a teaching and learning strategy. Of the results of the work that can be highlighted are that most of the participating students are not interested in matters related to political study due to lack of time, lack of interest in the subject, not believing in matters related to politics, and, finally, not having technical knowledge to follow the discussions. In this way, it is expected to offer a contribution so that the school and the pedagogical team and teachers revert this situation, through the use of this didactic sequence, called “ETEC in the Chamber: School of political knowledge”, which will help in the transmission of knowledge theoretical and its contextualization with practice, proximity to the powers that make up the state, training of active and participative citizens, as well as more active professionals, in addition to citizens aware of their role in society and future representatives of its population.

Keywords: Political education; Citizen formation; Professional technical education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Itinerário do Técnico em Contabilidade	32
Figura 2 - Itinerário do Técnico em Administração	33
Figura 3 - Vereador e Docente	69
Figura 4 - Alunos participantes na Câmara	69
Figura 5 - Vereador participante da SD	71
Figura 6 - Docentes do Eixo de Gestão e Negócios	71
Figura 7 - Nuvem de palavras	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos alunos	73
Gráfico 2 - Identidade de gênero dos alunos participantes	73
Gráfico 3 - Classificação do conhecimento	74
Gráfico 4 - Interesse por assuntos relacionados a política	75
Gráfico 5 - Motivos pelos quais não se interessa/participa dos assuntos relacionados a Administração pública	75
Gráfico 6 - Escolha dos representantes na eleição passada	76
Gráfico 7 - Recorda a escolha de voto para vereador	76
Gráfico 8 - Pontuação na participação nas ações governamentais	77
Gráfico 9 - Já tinham tido contato com algum vereador	78
Gráfico 10 - Avaliação da etapa do planejamento da SD	78
Gráfico 11 - Avaliação da etapa da execução desenvolvida durante a SD	79
Gráfico 12 - Avaliação do tempo de duração para realização da SD	79
Gráfico 13 - Avaliação da atividade “ETEC na Câmara: Escola do conhecimento político”	80
Gráfico 14 - Avaliação da proposta da atividade	80
Gráfico 15 - Entrosamento do vereador durante a SD	81
Gráfico 16 - Avaliação da possibilidade de aprendizagem sobre questões relacionadas a Administração Pública	81
Gráfico 17 - A SD despertou o interesse para assuntos relacionados a política	82
Gráfico 18 - Avaliação do uso dessa SD	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados do Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT)	48
Quadro 2 - Demonstrativo dos artigos selecionados	53
Quadro 3 - Artigos Selecionados	53
Quadro 4 - Tipos de pesquisa conforme a sua classificação	57
Quadro 5 - Respostas dos participantes referentes à última questão	83
Quadro 6 - Respostas do questionário enviado ao vereador participante da SD	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	- Código Brasileiro das Ocupações
CEB	- Câmara de Educação Básica
CEETPS	- Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CF	- Constituição Federal
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CNCT	- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNJ	- Conselho Nacional de Justiça
COVID	- Corona Vírus Disease
CPS	- Centro Paula Souza
CTS	- Ciência, Tecnologia e Sociedade
DASP	- Departamento Administrativo do Serviço Público
DEET	- Divisão Estadual de Ensino Técnico
DF	- Distrito Federal
EMC	- Educação Moral e Cívica
EPT	- Educação Profissional e Tecnológica
ETEC	- Escola Técnica Estadual
ETESG	- Escola Técnica Estadual de Segundo Grau
FATEC	- Faculdade de Tecnologia
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAP	- Monitoramento e Avaliação de Programas
MARE	- Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	- Ministério da Educação
MNPEF	- Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física
MPOG	- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PDRAE	- Plano Diretor da Reforma do Estado
PPGECT	- Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia
PPGEN	- Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza
PPGMAT	- Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PR	- Paraná
RIUT	- Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
SciELO	- <i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SD	- Sequência Didática
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	- Serviço Nacional do Transporte
SESC	- Serviço Social do Comércio
SESCOOP	- Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo
SESI	- Serviço Social da Indústria
SISTEC	- Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
STF	- Supremo Tribunal Federal
STJ	- Supremo Tribunal de Justiça
TIC	- Tecnologias da Informação e Comunicação
TJ	- Tribunal de Justiça
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Objetivo geral	18
1.2.2	Objetivos específicos	18
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	19
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1	CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE	23
2.1.1	Curso Técnico no Brasil	23
2.1.1.1	Cursos Técnicos no Estado de São Paulo	26
2.1.1.2	Cursos Técnicos na cidade estudada	27
2.2	MATRIZ CURRICULAR	29
2.2.1	Curso Técnico em Contabilidade	30
2.2.2	Curso Técnico em Administração	32
2.2.3	Ensino Médio com Habilitação Profissional - Técnico em Administração	35
2.3	EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL	36
2.3.1	Administração Direta	40
2.3.2	Administração Indireta	41
2.3.3	As esferas administrativas da Administração Pública	41
2.3.3.1	Poder Executivo	43
2.3.3.2	Poder Legislativo	44
2.3.3.3	Poder Judiciário	46
2.4	SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	47
2.5	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ENSINO POLÍTICO E FORMAÇÃO CIDADÃ	52
3	METODOLOGIA	56

3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	56
3.2	AÇÕES DA PESQUISA E COLETA DE DADOS	58
3.3	DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA E COLETA DE DADOS	59
3.4	PROCESSO E ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	60
4	APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	64
4.1	PROCESSO DE PRÉ-APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	64
4.1.1	Características da Instituição de Ensino participante da Pesquisa	65
4.2	PROCESSO DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	67
4.3	PÓS-APLICAÇÃO	72
4.3.1	Resultados e discussões	72
4.3.2	Perfil dos alunos do Curso Técnico	72
4.3.3	Opiniões dos alunos participantes sobre o uso da sequência didática	74
4.3.4	A opinião do vereador sobre a realização da sequência didática	85
4.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS MAIS RELEVANTES DA PESQUISA	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	100
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS	120
	ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE	126
	ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	128
	ANEXO C – MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO	131
	ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/CARTA DE ANUÊNCIA: CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS	134
	ANEXO E – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/CARTA DE ANUÊNCIA: ETEC PEDRO D’ARCÁDIA NETO	135

1 INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho teve duas motivações. A primeira, resultado da minha atuação como professor de ensino médio e técnico, de uma escola técnica profissionalizante para os alunos dos cursos do eixo de gestão e negócios, cursos técnicos em Administração e em Contabilidade; e a segunda do desempenho das funções como contador de uma Câmara Municipal. Apesar de distantes, o fruto dessas rotinas, combinado com as inquietações de aproximar essas duas partes, me motivaram a romper os “muros institucionais”, como proposta de trazer um mecanismo para o auxílio do ensino político.

Como há vários estudos no campo da gestão pública, referentes ao conjunto de atividades compreendidas na construção e na execução de políticas públicas, e a sua relação com a formação cidadã para contribuir com a inserção de egressos dos cursos técnicos profissionalizantes no mercado de trabalho e o seu amadurecimento para a vida pessoal e de sua postura cidadã, pretendeu-se, neste estudo, mostrar ao aluno a importância do aprendizado do conhecimento político, bem como da sua participação ativa nas ações e políticas públicas de seu município.

Entre os temas que envolvem a Administração pública está a inserção do ensino político, como no projeto do aluno Daniel Silva Mendes, apresentado na Câmara dos Deputados Mirim – Plenarinho, que ocorre anualmente, sempre no mês de outubro, em Brasília-DF, que propôs a obrigatoriedade do ensino político na educação básica, como também mediar um ambiente pedagógico para discussões políticas e, além disso, a essência dos trabalhos do ilustre Edgar Morin, nos quais defende que apenas com mudanças nos paradigmas do aprendizado as pessoas conseguirão enfrentar os dilemas fundamentais da humanidade. No cenário nacional, contamos com a presença da concepção de educação integral de Jaqueline Moll e do papel da escola na formação do indivíduo, segundo Maria Teresa Eglér Mantoan.

Cabe salientar que esse debate não é diferente em uma Unidade de Ensino Médio e Técnico do Interior de São Paulo, pertencente ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS), junto aos alunos do ensino profissional, no que se refere ao ensino sobre política, visto que ali também se formam jovens, para que, com consciência, votem ou se tornem nossos representantes, que

respeitem a democracia, cobrem e acompanhem as atribuições e ações dos agentes políticos.

Em consequência disso, entre tantas opções a serem adotadas para aplicação do ensino político, nos cursos técnicos do 3º módulo de Administração e 3º módulo de Contabilidade, visando contribuir para a formação de munícipes ativos e participativos, bem como profissionais mais atuantes, nota-se que o docente responsável pode utilizar como estratégia de ensino uma sequência didática para a contribuição da transmissão de conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem.

Essa proposta de ensino político possibilitará que o professor faça uso de uma estratégia educacional e ferramenta de ensino, a fim de auxiliar na contextualização e transmissão de novos conhecimentos a seus alunos, bem como despertar o interesse pela busca da informação na fonte correta, e atuar como aliado para a construção de cidadãos com senso crítico e governamental.

A participação dos discentes do 3º módulo do curso técnico em Administração e do 3º módulo de Contabilidade, de uma escola pública estadual, ainda se faz necessária para que se possa atuar como mecanismo de cobrança dos escolhidos nas urnas. A vista do exposto, também é uma maneira de formar cidadãos conscientes de seu papel perante a sociedade e futuros representantes de sua população.

Levando-se em consideração esses aspectos, o presente trabalho é voltado para temática da “Administração Pública e Formação Cidadã”, aliado ao desenvolvimento do Produto Tecnológico Educacional, classificado como sequência didática, na qual o professor planejará e executará em sala de aula com os alunos, e desenvolverá junto ao Poder Legislativo Municipal. Será necessária, ainda, a realização de uma avaliação para levantamento dos dados resultantes.

Por fim, espera-se, com o presente estudo, viabilizar aos docentes – independente da unidade de ensino e município brasileiro – uma nova estratégia e mecanismo de ensino político aos seus discentes.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A análise dos principais documentos educacionais de uma Unidade de Ensino Médio e Técnico do Interior de São Paulo, administrada pelo CEETPS – instituição gratuita e com currículo de qualidade, cujos indicadores favoráveis vêm sendo

atingidos há anos nas principais ferramentas de medição de desempenho – revela que é explícita a presença diária de discussões como forma de promover a disseminação do conhecimento, assim como se faz com a utilização de ferramentas metodológicas envolventes.

Na elaboração do produto tecnológico educacional constante deste projeto de pesquisa desenvolveu-se uma sequência didática que contribuirá com o docente para nortear as lacunas de aprendizagem e a necessidade da inserção do estudo político nos cursos técnicos do 3º módulo de Administração e 3º módulo de Contabilidade, no qual os discentes estão inseridos e sendo moldados para formação de cidadãos ativos.

Nos componentes curriculares que compõem os planos de curso citados anteriormente, é notória a presença de disciplinas técnicas e com extensa carga de conteúdo específico ao cotidiano do profissional já habilitado para o desenvolvimento e a execução das rotinas públicas, os discentes poderão apresentar ou limitar-se na evolução do aprendizado e, com isso, evidenciar algumas lacunas de aprendizagem. Nessa perspectiva, a proposta do presente estudo é a elaboração de uma sequência didática de ensino para disciplinas, cuja função de planejamento e execução tem como finalidade o desenvolvimento e a compreensão de conceitos, características e particularidades da Contabilidade aplicada aos setores públicos, em específico, ao Poder Legislativo Municipal.

A Sequência Didática (SD) é usada para definir um procedimento formado por passos ligados uns aos outros para possibilitar maior eficiência no processo de ensino-aprendizagem. Então, a ideia inicial de uma SD é a elaboração de um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004).

Nesse sentido, levanta-se a problemática do presente estudo: Como tornar a proposta do referido trabalho docente em um aprendizado, diante das constantes reclamações da falta de interesse dos alunos sobre política associada à Administração pública, como um mecanismo de formação cidadã que o torne um cidadão mais pensativo e participativo, que produza e promova resultados que alcancem os demais integrantes da comunidade escolar, bem como da sociedade na qual estamos inseridos?

Dessa forma, foi necessário priorizar as ações a serem desenvolvidas entre a unidade de ensino e o Poder Legislativo da cidade em estudo, oportunizando

discussões de cunho político entre os envolvidos, além de estabelecer a relevância do estudo e nortear aos discentes sobre a necessidade da participação ativa e postura ética e cidadã em seu cotidiano, mediante ações e cobranças das políticas públicas. Foi preciso, também, produzir e disponibilizar para acesso a todos um produto educacional, bem como desenvolver mídias educacionais, propostas de ensino, materiais textuais e interativos, além de atividades de extensão que apoiarão no ensino e na disseminação da importância do ensino e participação política.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar uma proposta para melhorar o ensino político aos discentes do 3º módulo do técnico em Administração e do 3º módulo de Contabilidade, de uma escola pública estadual.

Para tanto, decidiu-se desenvolver e aplicar um produto educativo tecnológico, para construir com o ensino político, direcionado aos alunos dos cursos técnicos, que possibilite aos professores desenvolverem junto ao estudo inerente dos conjuntos de programas governamentais municipais e o dia a dia de seu acadêmico, com a intenção de provocar, despertar e levar os discentes a visualizar a importância das discussões políticas em seu cotidiano.

1.2.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos destacam-se a demonstração da importância da participação política como meio de interação na vida política; o desenvolvimento do senso crítico quanto às ações públicas; a formação cidadã e a contextualização do conteúdo teórico visto em sala de aula com a prática do cotidiano. Assim como, disponibilizar um produto educacional e desenvolver mídias educacionais, propostas de ensinamentos, materiais textuais e interativos, bem como atividades de extensão que apoiarão no estudo e disseminação da importância do ensino e participação política.

Além disso, conta com a contextualização da teoria com a prática, na construção do produto capaz de subsidiar as condutas dos professores diante dos pré-julgamentos dos alunos do ensino político, em especial, com instruções referentes

aos aspectos legais, propiciando maior interação e entrosamento entre políticas públicas municipais e formação cidadã com os discentes na qualidade de indivíduos e cidadãos participativos.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O desenvolvimento do presente estudo justifica-se no sentido de apresentar o hábito inerente aos conhecimentos relacionados aos assuntos que envolvem o estudo da Administração pública e seu uso comum, em específico o Poder Legislativo Municipal, tendo em vista que os alunos dos cursos técnicos da área de gestão e negócios, da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Interior de São Paulo, administrada pelo CEETPS, poderão atuar como futuros agentes políticos, como secretários municipais, vereadores, prefeito e vice-prefeito, entre outros, que irão compor futuras legislaturas, bem como viabilizar e transformar o ambiente acadêmico em um celeiro de debates e discussões construtivas, despertando, assim, o interesse desses jovens pela política e pelo estudo das políticas públicas que nos rodeiam.

Verifica-se, cada vez mais, o aumento da procura, por parte dos jovens, de cursos de nível técnico profissionalizante, tendo em vista as vantagens que eles, em sua maioria, oferecem em um curto intervalo de tempo e investimento, sobretudo em uma Unidade de Ensino Médio e Técnico do Interior de São Paulo, pertencente ao CEETPS, que além de oportunizar uma formação, visa sanar as carências apresentadas pelos alunos, pais e governo. Então, a necessidade de se repensar aulas mais atrativas e cativantes, direcionadas à aplicabilidade do conhecimento profissional aos discentes que desejam inserir-se o quanto antes no mercado de trabalho.

A formação técnica e profissional, conforme prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), foca no desenvolvimento das habilidades, competências e atitudes desse público para o trabalho, em um cenário no qual existe a necessidade do entrosamento entre o ensino teórico com a sua serventia na prática, considerando-se as constantes volatilidades das atividades sociais, políticas e econômicas.

Assim, as unidades de ensino exigem que os docentes trabalhem e insiram novas metodologias ativas no desenvolvimento de seu trabalho pedagógico. Para isso, é importante que o professor insira e aplique a aproximação entre teoria e a

prática, demonstrando e a importância do desenvolvimento do senso crítico e político nos discentes da educação profissional, despertando neles a aproximação com o ambiente em que vivem e vivenciam política.

Considerando-se o estudo com os discentes da Escola Técnica Estadual (ETEC), em um município do interior do estado de São Paulo, no ano de 2021, é de suma importância e relevância promover esta formação de alunos com pensamento político e postura ética e cidadã; e, atrelado a isso, cabe reforçar a necessidade da proximidade da comunidade escolar junto aos representantes escolhidos pelos municípios para representá-los.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Os procedimentos metodológicos incluíram abordagens qualitativas da pesquisa em educação e ensino, com uma incursão no pensamento filosófico aplicado em noções básicas de política, bem como, em teorias e práticas contemporâneas da Pedagogia, para a construção da dissertação, do produto educacional e dos materiais educacionais.

Deste modo, executou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema relacionado à aplicabilidade da sequência didática como instrumento educacional no cotidiano escolar, e uma investigação descritiva e exploratória com os discentes matriculados nos módulos finais dos cursos técnicos do eixo de gestão e negócios, técnico em Administração e em Contabilidade, de uma escola técnica do interior de São Paulo, com o intuito de identificar e analisar os motivadores pelos quais eles teriam furor em desvendar, relacionados a discussões de cunho pessoal contextualizado na função parlamentar, profissional e política dos nobres edis que, de maneira democrática, foram eleitos pelos munícipes para representá-los.

Diante disso, o presente estudo foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda o estudo e a história do surgimento do curso técnico profissionalizante, em nível brasileiro até sua presença na cidade estudada. O segundo, parte para o estudo das matrizes curriculares dos cursos do eixo de gestão e negócio em análise. O terceiro capítulo traz a análise da discussão sobre a Administração Pública e suas esferas administrativas. E o quarto capítulo pauta-se no exame da sequência didática como estratégia de ensino e aprendizagem.

O desenvolvimento e a aplicação do produto educacional ocorreram com o presidente atualmente em exercício da Câmara Municipal da cidade estudada, com os alunos, a partir de 18 (dezoito) anos, do curso técnico de Administração e de Contabilidade da Escola Técnica Estadual (ETEC) de uma cidade do interior do estado de São Paulo.

Este estudo pretende contribuir com o desenvolvimento de uma proposta de produto tecnológico educacional, por intermédio da utilização da sequência didática, a ser desenvolvido por docentes que ministrarem esses componentes curriculares, ou que se depararem com a respectiva base tecnológica dentro da matriz curricular e almejem, de maneira atrativa, utilizar-se de metodologias diferenciadas para o ensino da educação política.

Por fim, ainda se encontram descritas, nas considerações finais, a pesquisa desenvolvida e as conclusões obtidas por meio deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste ponto aborda-se a importância dos estudos sobre a educação política e a formação cidadã dos alunos da educação técnica profissional, pois é importante para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, dado a sua relevância no convívio em sociedade.

Percebe-se a incansável cobrança que as Unidades de Ensino – em especial uma Unidade de Ensino Médio e Técnico do Interior de São Paulo, pertencente ao CEETPS – vêm realizando junto ao seu corpo docente para atuarem com aulas práticas e próximas dos atos do dia a dia. Contudo, são vários os desafios e obstáculos que esses professores se deparam para implementar tais recomendações, como a falta de interesse e conhecimentos básicos prévios para inserção de um conteúdo específico, em especial, o ensino político. Logo, é preciso que o educador estabeleça estratégias diversificadas de ensino e aprendizagem.

Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas referentes os temas Administração pública, ensino político e formação cidadã; especialmente nos estudos de Alexandre de Moraes, Anderson de Menezes, Beatriz Meneghel Chagas Camargo, Charles-Louis de Secondat Montesquieu, José Afonso da Silva, Luiz Carlos Bresser Pereira, Pedro Lenza, Ricardo Cunha Chimenti, bem como a utilização de várias normas pertencentes ao ornamento jurídico sobre educação profissional.

Nesse contexto, a presente fundamentação teórica foi composta em quatro tópicos. O primeiro, traz uma breve abordagem cronológica de acontecimentos sobre a história do curso técnico profissionalizante no Brasil, no estado de São Paulo e na cidade estudada. O segundo tópico aborda a contextualização da matriz curricular, e a análise dos cursos técnicos em Administração, Contabilidade e do ensino médio com habilitação profissional – técnico em Administração. O terceiro tópico estuda o conceito de Administração Pública e as suas esferas administrativas: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Por fim, o quarto tópico examina os trabalhos de revisão e estudos bibliográficos sobre Administração Pública, Ensino Político e Formação cidadã, publicados do ano de 2014 a junho de 2021 nos principais periódicos, que auxiliaram para embasar a realização das pesquisas sobre a sequência didática como estratégia de ensino e aprendizagem no ensino da Administração Pública.

2.1 CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

2.1.1 Curso Técnico no Brasil

Em forma de retrospectiva, segue os principais eventos, em seus respectivos anos, que marcaram a formação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.

A EPT tem como objetivo central a capacitação de seus discentes com conhecimentos teóricos e práticos em diversas áreas e setores produtivos, sendo instituída pelo ex-presidente¹ do estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, ex-vice de Afonso Pena, que faleceu em julho de 1909, faltando ainda 17 meses para o término de seu mandato, por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, com a criação de quatro escolas profissionais, nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. As três primeiras destinavam-se ao ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola.

Pode-se considerar que, no Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica teve seu início oficial com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo Presidente Nilo Peçanha, que havia assumido o cargo após o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909. (BRASIL, 1909).

Em 1930, com a Revolução e o início da industrialização no Brasil, fez-se necessária a profissionalização e formação de recursos humanos para atuar no processo produtivo industrial. E, outro marco da história foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual organizou a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, responsável pelo monitoramento das Escolas de Aprendizes Artífices.

A Constituição de 1937 foi a primeira, entre as constituições do Brasil, a abordar especificamente o ensino profissional, técnico e industrial, estabelecendo que

[...] as escolas pré-vocacionais e profissionais, destinadas às classes menos favorecidas, constituíam dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados. (BRASIL, 1937).

¹ Constituição Brasileira de 1824, no seu artigo 165: “Haverá em cada Província um Presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender, que assim convém ao bom serviço do Estado” (BRASIL, 1824).

Em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei nº 378, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, e transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

Em 1942, também surgiu o chamado Sistema S4, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), impulsionando o atendimento em educação profissional.

Em seguida, durante o período de 1964 a 1985, o Brasil passa por um regime autoritário, que teve início com o tão conhecido golpe militar de 1964, onde o presidente da época, João Belchior Marques Goulart, determinou a censura à imprensa, a restrição aos direitos políticos e a perseguição policial aos que oferecerem resistência ao regime adotado.

Contudo, mesmo o Brasil passando por um período delicado em sua história, os militares não abandonaram o ensino técnico, incentivando a formação de segundo grau para a obtenção de mão de obra qualificada que as empresas almejavam.

Em 1969, os Pareceres do Conselho Federal de Educação nº 853/71, que “fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhes os objetivos e a amplitude” e o Parecer nº 94/71 “Currículos e Programas de Educação Moral e Cívica”, que explicita ainda mais como deveria ser a implementação do Decreto Lei nº 869/69 – “Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades do sistema de ensino no país e dá outras providências”. Nesse conjunto de documentos identifica-se claramente a criação dos Estudos Sociais como matéria de ensino, a criação da Educação Moral e Cívica (EMC) como práticas educativas e, posteriormente, disciplina escolar, e uma grande reestruturação dos modelos curriculares e dos objetivos para os conhecimentos escolares que deveriam ser ensinados na escola básica.

Em 1990, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional do Transporte (SENAT), o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Com o advento da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), segunda

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi retirado o caráter assistencialista dado até aquela data à educação profissional, tornando-a um mecanismo de favorecimento à inclusão social e certificação profissional.

A partir daí, a expressão Educação Profissional, que constava do artigo 39 da LDB, passou para Educação Profissional e Tecnológica. Essa alteração teve por objetivo redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Com isso, os cursos técnicos de nível médio podem assumir três formatos: integrado, que inclui formação profissional e ensino médio em um único curso; concomitante, com cursos distintos ao mesmo tempo; e subsequente, que corresponde à formação profissional após conclusão do ensino médio.

Em 2008, o Ministério da Educação expediu a 1ª Edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), por meio da Portaria nº 870, de 16 de junho de 2008, com 185 cursos, sendo 21 do Eixo Militar. Ainda foram emitidas outras três versões do CNCT.

A 2ª edição no ano de 2012, conforme Resolução CNE/CEB nº 04/2012, ofertando 220 cursos, distribuídos em 13 Eixos Tecnológicos, no qual os cursos técnicos fazem parte, sendo eles: ambiente e saúde, controle e processos industriais, desenvolvimento educacional e social, gestão e negócios, informação e comunicação, infraestrutura, militar, produção alimentícia, produção cultural e design, produção industrial, recursos naturais, segurança e turismo, hospitalidade e lazer.

A 3ª edição, em meados do ano de 2014, pela Resolução CNE/CEB nº 01/2014, e, por fim, a 4ª edição no ano de 2020, por meio da Resolução CNE/CEB nº 02/2020.

Além disso, no mesmo ano, pela Lei nº 11.741, foi incluído na Seção IV – Do Ensino Médio, da Lei nº 9.394/1996, uma parte referente à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no qual, atendida a formação geral do educando, poderá, facultativamente, prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Podendo, ainda, esta habilitação profissional ser executada nas próprias unidades de ensino ou em parceria com instituições especializadas em educação profissional.

Já em 2017, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), introduziu alterações na LDBEN (Lei nº 9394/1996), incluindo o itinerário formativo

“Formação Técnica e Profissional” no ensino médio. A nova redação da LDBEN refere-se aos critérios a ser adotados pelos sistemas de ensino em relação à oferta da ênfase técnica e profissional, a qual deverá considerar “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional” (BRASIL, 2017), bem como “a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade” (BRASIL, 2017).

Em 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) deliberou sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Tecnológica por intermédio da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à LDBEN.

Em 5 de janeiro de 2021, por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de janeiro de 2021, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

2.1.1.1 Cursos Técnicos no Estado de São Paulo

O estado de São Paulo, sob a forma de retrospectiva, segue os principais eventos, em seus respectivos anos, que marcaram a formação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Em 1910, com a promulgação da Lei nº 1.214, de 24 de outubro, pelo então presidente do estado de São Paulo, o sr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, foi autorizada ao estado a construção de prédios escolares na capital e no interior, e, com isso, por meio do Decreto nº 2.118-B, de 28 de setembro de 1911, tem-se a oficialização das primeiras escolas técnicas profissionais paulistas, sendo duas escolas profissionais criadas na capital, uma masculina e outra feminina, e duas escolas de artes e artífices no interior do Estado, uma na cidade de Amparo e outra em Jacareí.

2.1.1.2 Cursos Técnicos na cidade estudada

De acordo com o MEC, para a validação de um curso técnico profissional, a instituição de ensino interessada, que ministrará o curso, deverá solicitar e atender todos os quesitos burocráticos de envio de documentação e inspeções para o registro das respectivas formações junto ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), que é um conjunto de registro, disseminação de informações e autenticação dos respectivos diplomas de cursos de nível médio da educação profissional tecnológica.

O SISTEC é regido por legislações próprias e sua criação, no ano de 2009, organizou-se por intermédio da Câmara de Educação Básica (CEB) / Conselho Nacional da Educação (CNE) nº 3/2009, em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), definido pela Resolução CNE/CEB nº 4/99. Além disso, neste sistema, as instituições de ensino inserem informações sobre os respectivos cursos que estão ofertando, bem como todo registo acadêmico, incluindo a sua matrícula, frequência, conclusão, entre outros dados.

No sítio eletrônico do referido sistema, o usuário tem acesso a algumas funcionalidades, tais como: pré-cadastro da Unidade de Ensino, consulta validade de diploma, consulta pública das unidades de ensino, consulta pública das Unidades de Ensino Federais, consulta de acordo de gratuidade, manual e site SISTEC, Monitoramento e Avaliação de Programas (MAP) e avisos.

No âmbito de consulta pública das escolas e cursos técnicos regulares dos Sistemas de Ensino cadastrados no MEC, em uma cidade do interior do estado de São Paulo, em meados do mês de maio do corrente exercício, constam 10 (dez) instituições acadêmicas cadastradas, das quais metade está sem cursos técnicos informados. Sendo elas:

Escola I

- Técnico em Açúcar e Alcool;
- Técnico em Alimentos;
- Técnico em Eletroeletrônica;
- Técnico em Enfermagem;
- Técnico em Radiologia;
- Técnico em Segurança do Trabalho.

Escola II

- Sem Curso Técnico Informado.

Escola III

- Técnico em Eletrônica;
- Técnico em Eletrotécnica;
- Técnico em Enfermagem;
- Técnico em Órteses e Próteses;
- Técnico em Prótese Dentária;
- Técnico em Segurança do Trabalho.

Escola IV

- Técnico em Citopatologia;
- Técnico em Enfermagem;
- Técnico em Hemoterapia;
- Técnico em Saúde Bucal;
- Técnico em Vigilância em Saúde.

Escola V

- Técnico em Administração;
- Técnico em Contabilidade;
- Técnico em Enfermagem;
- Técnico em Finanças;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Mecânica.

Escola VI

- Sem Curso Técnico Informado.

Escola VII

- Sem Curso Técnico Informado.

Escola VIII

- Sem Curso Técnico Informado.

Escola IX

- Sem Curso Técnico Informado.

Escola X

- Técnico em Alimentos;
- Técnico em Edificações;
- Técnico em Estética;
- Técnico em Farmácia;
- Técnico em Podologia;
- Técnico em Segurança do Trabalho.

Nota-se que, entre as opções de cursos devidamente validados na plataforma, apenas a Unidade de Ensino Escola Técnica Estadual (ETEC) – Escola V – oferece formação profissional no eixo de gestão e negócios, oportunizando profissionalizações na área administrativa, contábil e financeira; demonstrando, ainda, a importância da formação cidadã e do ensino político, a fim de aceitar a prática do espírito de um cidadão crítico e pensante.

2.2 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular é um documento auxiliar da gestão das Unidades de Ensino que visa organizar e sistematizar a construção da grade curricular com seus respectivos componentes curriculares. Além disso, ela é parte do Regimento Interno e do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.

Sua fundamentação e disposição está embasada nos artigos 26, 27, 35 e 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, e Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Nesses respectivos documentos também é praxe encontrar a carga horária em horas-aula das atividades teóricas, bem como as práticas que serão desenvolvidas em laboratórios específicos e oficinas da Unidade Escolar. Além disso, é comum trazer a descrição de atividades extracursos, porém vinculadas a boa prática e execução do curso, tais como visitas técnicas e estágios extras em empresas/instituições parceiras.

De acordo com o Grupo de Formulação e Análises Curriculares do Centro Paula Souza, matriz curricular é:

Documento legal em forma de quadro representativo da disposição dos componentes curriculares (incluindo trabalhos de conclusão de curso e estágio) e respectivas cargas horárias (teóricas e práticas) de uma habilitação profissional técnica de nível médio, na estrutura de módulos ou séries, com terminalidade definida temporalmente (que pode ou não coincidir com a ordenação do semestre ou do ano letivo) e de acordo com a possibilidade de certificação intermediária (para qualificações profissionais técnicas de nível médio) e de certificação final (para habilitações profissionais técnicas de nível médio). (CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, 2018, p. 27).

Como se não bastasse, nesse registro encontram-se, também, as relações entre competências, habilidades e bases tecnológicas que serão estudadas no decorrer do semestre letivo, tendo em vista que são essenciais e se relacionam entre si.

O artigo 6º da Resolução CNE/CEB nº 4/99 (BRASIL, 1999), traz a seguinte definição para competência:

As competências requeridas pela educação profissional, consideradas a natureza do trabalho, são:

- I - competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio;
- II - competências profissionais gerais, comuns aos técnicos de cada área;
- III - competências profissionais específicas de cada qualificação ou habilitação.

2.2.1 Curso Técnico em Contabilidade

O curso técnico em Contabilidade está catalogado junto ao Ministério da Economia sob o Código Brasileiro das Ocupações (CBO) nº 3511-05, cujas atividades-eixo contemplam a realização de atividades referentes ao exercício contábil em organizações públicas e privadas, procedendo a Administração do departamento pessoal, dos custos, relatórios gerenciais, patrimoniais, financeiros e tributários.

Entretanto, com a sanção da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que alterou e deu nova redação para alguns artigos do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, e criou o Conselho Federal de Contabilidade, define que nas atribuições do Contador e do Guarda-livros ficaram apenas permitidos o registro, para que tenham o seu direito ao exercício da profissão, dos profissionais técnicos que estivessem registrados nos Conselhos Regionais até 1º de junho de 2015.

Contudo, mesmo diante dessa vedação de registro, ainda é possível encontrar instituições de ensino que ofertam a referida profissionalização técnica junto ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos emitidos pelo MEC, tendo em vista que se trata de uma ciência social que está inserida na evolução de desenvolvimento da economia do país, ainda mais hoje, com todo o avanço tecnológico em que são criadas novas técnicas de mensuração dos atos e fatos contábeis e empresariais.

O profissional técnico em Contabilidade necessita ter muita flexibilidade e espírito empreendedor, além de ter a consciência da necessidade do contínuo aprimoramento educacional e profissional e da realização de cursos extracurriculares, tendo em vista que se trata de uma profissão pluralista e generalista, em que este especialista deve possuir diversos conhecimentos sobre as áreas afins.

Diante do exposto, a profissão contábil é dinâmica e contínua, sendo necessária a harmônica previsão e o entendimento das legislações pertinentes, que cuidam dos dados e informações úteis para os envolvidos no planejamento estratégico empresarial tomarem decisões levando em consideração também os fatores do ambiente interno e externo.

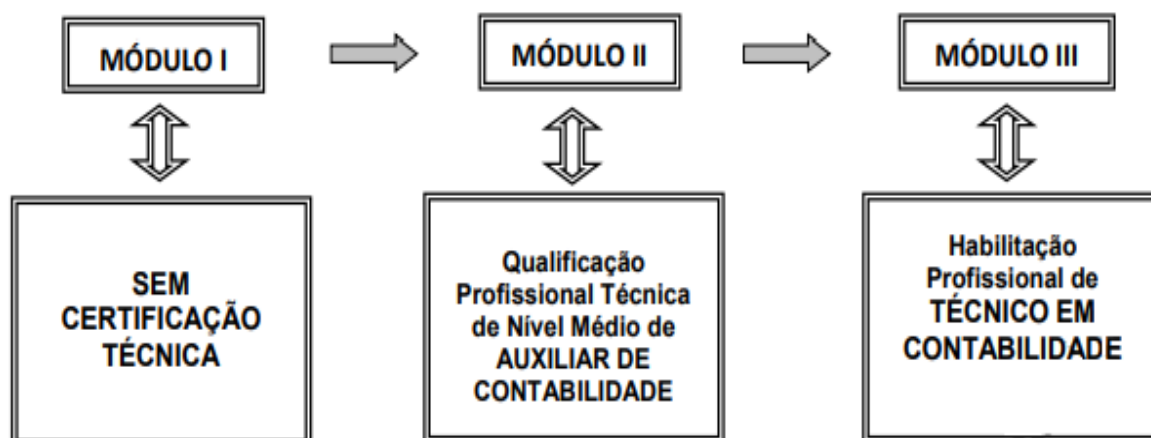
Durante sua trajetória acadêmica, na qual o curso está estruturado em módulos semestrais, o discente se relacionará com disciplinas de temas transversais para o desenvolvimento profissional e práticas contábeis, bem como dos fundamentos organizacionais, que são elas: Aplicativos Informatizados, Ética e Cidadania Organizacional, Gestão dos Documentos Contábeis, Direito Comercial e Empresarial, Contabilidade Introdutória, Operações Financeiras, Economia e Mercado Financeiro e Legislação Social e Trabalhista, e não receberá certificação técnica para tal.

Ao término de seu primeiro ano acadêmico, além do discente estar habilitado para “auxiliar de Contabilidade”, ele terá concluído os seguintes componentes curriculares: Contabilidade gerencial, Contabilidade de custos, Contabilidade intermediária, sistemas de informações contábeis, planejamento tributário empresarial, processos estatísticos e de pesquisa, inglês instrumental e planejamento do trabalho de conclusão de curso em Contabilidade.

Para adquirir a titulação de Técnico em Contabilidade, o estudante, nos 6 meses subsequentes, trabalhará com disciplinas pertencentes a elaboração e interpretação de demonstrações contábeis, tais como: Contabilidade Gerencial e Estratégica, Tópicos Especiais de Contabilidade, Contabilidade Tributária e Fiscal, Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras, Contabilidade do Agronegócio,

Contabilidade Pública e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Contabilidade.

Figura 1 - Itinerário do Técnico em Contabilidade



Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (2013).

O discente que cursará a referida formação manifestará um perfil profissional pautado no desempenho das atividades relativas à Contabilidade e Administração e organização empresarial, além da necessidade do senso de organização, controle e registro dos documentos, patrimônio, arquivos, atos e fatos contábeis.

Ele pode, após concluir o Curso, atuar em organizações públicas ou privadas, operacionalizando as ferramentas e os instrumentos de custos, tributos, financeiros, controle interno, externo e gerencial e da publicidade dos registros contábeis para os usuários das informações contábeis que, por sua vez, deverão ser tempestivas, confiáveis, compreensíveis e comparáveis.

2.2.2 Curso Técnico em Administração

O curso Técnico em Administração está devidamente cadastrado no até então Ministério do Trabalho, que foi reestruturado pelo chefe do Poder Executivo Federal em 2016 e extinto em 1º de janeiro de 2019, tornando-se uma secretaria especial do Ministério da Economia, sob o CBO nº 3513-05, com carga horária mínima de 1.200 horas. Esse curso tem como descrição o controle das rotinas administrativas, recursos humanos e materiais, desempenhando suas atribuições laborais na área de compras e no assessoramento da área de vendas, fiscais e financeiras.

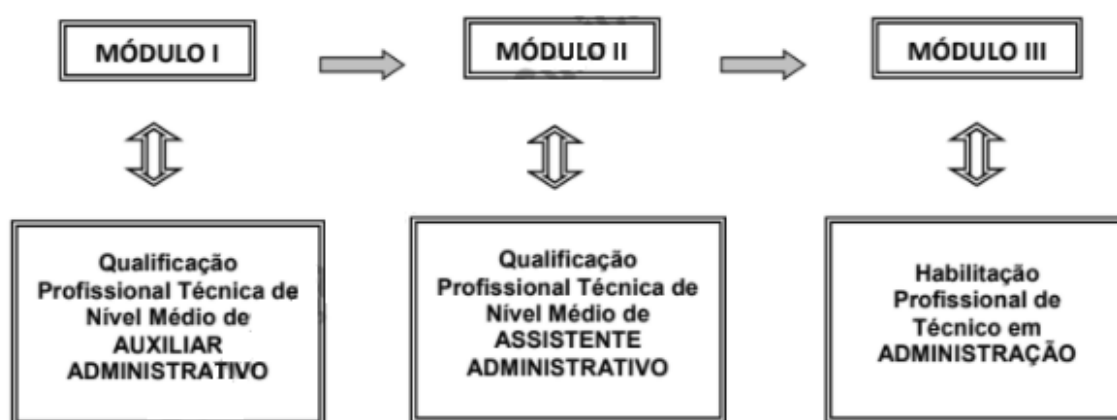
Além disso, é o profissional que participa das mais variadas formas de gestão, acompanhando a eficiência, eficácia e produtividade, trabalhando em equipe e propondo inovações, por meio de um espírito empreendedor, pautado em postura ética.

Este especialista poderá atuar em organizações públicas e privadas, dedicando suas competências pessoais em sua manifestação da autonomia intelectual, na ética profissional, na capacidade de análise para tomada de decisões, bem como na habilidade de gerenciar novas situações nos fatores que o cercam.

Dentro das áreas de atividades, esse profissional deverá utilizar as tecnologias de informação no progresso de gestão, cumprir as atividades financeiras, entender o processo da logística, agindo na Administração de produtos e serviços, além da execução do cotidiano dentro da gestão pública.

O curso costuma estruturar-se em módulos articulados, seguindo aos atendimentos como determinam as legislações e, conforme os discentes vão atingindo rendimentos satisfatórios frente ao desenvolvimento de suas competências e habilidades, eles vão recebendo certificação profissional de nível técnico identificada no mercado de trabalho, até alcançar o título de Técnico em Administração.

Figura 2 - Itinerário do Técnico em Administração



Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (2019).

Ao término do primeiro módulo, o aluno receberá a certificação de “Auxiliar Administrativo”, e terá acesso a disciplinas com o desenvolvimento de temas transversais profissionais da área administrativa, concepção de processos gerenciais e projetos, além de planejamento financeiro, percorrendo por componentes como: aplicativos informatizados, cálculos financeiros e estatísticos, estudo de economia de mercado, estudos e desenvolvimento de ações de marketing, ética e cidadania

organizacional, linguagem, trabalho e tecnologia, planejamento empresarial, planejamento e organização de rotinas administrativas e planejamento e organização de rotinas de departamento pessoal.

Ao findar o segundo módulo, o discente receberá a certificação de “Assistente Administrativo”, e os componentes que terá finalizado serão: Administração de recursos humanos, custos, processos e operações contábeis, desenvolvimento de modelos de negócios, legislação empresarial, planejamento de marketing institucional, planejamento do trabalho de conclusão de curso em Administração e planejamento dos processos comerciais.

Após a conclusão do terceiro módulo com aproveitamento e frequência, além de receber titulação de “Técnico em Administração” e ter realizado disciplinas que também envolvem o desenvolvimento de processos e procedimentos operacionais e contábeis, o estudante terá concluído os seguintes componentes curriculares: Administração da Produção e Serviços, Administração Financeira e Orçamentária, Estudos da Administração Pública, Estudos do Comércio Internacional, Inglês Instrumental, Processos Logísticos Empresariais, Tecnologia da Informação aplicada à Administração e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Administração.

Incluso ao perfil profissional da qualificação, o discente fortalecerá algumas atribuições e responsabilidades, tais como: desempenhar atividades e rotinas do departamento pessoal e financeiro, elaboração de estratégias e planos de marketing, modelos de negócios, compras e almoxarifado, controles gerenciais, entre outras.

Entre os ramos em que esse profissional poderá atuar destacam-se: setores administrativos, comerciais, financeiro, controladoria interna, marketing, departamento pessoal. Podendo, ainda, atuar em órgãos públicos, onde, entre todas as competências pessoais anteriormente citadas, o discente deverá desenvolver os princípios da Gestão Pública.

No âmbito da Administração Pública, o aluno desenvolverá sua capacidade de compreender e interpretar conceitos e fatores que influenciaram a construção dos pilares da Administração brasileira. E, quando o docente alcançar o conteúdo referente à estrutura da Gestão Governamental, para que suas aulas sejam atrativas e extrapolem os limites dos conteúdos teóricos trabalhados em sala de aula, o docente poderá aplicar o produto educacional proposto neste estudo.

2.2.3 Ensino Médio com Habilitação Profissional - Técnico em Administração

O Ensino Médio com ênfase nas habilitações técnicas e profissionais foi instituído por meio da Medida Provisória nº 746/16, enviada ao Congresso Nacional e transformada na Lei nº 13.415/17 que altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, por sua vez, é um conjunto de orientações que norteia os currículos da Educação Básica, as redes educacionais de ensino público e privado tinham como objetivo, no primeiro semestre letivo subsequente, o estabelecimento de um cronograma de implantação das principais alterações do referido regulamento.

Uma das principais alterações foi o aumento progressivo da carga horária anual, na qual nos primeiros 5 (cinco) anos passará de no mínimo de 800 (oitocentas) horas para 1.000 (mil) horas, ou seja, uma oferta diária de 5 (cinco) horas e, gradativamente, alcançará as 1.400 (um mil e quatrocentas) horas anuais, ou melhor, 7 (sete) horas diárias, atingindo, assim, a proposta do ensino integral.

Além disso, a grade curricular também passou por uma alteração, tornando-se mais flexível e possibilitando ao aluno escolher a área de conhecimento que deseja aprofundar seus conhecimentos. Ficando ainda estabelecido que 60% do currículo será composto por disciplinas da BNCC, e os demais ficam a cargo do itinerário formativo escolhido nas áreas de: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Formação Técnica e Profissional.

Durante os três anos do Ensino Médio, as disciplinas obrigatórias a serem cursadas serão: matemática, língua portuguesa e língua inglesa, podendo, ainda, ofertar outras línguas estrangeiras, entre elas, a Língua Espanhola, que é a segunda

na lista de recomendação do MEC. Como disciplinas curriculares ou temas transversais serão contempladas: Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física.

Para lecionar em disciplinas da BNCC, ainda continuam válidas as exigências mínimas contidas nas especificações das formações específicas de cada área, acrescida apenas a necessidade da inserção de profissionais com notório saber conhecido para atuar junto aos itinerários formativos e na formação técnica e profissional.

Por sua vez, a formação técnica e profissional acontecerá concomitante à carga horária regular, como é o caso em análise do ensino médio com habilitação profissional – Técnico em Administração, de uma escola técnica estadual do município do interior do estado de São Paulo, no qual os alunos cursarão em seu primeiro ano 880 (oitocentos e oitenta) horas de componentes da BNCC e 320 (trezentos e vinte) horas da formação técnica profissional. Já no segundo ano, as disciplinas da base reduzem para 840 (oitocentos e quarenta) horas e as técnicas aumentam para 360 (trezentos e sessenta) horas. Por fim, no último ano, esse currículo estará estruturado da seguinte forma: 360 (trezentos e sessenta) horas para as disciplinas da BNCC, e, 760 (setecentas e sessenta) horas para a formação técnica e profissional.

2.3 EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A expressão “Administração Pública” é utilizada com diversos significados, podendo se referir tanto a atividades administrativas exercidas pelos órgãos governamentais, quanto a agentes, órgãos e pessoas jurídicas que executam serviços públicos.

A Administração pública se refere ao aparelho estatal, ou seja, ao conjunto formado por um governo e seus agentes administrativos, regulado por um ordenamento jurídico (BRESSER PEREIRA, 1995), que consiste no conjunto das normas, leis e funções existentes para organizar a Administração do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

A Administração Pública Brasileira só teve início com a independência do Brasil de Portugal, em 7 de setembro de 1822, quando foi possível o surgimento como país e Estado Nacional, composto por instituições e regido por normas regulatórias

próprias; no entanto; continuou conduzido por uma monarquia, com estruturas socioeconômicas agrárias e raízes escravistas.

Segundo Bresser Pereira (1996), no Brasil, existiram três principais marcos das reformas administrativas no decorrer de sua história, sendo o primeiro no ano de 1938, período histórico brasileiro em que o governo estava sob o controle de Getúlio Vargas, responsável pela Primeira Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, a Reforma Burocrática. O segundo marco aconteceu no ano de 1967, quando fora promulgado pelo ex-presidente do Brasil, Humberto Castelo Branco, o Decreto-lei nº 200, que instituiu a criação da Administração indireta. Por fim, o último grande marco, nos anos de 1990, constituído pelo ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (mandato de 1995 a 2002), passou a ser adotada a Administração pública com um enfoque gerencial.

No primeiro marco, conhecido também como Era Vargas, deu-se a implementação do modelo burocrático, superando o patrimonialista. Conforme Bresser Pereira (1996), a Administração pública burocrática foi adotada para substituir a Administração patrimonialista, a qual definiu as monarquias absolutas, que confundiam o patrimônio público e o privado, sem descartar o nepotismo e o empreguismo como práticas frequentes dentro da normalidade.

Segundo Weber (2004), a burocracia podia ser definida como um aparato técnico-administrativo, formado por profissionais especializados, selecionados segundo critérios racionais e que se encarregavam de diversas tarefas importantes dentro do sistema. O referido autor aponta, ainda, que a burocracia, existiu em todas as formas de Estado, desde o antigo até o moderno; e acrescenta que o sistema burocrático surge para combater a corrupção e o nepotismo gerados pelo modelo citado anteriormente, momento em que o liberalismo supera o absolutismo.

O modelo burocrático se caracteriza pela existência da distinção entre bens públicos e privados, impessoalidade, legalidade, publicidade, racionalismo como método e o foco nas tarefas.

Destacam-se três grandes acontecimentos dentro desse primeiro período histórico da Era Vargas: em 1936, com a designação da Comissão Administrativa do Serviço Público, dando origem ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); em 1937, na Constituição Federal, apelidada de polaca por prever a constitucionalidade do DASP; e, por fim, em 1938, com a promulgação do Decreto-Lei nº 579/38, que de fato determinou a criação do DASP, que é um órgão de

centralização e de controle absoluto da gestão de materiais, contratações, orçamentos e procedimentos administrativos.

O segundo marco da reforma administrativa brasileira, como mencionado anteriormente, organizou-se pela promulgação do Decreto-Lei nº 200, que dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, com a expectativa de superar a austeridade dos processos com a descentralização do poder administrativo.

No Congresso Nacional do Brasil, no ano de 1988, fruto de movimentos sociais e discussões democráticas, deu-se a aprovação da Constituição Federal (CF), considerada como lei fundamental e suprema em todo território brasileiro, e que norteia e serve de parâmetro às demais normativas jurídicas do ornamento jurídico brasileiro. Além disso, estabeleceu o estado laico e reconheceu o cidadão como possuidor de poder político e controlado dos serviços públicos, tendo em vista que nesse marco foi estabelecido o direito ao voto e o voto facultativo aos jovens de 16 a 18 anos de idade.

Além disso, a CF trouxe, em seu artigo 37, os princípios categóricos que conduzem e estabelecem padrões em que a “Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988), oferecendo suporte ao gestor público.

O último marco ocorreu nos anos de 1990, década em que passaram a ser implementados princípios para a Administração pública, com um enfoque gerencial, fundamentada na gestão norte-americana, cuja finalidade consistia em resolver os impedimentos determinados pela burocracia, dando preferência à melhor utilização dos recursos (humanos, materiais e tecnológicos) de maneira eficiente e eficaz, gerando um aumento na qualidade do serviço governamental e a diminuição dos custos.

Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), chamado nos dias atuais de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), planejou os principais elementos do Novo Estado Brasileiro, levando a adequação da Administração pública nacional aos critérios da Administração gerencial do novo mundo.

O Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE) foi considerado um grande fato na história e marcou o Estado Brasileiro. Foi proposto com base no desenvolvimento do gerencialismo no setor público e melhoria da produtividade com o foco no cidadão/cliente, em que “Ver o cidadão como um cliente significa apenas dar-lhe a devida atenção, dedicar-lhe o respeito que ele não tem nas práticas da Administração pública burocrática, autorreferida, voltada para seu próprio poder” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 122).

Para Bresser-Pereira, quatro deveriam ser os vetores das mudanças de um Estado burocrático para um Estado gerencial, são elas: a delimitação das funções do Estado; a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário, por meio de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado; o aumento da governança do Estado; e o aumento da governabilidade.

Em seguida, estabeleceu-se as principais características do padrão gerencial de Administração: o cidadão usuário ou cidadão-cliente; o controle dos resultados, o fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia estatal; a separação entre as secretarias formuladoras de políticas públicas, de caráter centralizado, e as unidades descentralizadas, executoras dessas políticas; a distinção entre dois tipos de unidades descentralizadas; o controle social direto; o contrato de formação de quase-mercados; e a Terceirização (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 42 *apud* SOUZA; PRADO, 2017).

Chaves e Silva (2010, p. 3) explicam que a Administração Pública Gerencial

[...] constitui uma evolução na história da Administração pública, por focar aspectos de eficiência e eficácia, da necessidade de se reduzir o custo da máquina do Estado e aumento da qualidade dos serviços públicos. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de ser no processo para se concentrar no resultado. Assim sendo, em vez de privilegiar a eficácia (utilização dos meios e recursos disponíveis), privilegiasse a eficiência (resultados previstos X resultados alcançados).

Próximo da virada do século, no ano de 1998, decorreu a edição da Emenda Constitucional de nº 19, que trouxe à Lei Magna o princípio da Eficiência na Administração pública, o qual rege que o gestor governamental deve se empenhar para oferecer o melhor com a utilização do mínimo de recursos, simplificando, assim, a máquina administrativa e aperfeiçoando a prestação do serviço ao usuário.

Ainda entre os anos de 1995 e 2002, ficam estabelecidas a economia e a governança, deixando para trás um Estado empresarial e interventor, e buscando aproximar-se da sociedade por meio das atividades de governo e do controle social, que influenciam diretamente na vida dos cidadãos. O modelo de Administração pública gerencial, conforme Coutinho (2000), espelhou-se na Administração privada, contudo manteve uma distinção primordial que é a defesa do interesse público.

Na contemporaneidade tem-se uma Carta Magna estabelecida em termos de Administração Pública, pois esta relaciona os princípios constitucionais que dominam o administrador com as responsabilidades, as competências dos entes federativos, entre outros. Os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) são autônomos, porém harmônicos entre si. Ressalta que a gestão não é somente direta, agora há participações indiretas, mantida pelo estado de acordo com a finalidade e o interesse coletivo, de sorte a promover o interesse social (SILVA, 2011).

2.3.1 Administração Direta

Entende-se por Administração pública direta quando o próprio ente da federação (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios) executa os serviços de forma centralizada, por meio de seus órgãos, ministérios, secretarias e departamentos (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal, em seu artigo 18, prevê que a “organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Em seu aspecto funcional, material e objetivo, pode ser subdividido em dois sentidos: amplo, que prevê a função administrativa e a função de governo; e restrito, com exercício da incumbência administrativa, possui um chefe eleito (BRASIL, 1988).

Entende-se, ainda, por Administração pública direta, aquela que deve prestar à sociedade todo serviço de necessidade pública ou direito social, conforme preconiza o artigo 6º da Lei Maior, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

2.3.2 Administração Indireta

A Administração pública indireta é entendida como serviço que é prestado pelo Estado de forma descentralizada, ou seja, por meio de pessoas jurídicas vinculadas a ele, seja por razões de conveniências, ganho de eficiência ou particularidade do serviço público (BRASIL, 1988).

Essa transferência da execução do serviço público do ente federado para uma outra pessoa jurídica, quando realizada por meio de lei, dá origem a quatro tipos de entidades: autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista.

Esta, por sua vez, também conta com previsão constitucional para tal definição, conforme inciso XIX, do artigo 37 da Carta Magna, que diz que somente “por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação” (BRASIL, 1988).

Essas entidades são consideradas como entes administrativos, pois a composição de planejamento, controle, organização e direção é muito presente, porém não há estruturação política, pois possuem personalidade jurídica específica e operam em sistemas de cooperação.

2.3.3 As esferas administrativas da Administração Pública

A triparticipação dos poderes teve início há muito tempo, na Grécia Antiga, na cidade de Atenas, onde Aristóteles, um dos mais importantes filósofos gregos, já abrangia diversos assuntos como: a física, a metafísica, as leis da poesia e do drama, a música, a lógica, a retórica, o governo, a ética, a biologia, a linguística, a economia e a zoologia, em suas obras. Ainda que de uma maneira não tão elaborada, ele foi o primeiro a propor a separação do governo em três poderes (PORFÍRIO, 2021).

Aristóteles dizia que nenhuma forma de governo seria boa se todos os poderes estivessem concentrados em uma só pessoa. Era necessário, portanto, a divisão dos poderes em deliberativo, executivo e judiciário, muito embora ele mesmo não tivesse deduzido que esses poderes poderiam ser exercidos separadamente e de forma independente (ARISTÓTELES, 2017).

Ideias de democracia, estados modernos e três poderes só voltaram a ser discutidas na Idade Moderna, com o estudo de John Locke, no século XVII, porém

não foi aceita porque, em sua composição, considerava o Poder Legislativo superior aos demais.

Charles de Montesquieu, por volta do ano de 1700 d.C., inspirado nos pensamentos de Platão, Aristóteles e John Locke, elaborou a teoria mais definitiva sobre a separação dos três poderes, conforme fundamentado em sua obra *O Espírito das Leis*, assim como definido no art. 2º da Constituição Federal: “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (BRASIL 1988). Montesquieu (1996, p. 156) acreditava que:

Pelo primeiro, o príncipe ou magistrado faz leis por certo tempo ou para sempre e corrige ou ab-roga as que estão feitas. Pelo segundo, faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, estabelece a segurança, previne as invasões. Pelo terceiro, pune os crimes ou julga as querelas dos indivíduos. Chamaremos este último o poder de julgar e, o outro, simplesmente o poder executivo do Estado. (MONTESQUIEU, 1996, p. 156).

Assim sendo, todos têm forças iguais, não existindo entre si abusos de poder, prevalecendo o equilíbrio e a autonomia, servindo como a fórmula dos “freios e contrapesos”, podendo também existir a possibilidade de fiscalização entre eles, pressupondo a existência de mecanismos de controles externos.

Cabe ao Legislativo a função de criar, alterar e corrigir leis, podendo ter caráter temporário ou permanente. O Executivo fica responsável por executar normas, administrando o Estado, “ele faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, instaura a segurança, previne invasões”. Por fim, cabe ao Judiciário julgar aplicando a lei a um caso concreto que lhe é posto (MONTESQUIEU, 1996, p. 201).

Na sua formulação clássica, a Separação dos Poderes corresponde à forma tripartite, que vem a ser o Poder Legislativo, o Poder Executivo, e o Poder Judiciário. Ao primeiro, corresponderia a função legislativa, que compreende a edição de regras gerais, abstratas, impessoais e inovadoras da ordem jurídica, sendo, portanto, as leis. Ao segundo Poder cumpre o poder destinado a executar, fiscalizar e gerir todo ornamento jurídico. Já o terceiro Poder tem a função jurisdicional, que tem como escopo aplicar o direito nos casos concretos, dirimindo conflitos de interesse (SILVA, 2006).

2.3.3.1 Poder Executivo

O Poder Executivo é aquele que por definição administra e fiscaliza, além da prática de atos de chefia de Estado e de Governo e os Atos de Gestão, observando as necessidades coletivas da área pública para garantir, assim, sua supressão e seus meios (BRASIL, 1988).

Os principais cargos do Poder Executivo são: Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito do Município, eleitos juntamente com seus respectivos vices pelo voto direto de todos os brasileiros, para atuarem durante um período de quatro anos. Além disso, nomeiam os ministros e secretários para gerenciarem áreas como: saúde, educação, segurança pública, ciência e tecnologia e economia.

Na Constituição Federal, é estabelecido a partir do artigo 76 que “o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado” (BRASIL, 1988), tendo como base de função típica os atos de Administração, mas também como encargo atípico o julgamento das apreciações das defesas e recursos administrativos, bem como de legislar sob o efeito de Medidas Provisórias.

Atualmente, o sistema de governo adotado no Brasil, por força da Constituição Federal de 1988, e mantido pelo artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), é o presidencialista, possuindo grande influência norte-americana. Esse sistema pressupõe que as funções de Chefe do Estado e de Chefe de Governo serão concentradas em uma única pessoa, qual seja o Presidente da República (LENZA, 2015).

A Chefia do Poder Executivo foi confiada pela Constituição Federal ao Presidente da República, a quem compete seu exercício, auxiliado pelos Ministros de Estado, compreendendo, ainda, o braço civil da Administração (burocracia) e o militar (Forças Armadas), consagrado mais uma vez o presidencialismo, concentrando na figura de uma única pessoa a chefia dos negócios do Estado e do Governo. (MORAES, 2020, p. 571).

Ainda segundo Moraes (2020, p. 517),

O Executivo, portanto, além de administrar a coisa pública (função típica), de onde deriva o nome república (res publica), também legisla (art. 62 – Medidas Provisórias) e julga (contencioso administrativo), no exercício de suas funções atípicas. Aponte-se que Montesquieu concebeu o Poder Executivo como definidor e realizador constante da política de ordem interna e das relações exteriores.

Pode-se citar, como função atípica exercida pelo Poder Executivo, a qual representa uma forma de freio e contrapeso, a sua participação no processo legislativo, tendo a possibilidade de, até mesmo, alterar o seu resultado ao final do referido processo (CAMARGO, 2017).

2.3.3.2 Poder Legislativo

O Poder Legislativo é constituído pelos senadores, deputados federais e estaduais e vereadores, responsáveis por criar, legislar e fiscalizar os ornamentos jurídicos, além de desempenhar, em alguns casos, o papel de julgadora dos possíveis crimes de responsabilidades e também a função administrativa de seu órgão (BRASIL, 1988).

As funções atípicas constituem-se em administrar e julgar. A primeira ocorre, exemplificativamente, quando o Legislativo dispõe sobre a sua organização e operacionalidade interna, provimento de cargos, promoções de seus servidores; ao passo que a segunda ocorre, por exemplo, no processo e julgamento de Presidente da República por crime de responsabilidade (MORAES, 2020).

De acordo com Anderson de Menezes (1992, p. 250-251),

O poder legislativo é o que tem a função precípua de elaborar as leis, para a vida do Estado e conduta de seus jurisdicionados. De qualquer maneira, o seu órgão, que nunca deixa de ser plural, representa permanentemente a vontade popular na feitura das leis e na reclamação de outras medidas necessárias à causa da coletividade.

Ele é exercido pelo Congresso Nacional, sendo o único órgão bicameral, ou seja, é composto pela Câmara dos Deputados ou Casa iniciadora e pelo Senado Federal ou Casa revisora, sendo a primeira formada pelos deputados federais, que representa a nação brasileira, eleito pelo sistema de voto proporcional para exercício de uma legislatura (4 anos), sendo que em cada Estado se tenha no mínimo 8 (oito) representantes e no máximo 70 (setenta), totalizando 513 (quinhentos e treze). Já a segunda casa não representa os cidadãos, mas sim os Estados e do Distrito Federal, sendo integrado por 81 (oitenta e um) senadores, 3 (três) para cada unidade federativa, designados para um período de 8 anos, por intermédio do sistema de voto majoritário simples.

Segundo Chimenti *et al.* (2006, p. 242):

O bicameralismo está inserido entre nós desde a Constituição de 1824, porém, na Constituição de 1934, o Senado passou a ser órgão auxiliar da Câmara dos Deputados (composta por representantes do povo e de associações profissionais), e na Constituição de 1937 (quando o Poder Legislativo viveu um longo recesso e o Senado deu lugar a um Conselho Federal) o Presidente da República acabou acumulando funções legislativas. Na CF de 1988, as duas casas possuem a mesma importância. Nosso sistema bicameral, a exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, é do tipo federativo. Há uma Casa Legislativa composta por representantes do povo, eleitos em números relativamente proporcional à população de cada unidade da Federação (Câmara dos Deputados), e outra Casa legislativa (Senado Federal ou Câmara alta), com representação igualitária de cada Estado Membro e do Distrito Federal (3 senadores cada).

Da mesma forma, o Poder Legislativo Estadual é simbolizado pela Assembleia ou Câmara Legislativa, sendo seu exercício profissional praticado pelos deputados estaduais com mandato de 4 anos, eleito por meio do voto, e o número de cadeiras depende da quantidade de deputados federais, ou seja, quanto maior a população de um Estado, maior o número de deputados estaduais, visto que cada deputado federal corresponde a três estaduais.

Por fim, o órgão governamental nos municípios brasileiros é simbolizado pela Câmara dos Vereadores, na qual os agentes políticos que irão formar essa instituição são eleitos pelo voto de seus munícipes na mesma eleição do Prefeito, com a mesma periodicidade, ou seja, 4 anos, podendo ter em sua composição de 9 (nove) cadeiras para cidades com até 15.000 habitantes a 55 representantes para municípios com mais de 8 milhões de cidadãos.

Nessas Casas de Leis, sua composição se dá por uma Mesa Diretora e Comissões permanentes, cuja finalidade consiste no dever de prezar valores como a transparência, a eficiência, a legalidade e a impessoalidade; tendo como base e norteador a Constituição Federal, com o propósito de fiscalizar o executivo e os recursos públicos, para que, junto aos demais poderes, garantam a democracia.

2.3.3.3 Poder Judiciário

O Poder Judiciário é o órgão responsável pela interpretação dos ornamentos jurídicos elaborados pelo Legislativo e promulgado pelo Executivo, fazendo jus e julgando-as para aqueles que não as cumprem, garantindo, assim, os direitos

individuais, promovendo a justiça e resolvendo os conflitos que vierem a surgir (BRASIL, 1988).

Assim como as demais esferas, o Poder Judiciário também deverá, acima de tudo, respeitar e fazer valer a Constituição Federal, e tem em sua composição os diversos tribunais, cuja instância máxima de discussão e decisão é o Supremo Tribunal Federal (STF).

Alexandre de Moraes acresce que a função do Poder Judiciário não é apenas a de administrar a Justiça, mas realiza a função de guardar a Constituição. Segundo ele,

O Poder Judiciário é um dos três poderes clássicos previstos pela doutrina e consagrado como poder autônomo e independente de importância crescente no Estado de Direito, pois, como afirma Sanches Viamonte, sua função não consiste somente em administrar a Justiça, sendo mais, pois seu mister é ser o verdadeiro guardião da Constituição, com a finalidade de preservar, basicamente, os princípios da legalidade e igualdade, sem os quais os demais tornar-se-iam vazios. (MORAES, 2020, p. 553).

Em sua contextualização, é dividido em justiça comum, composta pela federal e estadual, e a justiça especializada, constituída pela do trabalho, eleitoral e a militar da União. O órgão de cúpula é o STF que, entre suas principais funções está a guarda da Carta Magna e o julgamento de ações em desfavor das autoridades com foro privilegiado, além disso, conta com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que é responsável pelo controle financeiro e administrativo dos tribunais, e pela fiscalização da conduta ética e profissional dos magistrados. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por sua vez, fica incumbido da interpretação dos regulamentos federais e julgamento de governadores, desembargadores, conselheiros, entre outras autoridades da República.

Cada Estado da Federação tem a responsabilidade de estruturar a sua justiça estadual. A 1ª instância compreende juízes de direito, os fóruns, as varas, os juizados e o júri. Já a 2ª instância é representada pelos Tribunais de Justiça (TJ), regida pela figura de um desembargador que tem a decisão de análise e julgamento dos recursos interpostos em primeiro grau.

Este cenário ainda comporta a classificação das matérias judiciárias em: civis, penais, trabalhistas, militares, eleitorais e federais.

2.4 SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Este tópico apresenta a utilização de etapas ligadas entre si, conhecida como Sequência Didática (SD), pois se pretende formular uma estratégia de ensino político aos alunos do ensino profissional, que será importante para a formação de munícipes ativos e participativos, bem como profissionais mais atuantes.

A SD, como o próprio nome remete, trata-se de uma continuidade de atividades para o desenvolvimento de determinada habilidade, com base nos conhecimentos e atitudes presentes. Antoni Zabala (1998, p. 53) define a SD como “Uma série ordenada e articulada de atividades que formam as unidades didáticas”.

Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 97) apontam que uma SD tem por propósito “ajudar o aluno a dominar melhor um gênero, permitindo, assim, escrever ou falar de maneira mais adequada numa dada situação de comunicação”, sendo assim, a forma como as atividades serão desenvolvidas depende da aula a ser executada, visto que algumas são mais teóricas e outras mais práticas.

Da mesma forma, Kobashigawa *et al.* (*apud* BATISTA, 2016), descrevem a SD como um conjunto de atividades, estratégias e intervenções planejadas etapa por etapa pelo docente para que o entendimento do conteúdo ou tema proposto seja alcançado pelos discentes.

Cabe salientar que as SDs contribuem com a consolidação de conhecimentos que estão em fase de construção e permitem que progressivamente novas aquisições sejam possíveis, pois a organização dessas atividades prevê uma progressão modular, baseada no levantamento dos conhecimentos que os alunos já possuem sobre determinado assunto (BRASIL, 2012).

O docente, quando decide planejar uma SD, deve deixar muito explícita a finalidade de seu trabalho, para que consiga contextualizar e direcionar a atividade prática no desenvolvimento do conteúdo, buscando o auxílio na aprendizagem dos discentes. Nesse contexto, Libâneo (1994) enfatiza a função do professor, pois se trata de uma atividade consciente e sistemática, ligada às concepções sociais e experiências de seus estudantes.

Acrescenta-se, ainda, que foi realizado conforme demonstrado no Quadro 1, que traz a pesquisa junto ao Repositório Institucional da Universidade Tecnológica

Federal do Paraná (RIUT), mestrados e doutorados, fazendo o uso na pesquisa da palavra-chave “sequência didática”, no título dos trabalhos.

Quadro 1 - Dados do Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT)

Ano	Autor	Título	Programa Mestrado	Procedimento
2013	SOARES, A. F. L.	Sequência didática como estratégia de ensino interdisciplinar: uma experiência com alunos deficientes intelectuais.	PPGECT	Estudo de caso e Pesquisa experimental
2013	VIECHENE SKI, J. P.	Sequência didática para o ensino de ciências nos anos iniciais: subsídios teórico-práticos para a iniciação à alfabetização científica.	PPGECT	Pesquisa bibliográfica
2013	FRANZÃO, J. A. K.	Sequência didática para o ensino do conteúdo ciclo menstrual: uma experiência com alunos do 6º ano do ensino fundamental.	PPGECT	Levantamento
2015	RADENTI, D. G.	Sequência didática na língua espanhola no atendimento educacional ao aluno com deficiência visual: preparação para exames seletivos para acesso ao ensino superior.	PPGEN	Pesquisa-ação
2016	CAPELARI, D.	Uma sequência didática para ensinar relatividade restrita no ensino médio com o uso de TIC.	MNPEF	Pesquisa bibliográfica
2016	LIMA, J.	Sequência didática para o ensino da termodinâmica.	MNPEF	Pesquisa bibliográfica e Pesquisa experimental
2016	GONDIN, C. O.	Sequência didática para o ensino de ácidos e bases: da experimentação ao jogo numa abordagem contextualizada.	PPGECT	Pesquisa-participante e Pesquisa experimental
2016	ANTISZKO, T. R.	Sequência didática para o ensino de radioatividade com enfoque CTS no ensino médio.	PPGECT	Pesquisa bibliográfica
2018	SEFSTROE M, G.	Sequência didática com atividades investigativas para o ensino e a aprendizagem de magnetismo no ensino médio.	MNPEF	Pesquisa experimental
2018	ULIANO, V.	Uma sequência didática para a introdução à física das radiações ionizantes no ensino médio.	MNPEF	Pesquisa bibliográfica e Levantamento

2018	AGASSI, A. R.	Uma sequência didática para o ensino de indução eletromagnética.	MNPEF	Pesquisa experimental
2018	BARBOSA, M. J. F.	Uma sequência didática para o Teorema de Tales.	PPGMAT	Pesquisa bibliográfica e Pesquisa experimental
2019	WEIZENMANN, L. M.	Uma sequência didática para análise de circuitos elétricos a partir das concepções espontâneas dos estudantes.	MNPEF	Pesquisa bibliográfica
2019	SOUZA, R. B.	Sequência didática para o ensino das leis da termodinâmica e máquinas térmicas.	MNPEF	Pesquisa bibliográfica e Estudo de campo
2019	JESUS, A.	Sequência didática para o ensino de circuito elétrico utilizando módulos eletrônicos interativos.	MNPEF	Pesquisa bibliográfica
2019	BASSE, S. A.	Sequência didática para o ensino-aprendizagem dos conceitos de movimento oscilatório, estudo de caso: pêndulo.	MNPEF	Estudo de caso

Fonte: Autoria própria (2021).

De acordo com Soares (2013, p. 7), “visando uma maior organização do trabalho pedagógico, utilizou-se como estratégia de ensino a sequência didática em atividades nas disciplinas de Arte, Ciências, Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental 1”. Tendo como objetivo central para a execução desta pesquisa “a análise da aprendizagem dos alunos deficientes intelectuais, por meio de situações concretas, sobre o tema ‘Saúde e qualidade de vida’, o qual está contemplado no currículo escolar da classe, na disciplina de Ciências” (SOARES, 2013, p. 5).

Viecheneski (2013, p. 17) apresentou como objetivo de seu estudo a proposta de “uma sequência didática que contribua para a iniciação à alfabetização científica de alunos em processo de alfabetização da língua materna”.

Franzão (2013, p. 14), em seu trabalho, teve o “objetivo de propor uma sequência didática para o ensino do ciclo menstrual 6º ano do ensino fundamental”.

O estudo de Radenti (2015, p. 7), consistiu “de uma sequência didática composta de leitura de notícias digitais e de conteúdo sobre o espanhol para fins específicos, transcritas em Braille e/ou com a utilização de tecnologias assistivas, para a resolução das provas de processos seletivos”.

Da mesma forma, Capelari (2016, p. 7) evidencia a “aplicação de uma sequência didática, incluindo suas análises e resultados em sala de aula, para o

ensino da Relatividade Restrita aos alunos do ensino médio de um Colégio da rede particular de ensino, no município de Apucarana-PR”.

Lima (2016, p. 7), em sua pesquisa, desenvolveu e aplicou “uma sequência didática para o ensino da termodinâmica com a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC”.

Gondin (2016, p. 4), por sua vez, objetivou “avaliar a contribuição de uma sequência didática, para a aprendizagem de estudantes, no ensino de funções ácidos e bases, em que se utilizou da experimentação, e, de um jogo, numa abordagem contextualizada”.

Antiszko (2016) desenvolveu e avaliou uma sequência didática que contemplava diferentes atividades envolvendo as relações do conteúdo científico com o cotidiano dos alunos, com o enfoque ciência, tecnologia e a sociedade – CTS – para o ensino do tema radioatividade no ensino de Química.

De acordo com Sefstroem (2018, p. viii),

[...] a finalidade dessa sequência didática consistiu em oferecer instrumentos que servissem de ferramentas que ajudem outros professores a interpretar e conhecer melhor o que se pode fazer neste âmbito, fundamentado na ideia de oferecer um ensino de qualidade capaz de promover a aprendizagem de nossos alunos.

Para Uliano (2018, p. 5), o objetivo principal desenvolvido em seu trabalho sucedeu “uma Sequência Didática destinada ao ensino de Física das radiações no ensino médio considerando as relações Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS – deste conteúdo, para a 3ª série do ensino médio dentro do contexto da Física Moderna”.

Agassi (2018, p. 6) organizou e aplicou “uma sequência didática sobre indução eletromagnética, baseada na atividade experimental por meio da abordagem investigativa, com uma turma do 3º ano do Ensino Médio de uma escola Pública Estadual da cidade de Assis Chateaubriand/PR”.

Em sua pesquisa, Barbosa (2018, p. 9) propôs

[...] elaborar, aplicar e avaliar uma sequência didática, com tarefas relativas ao Teorema de Tales, direcionadas ao nono ano do Ensino Fundamental, utiliza conceitos, o diálogo entre estudantes e o trabalho em equipe atuassem como facilitadores à aquisição da aprendizagem do tema.

Weizenmann (2019, p. viii), por sua vez, apresenta “uma Sequência Didática (SD) para a utilização de simuladores computacionais no ensino de conceitos básicos de Eletricidade, em nível do Ensino Médio, explorando as concepções espontâneas ou os conhecimentos prévios dos estudantes”.

A proposta de Souza (2019) consiste na elaboração e investigação com a utilização de TIC como vídeos, recortes de filmes, animações e plataforma de aprendizagem virtual (*Kahoot.it*), experimento e jogo pedagógico, do potencial pedagógico de uma sequência didática envolvendo alguns recursos metodológicos para o ensino das Leis da Termodinâmica e Máquinas Térmicas.

Jesus (2019, p. viii) propôs, em seu estudo, “uma sequência didática com uma abordagem experimental investigativa utilizando um conjunto didático de baixo custo e de fácil acesso”. Dividiu em módulos que se assemelhavam aos comerciais Littlebits, Scopa Bits e Snap-Circuits, construídos a partir do reaproveitamento de componentes eletrônicos, provenientes do lixo eletrônico.

Ainda segundo Basse (2019, p. viii), que desenvolveu sua pesquisa sobre movimento oscilatório de pêndulos, bem como a realização de experimentos, e procurou desenvolver um produto educacional que busca contextualizar “os conceitos e metodologias que levem o educando a um aprendizado não Normal, e proporcionar ao mesmo possibilidades de relacionar os conhecimentos já construídos com conhecimento novos”.

Diante do exposto, o presente estudo fez a adoção da SD para o desenvolvimento do produto tecnológico educacional com a finalidade de contribuir para o ensino político dos alunos, tendo em vista a possibilidade de realizar a contextualização da teoria com a prática do contexto da Administração pública e servir de subsídio para os professores. Por fim, não há um padrão no modelo de procedimento aplicado para a elaboração da SD, como se pode constatar na coluna 5 do Quadro 1. Por isso, utilizou-se como procedimento para este trabalho a classificação e o delineamento para pesquisa científica de Fontelles *et al.* (2009), a qual será apresentada no tópico metodologia.

2.5 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ENSINO POLÍTICO E FORMAÇÃO CIDADÃ

Neste tópico realizou-se um levantamento bibliográfico para identificar os principais trabalhos sobre as temáticas: Administração pública, Ensino político e Formação cidadã. O levantamento foi realizado em três etapas.

A bibliometria pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescências de campos científicos, autores e instituições mais produtivos e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas em determinada área do conhecimento (SOARES *et al.*, 2016).

Na primeira etapa, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Periódicos CAPES e SciELO e utilizaram-se as seguintes palavras-chaves: sequência didática, Administração pública, ensino político e formação cidadã, dentro do período de 2014 a junho de 2021.

Como resultado, foram identificados 2.546 (dois mil quinhentos e quarenta e seis) publicações voltadas para a Administração pública, ensino político e formação cidadã de alunos da educação básica, conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 - Dados da Pesquisa

CÓD.	DESCRIÇÃO	Google Acadêmico	Periódicos CAPES	SciELO
		Sequência Didática	Sequência Didática	Sequência Didática
AP	Administração Pública	484	90	01
EP	Ensino Político	03	152	00
FC	Formação Cidadã	1.770	45	01
TOTAL		2.257	287	02
			2.546	

Fonte: Dados da pesquisa Etapa 1.

Na segunda etapa realizou-se o exame dos conteúdos desses artigos e os respectivos fichamentos. Na sequência, foi realizada uma apreciação específica desse material, quando quatro pesquisas foram selecionadas para proceder-se à avaliação dos conteúdos, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Demonstrativo dos artigos selecionados

Base de dados	Quantidade
Levantamento inicial	2.546
Refinamento inicial	35
Selecionados para o trabalho	04

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, na terceira etapa procedeu-se ao planejamento da SD ora discutida, por meio do desenvolvimento de atividade prática, com a participação dos discentes do curso técnico de uma Unidade de Ensino Médio e Técnico do Interior de São Paulo, pertencente ao CEETPS e o vereador que compõe a 18ª Legislatura local, tendo como base os trabalhos selecionados no Quadro 3.

Quadro 3 - Artigos Selecionados

Ano	Autor	Título	Denominação SD	Metodologia
2014	ALBERTI, T. F.; ABEGG, I.; COSTA, M. R. J.; TITTON, M.	Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional	Dinâmicas de grupos	Utilizaram-se questionários abertos para avaliar se as dinâmicas de grupo poderiam se constituir em atividades de estudo desenvolvimentais.
2020	VALDÉS, J. J. S.; OLLER, M. F.	Formar ciudadanos a través de la acción sobre los problemas sociales de la comunidad	Módulo de Ação em Problemas Sociais	Mista, as informações foram coletadas por meio de questionários, entrevistas, holofotes de grupo, gravações de vídeo e notas de campo.
2020	MELO, Â. G.; SANTOS, M. L.; ARAÚJO, C. S. T.	A Experimentação, a problematização e o uso de recursos digitais na aplicação de uma sequência didática para o ensino de soluções no ensino médio	Sucos artificiais	Ensino Investigativo e a Problematização.
2020	ROSA, C. T. W. da; LANGARO, R.	Alfabetização científica voltada à formação cidadã análise de uma intervenção didática nos anos iniciais	Queimadas	Diário de registros preenchido pela professora/pesquisadora ; materiais produzidos pelos alunos (cartazes, relatórios das aulas experimentais e história em quadrinhos); e, gravação em áudio e

				vídeo da última atividade desenvolvida (Telejornal).
--	--	--	--	--

Fonte: Autoria própria (2021).

Após essas análises, percebe-se que o objetivo de realizar um levantamento bibliométrico sobre o ensino político, Administração pública e formação cidadã, atrelado ao ensino por meio da SD foi alcançado, tendo abordado diversos estudos da área governamental que se mostraram importantes pela contribuição, tanto acadêmica como na construção da formação do cidadão.

Segundo Granjeiro (2006), a ideia central de Administração é a ação corretamente calculada para realizar determinados objetivos desejados. A Administração é a ação humana cooperativa com alto grau de racionalidade. No que tange à Administração Pública, Paludo (2013) define como o ramo da Administração aplicada nas Administrações direta e indireta das três esferas (ou níveis) de Governo: Federal, Estadual e Municipal.

A Administração Pública é composta de um conjunto de órgãos instituídos pelo Governo para a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito de todas as esferas, e tem como principal objetivo a prestação do serviço público em benefício da coletividade. Para isso, é necessário que a Administração lance mão de todo o aparelhamento do Estado capacitado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades e o bem comum da coletividade administrada (MEIRELLES, 2010).

De acordo com Soares e Gurgel (2012), é necessário que se contribua com a formação de cidadãos capazes de decidir e atuar sobre a realidade socioambiental, preocupando-se com a vida e o bem-estar de todos, local e globalmente.

Uma educação voltada para o exercício da cidadania em seu sentido mais pleno, em que os cidadãos efetivamente participam das decisões políticas que os afetam. Uma concepção de cidadão como sujeito político que exige “uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e Participação Política” (ARROYO, 1995, p. 74).

Esta pesquisa possibilitou ao docente responsável atrelar a teoria dos conteúdos vistos em sala de aula, com base nos conhecimentos prévios dos discentes, com a prática dos processos legislativos e discussões políticas, tornando uma

estratégia fundamental para suprir, identificar e compreender os meios de tornar esses alunos mais participativos e contribuir para sua formação cidadã.

Silva e Calixto (2013) lembram que é esperado que o docente possa levar os alunos a compreender o espaço habitado por eles e a pensar em ações para a melhoria local.

Essa visão crítica é importante para permitir ao aluno perceber-se como parte do ambiente e como agente transformador deste ambiente, e não como indivíduo distante destes problemas. Além de abrir caminho para que os alunos exerçam sua cidadania, pois assim podem reconhecer seus direitos e seus papéis na sociedade contemporânea (MELLO; TRAJBER, 2007; BRASIL, 1997 *apud* SILVA; CALIXTO, 2013).

Por fim, foi possível identificar uma quantidade razoável de publicações levantadas neste estudo bibliométrico, o que impulsionou e embasou para o desenvolvimento do produto tecnológico educacional do presente trabalho, com o intuito de promover nos discentes dos cursos técnicos profissionalizantes a importância do ensino político, estudo da Administração pública e para a contribuição da formação cidadã, visto que esses professores são tidos como agentes ativos e transformadores.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Gil (1996, p. 19), define pesquisa:

[...] como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Para Barros e Lehfel'd (2002, p. 29) é “o esforço dirigido para a aquisição de um determinado conhecimento que propicia a solução de problemas teóricos, práticos e/ou operativos; mesmo quando situados no contexto do dia-a-dia do homem”.

Uma proposta para classificação da pesquisa é encontrada em Fontelles (2009), que se constitui, portanto, em etapas ordenadamente dispostas, de maneira lógica e racional, as quais o pesquisador deverá conhecer para aplicá-las convenientemente.

Assim, as pesquisas são classificadas em seis critérios, quanto à finalidade, à natureza, à forma de abordagem, aos objetivos, aos procedimentos técnicos e aos desenvolvimentos no tempo.

Para definição da classificação desta pesquisa, adotou-se o método científico, um conjunto de técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento de maneira sistemática (JUNG, 2003).

Dessa forma, entre os diversos tipos de pesquisas, existem várias maneiras de categorização, e não há uma padronização a ser seguida. Nessa perspectiva, o Quadro 5 apresenta os tipos de pesquisa conforme a sua classificação, do presente trabalho.

Quadro 4 - Tipos de pesquisa conforme a sua classificação

Classificação	Tipos de pesquisa
Quanto à finalidade	Pesquisa Aplicada ou Tecnológica
Quanto à natureza	Pesquisa observacional
Quanto à forma de abordagem	Pesquisa quantitativa: Descritiva
Quanto aos objetivos	Pesquisa exploratória
Quanto aos procedimentos técnicos	Pesquisa de campo
Quanto ao desenvolvimento no tempo	Pesquisa transversal

Fonte: Fontelles (2009).

A presente pesquisa foi classificada como aplicada ou tecnológica, quanto à sua finalidade, tendo em vista que busca captar, produzir e gerar novos conhecimentos, contribuindo “para fins práticos, pela busca de soluções para problemas concretos” (ANDRADE, 2017, p. 110).

Segundo Gil (2019), a pesquisa aplicada abrangeu estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem.

Quanto à natureza, a pesquisa foi observacional pois qualquer investigação em ciências sociais deve valer-se, em mais de um momento, de procedimentos observacionais (GIL, 2019).

Para Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, seus valores e problemas relacionados à cultura.

Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, esses tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Segundo Gonçalves (2001, p. 67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Freire e Pattussi (2018) explicam que os estudos transversais são bons, em geral, para levantar questões relacionadas à presença de uma associação, em vez de testar uma hipótese, visto que se realiza a análise dos dados obtidos em um determinado período, no caso da pesquisa em questão, o semestre de aula letivo.

Rouquayrol (1994) também define a pesquisa transversal como o estudo epidemiológico no qual fator e efeito são observados num mesmo momento histórico e, atualmente, tem sido o mais empregado.

3.2 AÇÕES DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

A pesquisa para elaboração do Produto Técnico Educacional, caracterizado como SD, apresentado nesta dissertação, ocorreu em uma Unidade de Ensino Médio e Técnico do Interior de São Paulo, pertencente ao CEETPS, sendo apresentada e realizada com 18 discentes, com idade a partir de 18 anos, dos cursos técnicos do eixo de Gestão e Negócios, Administração e Contabilidade, do período noturno, e buscou trabalhar a relevância da contextualização da aplicabilidade prática dos conteúdos teóricos que são abordados nos componentes curriculares no presente estudo.

Além dos alunos participantes, integrou como sujeito da pesquisa o vereador, da 18ª Legislatura da cidade, entrevistado pelos alunos, na Câmara Municipal, durante a execução da presente SD.

A proposta do desenvolvimento da SD iniciou-se com a apresentação da atividade para a coordenação de curso, pedagógica e para a direção da escola, os quais analisaram a proposta, os seus objetivos e as etapas do projeto, a fim de que autorizassem sua elaboração, por meio do termo de consentimento da Unidade de Ensino (Anexo D), bem como para o representante legal do Poder Legislativo local (Anexo E).

Para a execução da presente atividade, que ocorreu, no mês de dezembro de 2021, os alunos participantes foram separados em três grupos, que elaboraram vários quesitos – de cunho pessoal contextualizado na função parlamentar, profissional e política –, que foram questionados ao vereador participante da SD.

Durante a aplicação do produto educacional tecnológico, tendo em vista o cenário pandêmico que tem assolado todo o mundo, em decorrência da propagação

do Corona Vírus Disease (Covid-19), todos os cuidados e protocolos de segurança e sanitários foram seguidos para que os discentes sabatinassem o vereador.

Como o Poder Legislativo possui um departamento de comunicação, estruturado com equipamentos de filmagem e edição de ponta, todo o evento foi filmado e incluído na grade de transmissão das mais diversas mídias de comunicação do órgão.

3.3 DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA E COLETA DE DADOS

O objetivo para a aplicação da SD, desde o início da sua organização e viabilidade, teve o foco na formação política dos discentes da educação profissional e tecnológica, com a inserção à sua realidade o estudo político, a formação cidadã e a gestão governamental, atrelado ao desenvolvimento, à execução e aplicação do produto tecnológico educacional, com os discentes e os representantes políticos, eleitos pela população para compor a 18ª Legislatura da cidade.

Tendo em vista a necessidade da inserção do aprendizado da Administração pública e a formação cidadã aos discentes da educação profissional e técnica, e considerando a importância de sua participação ativa nas discussões políticas de sua cidade, optou-se em desenvolver o trabalho por meio de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, atrelada à elaboração de uma SD.

Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema, no aprofundamento do assunto, nas citações e na apresentação dos resultados. Além disso, “na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Conforme Amaral (2007, p. 1), a pesquisa bibliográfica,

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

Ainda no tocante às pesquisas exploratórias, Gil (2002, p. 41) aduz que:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (Selltiz *et al.*, 1967, p. 63).

A metodologia fez uso de abordagens qualitativas da pesquisa em educação e ensino, com uma incursão no pensamento filosófico político aplicado em noções básicas de política, bem como, em teorias e práticas contemporâneas da pedagogia, para a construção da presente dissertação, do produto educacional e de materiais educacionais, em que foram valorizados a discussão sobre a importância da formação cidadã destes estudantes, a sua participação ativa nas discussões políticas, seu entendimento a respeito dos procedimentos da Administração pública, bem como a colaboração para o sucesso da parte prática deste estudo.

3.4 PROCESSO E ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Como fez parte do Projeto inicial, de ingresso no Programa, e recebeu o apoio da Orientação, a proposta de investigação traz a preferência pelo tema, pois além de ser professor de ensino médio e técnico – lecionando os seguintes componentes curriculares: Contabilidade pública e Estudos da Administração pública – faz parte do quadro de servidores efetivos do Poder Legislativo local, o que corrobora no contato direto com os vereadores eleitos na 18ª Legislatura, para o desenvolvimento da sequência didática.

A demonstração de interesse surgiu no momento da avaliação diagnóstica, para levantamento dos conhecimentos prévios e lacunas de aprendizagens que esses jovens possuem logo nas primeiras aulas, e tamanha foi a surpresa ao se deparar com depoimentos de descontentamentos e rejeição pelo interesse político. A ausência do conhecimento técnico dos processos e vivências governamentais, bem como atos de corrupção, levou esses munícipes a desacreditar no sistema público. Dessa forma, como mestrando do PPGEN, foi proposta a elaboração de uma visita técnica

supervisionada na Câmara Municipal da cidade estudada, na forma de SD, que auxiliará o docente na sua prática educacional.

A elaboração da SD organizou-se em quatro etapas, conforme integrado no Apêndice A: Produto Educacional e Formulário do Produto Educacional. A primeira etapa referiu-se ao planeamento, que articulou as atividades práticas como meio de engajamento ao ensino da Administração pública. Nessa etapa procedeu-se o levantamento prévio, priorizando os conhecimentos que os discentes possuíam sobre o tema e a sua capacidade de argumentação referente às questões voltadas às políticas públicas e à sua participação no acompanhamento e fiscalização dos representantes que eles elegeram para representá-los perante o Poder Legislativo local.

Na segunda etapa foi apresentada a proposta aos alunos, que após a discussão e a participação de algumas aulas expositivas com auxílio do material de apoio didático, a turma foi separada em três grupos, e cada um desses grupos ficou responsável por realizar perguntas ao vereador entrevistado.

A terceira etapa ocorreu com a aplicação da presente SD, quando os alunos e o vereador promoveram um debate, com discussões que propiciaram a todos os envolvidos o entendimento do funcionamento do processo legislativo e o papel de um vereador frente as demandas de uma população. Ainda convém mencionar que todo o evento foi filmado e gravado, sendo disponibilizado na grade de transmissão do Departamento de Comunicação da TV Câmara.

Por fim, a quarta etapa ficou caracterizada pela avaliação, discussão e retorno que os estudantes e vereador transmitiram, por meio das respostas dos questionários realizados pelo docente, as quais possibilitaram melhores entendimentos e interpretações acerca da SD e seus reflexos no processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, é de suma importância e relevância que se promova a formação de alunos com pensamento político e postura ética e cidadã, considerando-se a necessidade da proximidade da comunidade escolar junto aos representantes escolhidos pelos munícipes para representar-lhes.

Esta SD foi denominada de “ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político”, tendo em vista a parceria firmada junto ao Poder Legislativo, por aproveitar o vasto celeiro de informações de cunho político.

A SD desenvolveu-se em formato de vídeos, em parceria com o Departamento de Comunicação da referida Casa de Leis, com gravações institucionais, ilustrando os principais pontos e questionamentos levantados durante o desenvolvimento do projeto. Assim, foram promovidas discussões e simulações que compõem as situações práticas do cotidiano e das rotinas legislativas de atividades de um edil, tais como: despachos legislativos, formulações e estudos de propostas de projetos de leis, reuniões de comissões permanentes e temporárias, participação em sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, entre outros. Ao término, foi editada uma gravação que foi armazenada em uma plataforma específica, podendo ser disseminada nos mais diversos meios de comunicação.

Todas as etapas da elaboração do produto educacional, planejamento, execução e avaliação foram realizadas com os discentes dos módulos finais dos cursos técnico em Administração e Contabilidade, visto que os cursistas possuem idade a partir de 18 anos e assinaram o consentimento quanto às gravações, filmagens e imagens, tornando-os aptos ao exercício de sua cidadania frente a legislação brasileira, e podendo relacionar-se com esses representantes eleitos pelos munícipes de sua cidade, momento que lhes proporcionou adquirir conhecimentos de cunho político e social, para prática consciente de sua participação governamental.

Em sala de aula, no decorrer das aulas do 2º semestre de 2021, o docente contextualizou e transmitiu o máximo de conhecimento técnico, com a intenção de proporcionar entendimentos básicos e indispensáveis para sua atuação no controle da gestão dos escolhidos para fiscalizar e comandar a máquina pública, demonstrando ainda a importância do senso de responsabilidade, comprometimento, ética e iniciativa. Além disso, os discentes foram separados em grupos, e desenvolveram perguntas de cunho pessoal contextualizado na função parlamentar, profissional e política.

Na visita monitorada à Câmara Municipal, os alunos sabatinaram o vereador presente, diretamente da tribuna e dos assentos oficiais dos demais edis dentro do plenário, seguindo uma sistemática de perguntas e respostas. O vereador presente, da cadeira do presidente, respondeu às perguntas lançadas pelos jovens, as quais foram de cunho pessoal, contextualizado na função parlamentar, profissional e político.

Para a manutenção da segurança, tendo em vista o cenário pandêmico que tem assolado todo o mundo em decorrência da propagação do Covid-19, todos os cuidados e protocolos sanitários foram seguidos, durante o período de sabatina dos discentes ao vereador.

Como neste Poder Legislativo o Departamento de Comunicação possui uma grande estrutura tecnológica, composta por diversos equipamentos de filmagens, gravações e edições de ponta, todo o evento foi filmado, gravado e televisionado nas mais variadas mídias sociais.

Esse evento pode servir de oportunidade para que os jovens participantes e qualquer outro momento, possam requerer que o membro da câmara municipal venha intervir frente a suas demandas sociais junto ao representante do poder executivo local, além de relacionar o conteúdo teórico com o prático, entender o trâmite do processo legislativo, bem como, possibilitar o interesse pela vida política, tendo em vista que, desses jovens, pode existir futuros representantes de uma nação.

4 APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Inicialmente, com o propósito de sistematizar e organizar todo o processo de aplicação do produto educacional, o presente capítulo foi subdividido em três tópicos. O primeiro tópico está relacionado ao processo de pré-aplicação, no qual, mediante uma breve investigação, foram levantadas as lacunas de aprendizagens, bem como os conhecimentos prévios que os alunos possuíam.

O segundo tópico, por sua vez, trata do processo de realização da prática educacional e o terceiro aborda o momento pós-aplicação, evidenciando as discussões e os resultados detectados, o perfil e envolvimento dos alunos e o retorno por parte dos alunos participantes e vereadores participantes quanto ao uso da presente sequência didática como forma de estratégia de ensino político na educação básica.

4.1 PROCESSO DE PRÉ-APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento da aplicação da presente SD teve início no planejamento da execução das bases tecnológicas que foram trabalhadas com os discentes no decorrer do semestre letivo, logo após a atribuição de aula.

Primeiramente, definiu-se o cronograma dos assuntos e conteúdos que seriam abordados, atrelando ao máximo a esses conteúdos teóricos, novas metodologias e discussões de práticas de nosso cotidiano.

Para todo esse percurso, foi enviado o material de apoio didático, no início da aula, quando os estudantes o consultavam de maneira impressa ou digital.

Como definido no plano de ensino da unidade escolar, nas primeiras aulas, realizou-se uma avaliação diagnóstica para que o docente pudesse mensurar e identificar as principais lacunas de aprendizagem, bem como as vivências, experiências e conteúdos que os estudantes possuíam, para então identificar qual seria a melhor estratégia de ensino a ser adotada e qual metodologia seria utilizada, de acordo com as particularidades e características de cada um.

Com base no que foi discutido anteriormente, a fim de diferenciar a aprendizagem conteudista e tornar familiar o estudo da Administração Pública, bem como o contato com um agente político da cidade, em determinado momento dessa trajetória o professor terá subsídios para poder aplicar a atividade em questão.

Por ser docente de uma escola técnica, do curso técnico em Administração e Contabilidade e lecionar componentes curriculares que abordam temática do estudo da Administração Pública e, além disso, pertencer ao quadro de cargos efetivos do Poder Legislativo do município, o contato e agendamento com o vereador a ser sabatinado, na SD foi facilitado em virtude das relações profissionais já estabelecidas.

Após o avanço do conteúdo teórico e próximo da visita ao Poder Legislativo, o docente separou os alunos em grupos, para que desenvolvessem perguntas de cunho pessoal contextualizado na função parlamentar, profissional e política.

4.1.1 Características da Instituição de Ensino participante da Pesquisa

O Centro Paula Souza (CPS) é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Presente em 368 municípios, a instituição administra 223 Escolas Técnicas (ETECs) e 73 Faculdades de Tecnologia (FATECs) estaduais, com mais de 322 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos.

Nas ETECs, mais de 228 mil estudantes estão matriculados nos Ensinos Médio, Técnico Integrado ao Médio e no Ensino Técnico, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, *on-line*, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica. As ETECs oferecem 212 cursos, voltados a todos os setores produtivos públicos e privados.

As FATECs, por sua vez, atendem mais de 94 mil alunos matriculados em 84 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras.

Além da graduação, o CPS oferece cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão.

A instituição foi criada pelo decreto-lei de 6 de outubro de 1969, na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971), como resultado de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de 2 e 3 anos.

Em 1970, começou a operar com o nome de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEETEPS – com três cursos na área de Construção Civil (Movimento de Terra e Pavimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de Mecânica (Desenhista Projetista e Oficinas). Era o

início das Faculdades de Tecnologia do Estado e as duas primeiras foram instaladas nos municípios de Sorocaba e São Paulo.

A trajetória do Centro Paula Souza vai além de seus 50 anos de fundação. Sua memória mistura-se com a história centenária do ensino profissional público em São Paulo. Em 1969, o órgão nasceu com a missão de organizar os primeiros cursos superiores de tecnologia, mas no decorrer das décadas, acabou englobando também a educação profissional do Estado em nível médio, absorvendo unidades já existentes e construindo novas ETECs e FATECs para expandir o ensino profissional a todas as regiões do Estado.

Nascido em uma família de estadistas, no município paulista de Itu, o engenheiro e professor Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917) posicionava-se como um liberal, a favor da república e do fim da escravatura. Estudou engenharia na Alemanha e na Suíça, fundou a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) e trabalhou diretamente no desenvolvimento da infraestrutura do País, projetando obras e estradas de ferro. Na política, atuou como deputado, presidente da câmara estadual e ministro das Relações Exteriores e da Agricultura no mandato do presidente Floriano Peixoto (1891-1894).

Paula Souza era reconhecidamente um homem à frente de seu tempo e caracterizou-se como um educador que sempre defendeu o papel da escola como meio de formação de profissionais e não somente um local para discussões acadêmicas. Mais de 50 anos após sua morte, os princípios idealizados por Paula Souza começaram a se concretizar com a criação do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, em 6 de outubro de 1969, que posteriormente foi rebatizado como Centro Paula Souza, em homenagem ao professor.

Em 23 de fevereiro de 1948, foi elaborada a Lei nº 77 (que dispõe sobre a criação de cursos práticos de Ensino Profissional no interior do estado de São Paulo). Logo em seguida, a Prefeitura Municipal da cidade estudada lança um decreto a respeito da doação de um terreno para a então chamada “Escola Artesanal”. O lugar para tal Escola deveria ser bem localizado.

Destina-se então um terreno em um dos bairros mais promissores da cidade, local onde até hoje a escola está instalada.

A escola inicia suas atividades em 02 de abril de 1951, com os cursos de: Ajustagem Mecânica, Educação Doméstica, Marcenaria, Torneiro Mecânico, Corte e Costura e Conhecimentos sobre Alimentação.

Alguns anos depois, pela Lei nº 753, de 11 de novembro 1975, passou a receber a denominação de Escola Estadual de 1º Grau, em homenagem ao grande poeta, e também professor da “escola industrial”.

Até meados de 1991, a Escola era subordinada à Secretaria da Educação (administrada pela DISAETE), e recebia a designação de Escola Técnica Estadual de Segundo Grau (ETESG).

Em 1992, essa instituição passou a fazer parte da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e sua Administração coube à Divisão Estadual de Ensino Técnico (DEET).

Desde 1993, a ETEC estudada compõe o quadro de Escolas Técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), oferecendo até hoje diversos cursos técnicos como: Açúcar e Alcool, Administração, Contabilidade, Enfermagem, Informática, Meio Ambiente, e Mecânica.

4.2 PROCESSO DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

No mês de dezembro de 2021, com a diminuição dos casos de internações e novos casos pela infecção ocasionada pelo coronavírus, grande parte em razão do aumento da cobertura vacinal, os alunos foram levados à Câmara Municipal e, juntamente com o vereador, participaram da aplicação da SD denominada “ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político”.

A realização da aplicação do presente produto educacional, teve duração de 3 horas, contando com a participação dos alunos matriculados no 3º módulo dos cursos técnicos em Administração e Contabilidade, além da presença do vereador, presidente da Mesa Diretora do ano de 2021.

O docente conduziu toda a atividade, seguindo o roteiro previamente estabelecido, cumprimentando os presentes e fazendo a abertura com a explicação teórica da referida atividade. A seguir, foi passada a palavra ao vereador, que também realizou as saudações iniciais e ressaltou o prestígio em estar participando do debate.

A seguir, o professor solicitou que o primeiro grupo, diretamente da tribuna e dos assentos oficiais dos demais edis dentro do plenário, tudo numa sistemática de perguntas e respostas. A primeira rodada foi de perguntas de cunho pessoal contextualizado na função parlamentar.

Ao término do primeiro grupo, o segundo grupo tomou os assentos e dirigiu perguntas de cunho profissional. Por fim, o terceiro grupo posicionou-se com questões de natureza política. Vale destacar que cada aluno direcionou uma questão diferente ao vereador e, ao término do bloco, o entrevistado solicitou que, em pequenos subgrupos, os alunos se direcionassem ao centro do Plenário para um registro fotográfico.

O primeiro grupo questionou sobre a sua formação acadêmica e a importância dela em seu cotidiano – motivo pelo qual ele quis assumir essa função na política –, e quantas horas semanais costumava se dedicar em serviços à população na Câmara Municipal. Também foi questionado como ele tem conciliado sua vida pessoal, profissional e política; qual foi o impacto, em sua família, da sua decisão de entrar na política; se ele sempre tinha planejado seguir este ramo profissional; qual havia sido o maior desafio depois que assumiu a presidência da câmara, sobretudo diante deste cenário de pandemia; e quais são os trâmites para um cidadão que tenha interesse na política, tentar concorrer ao cargo de vereador.

As perguntas do segundo grupo interpelaram sobre a trajetória profissional do vereador antes e durante a atuação como agente político; quais são as expectativas para o futuro; se ele tem interesse em seguir a vida política ou atuar na área de sua formação acadêmica, entre outras questões desta natureza.

Por fim, o último grupo interrogou o vereador sobre a forma por meio da qual a Câmara de vereadores se posicionaria em relação à reestruturação da economia em face dos problemas relacionados ao coronavírus; quais as suas prioridades para fazer as indicações de lei e as suas ações em relação às cobranças perante o Poder Executivo; quais são os tipos de sessões plenárias que existem e para que servem; o que é o processo legislativo eletrônico; quais os principais projetos de lei que ele mesmo desenvolveu; qual o seu posicionamento frente a um projeto polêmico, com grande repercussão e participação da sociedade; qual a importância de um bom planejamento na elaboração e execução das peças orçamentárias; sua posição sobre a transparência pública; qual o caminho percorrido de um projeto de lei até a sua aprovação ou rejeição, entre outras questões pertinentes ao assunto em pauta.

Ao término dos blocos de perguntas, o docente finalizou a presente atividade relatando sobre a sua importância e contextualizando-a por meio dessa demonstração de como dialogar com o contato com o Poder Público. O vereador também fez o discurso de agradecimento e enriquecimento da referida SD.

A seguir, as figuras 3, 4, 5 e 6 expressam alguns registros fotográficos do desenvolvimento da atividade. Por fim, toda a atividade foi gravada, e encontra-se disponível no *link*: https://youtu.be/ZrwK_KRg1d4.

Figura 3 - Vereador e Docente



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 4 - Alunos participantes na Câmara





Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 5 - Vereador participante da SD



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 6 - Docentes do Eixo de Gestão e Negócios



Fonte: Autoria própria (2021).

4.3 PÓS-APLICAÇÃO

Ao término da realização da aplicação do produto educacional, o docente enviou aos alunos e ao vereador participante, um formulário (Apêndice B), com o propósito de receber uma apreciação referente à importância da execução desta SD inserida no contexto escolar, seus pontos fortes e os pontos a serem aprimorados, bem como o nível de satisfação e aproveitamento dos conhecimentos compartilhados, para o ensinamento político e a formação cidadã.

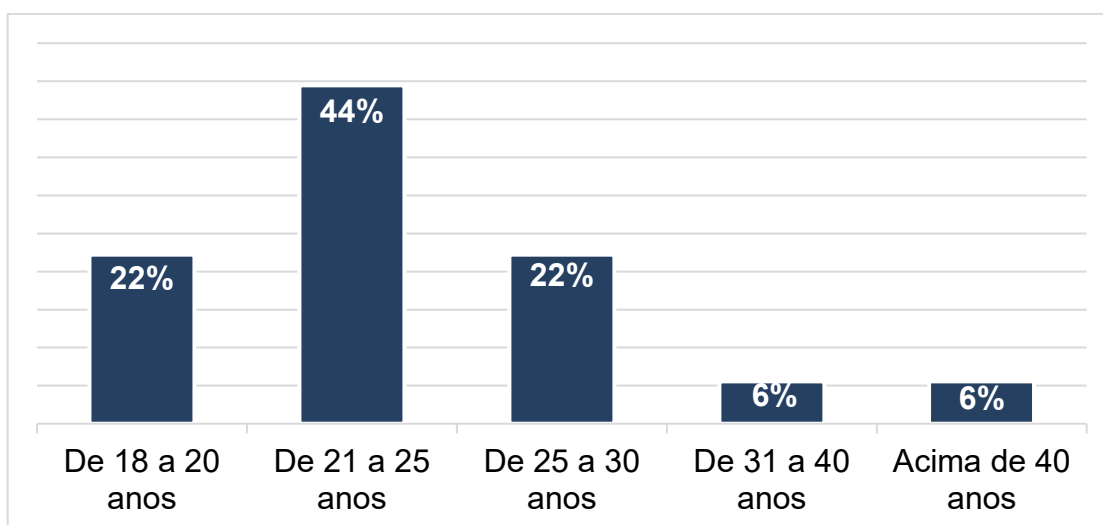
4.3.1 Resultados e discussões

A seguir é apresentada a análise do resultado das respostas dos formulários enviados aos alunos participantes e ao agente político. Cabe esclarecer que, na primeira parte, evidencia-se o perfil dos alunos do respectivo curso técnico; na segunda parte, demonstram-se as opiniões que eles construíram sobre a realização do trabalho em equipe com a utilização da sequência didática proposta; e, por fim, na terceira parte, expõem-se o retorno e a reação do vereador participante da aplicação da atividade.

4.3.2 Perfil dos alunos do Curso Técnico

Foram protagonistas da presente aplicação da Sequência Didática, 18 alunos, devidamente matriculados no 3º módulo dos cursos técnicos em Administração e Contabilidade, de uma escola técnica do interior do estado de São Paulo, com idade a partir de 18 anos, conforme demonstrado no Gráfico 1, sendo 44% com idade entre 21 e 25 anos; 22% de 18 a 20 anos; 22% de 25 a 30 anos, 6% de 31 a 40 anos; e outros 6% acima de 40 anos.

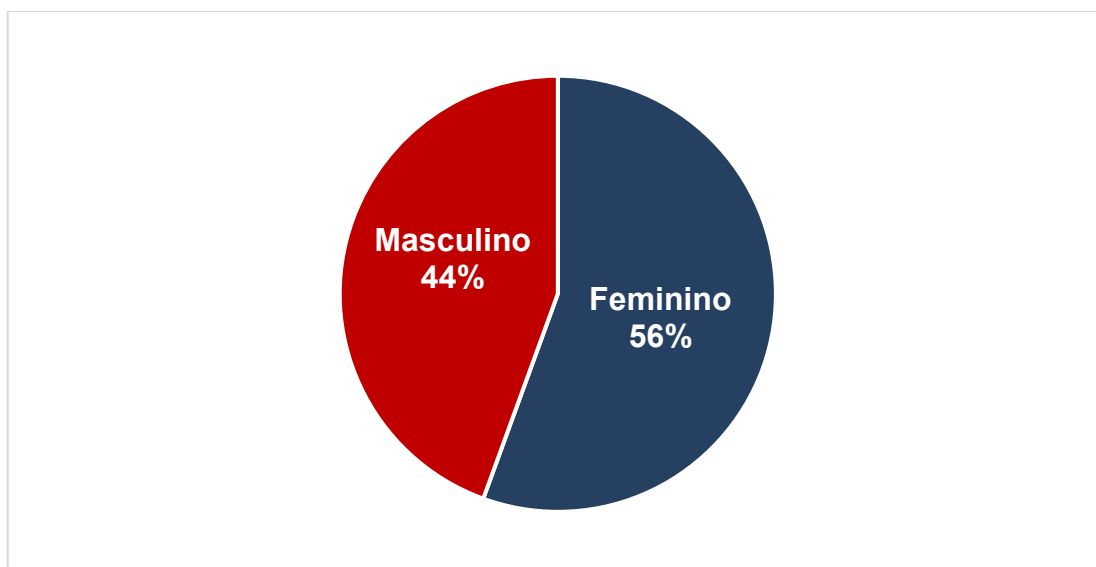
Gráfico 1 - Faixa etária dos alunos



Fonte: Autoria própria (2021).

Quanto à classificação de identidade de gênero, observa-se, como mostra o Gráfico 2, que os participantes pesquisados são pessoas do sexo feminino, correspondente a 56%, e os 44% restantes são do masculino.

Gráfico 2 - Identidade de gênero dos alunos participantes



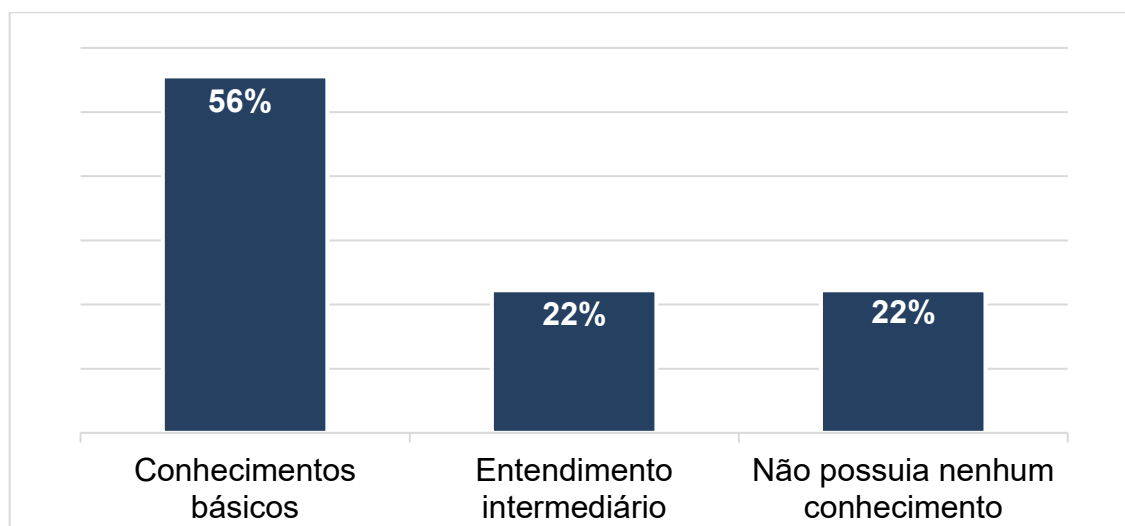
Fonte: Autoria própria (2021).

A sala de aula é composta de uma grande diversidade de alunos, dotados das mais variadas personalidades e conhecimentos prévios que cada um possuía antes do início do respectivo componente curricular. Diante disso, buscou-se mensurar o quanto a participação na presente SD contribuíra para a sua formação e aprendizagem; assim sendo, eles foram questionados sobre a classificação de seus

conhecimentos nos assuntos que tangem a Administração pública, antes da ida à Câmara Municipal.

Nota-se, conforme expressa o Gráfico 3, que pouco mais da metade dos alunos participantes (56%) alegou que detém o básico sobre o assunto relacionado ao estudo político, ao passo que o conhecimento intermediário e o inexistente correspondem a 22% cada um.

Gráfico 3 - Classificação do conhecimento



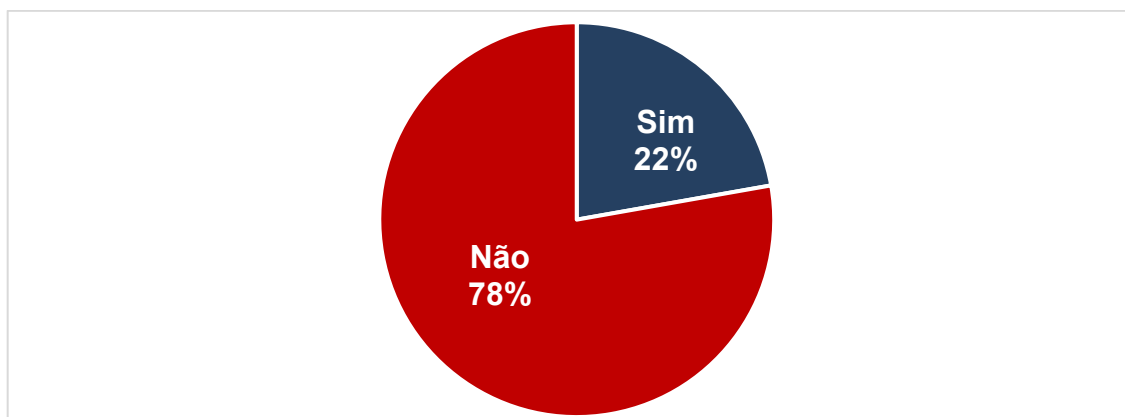
Fonte: Autoria própria (2021).

4.3.3 Opiniões dos alunos participantes sobre o uso da sequência didática

Durante a ministração das primeiras aulas, o professor realizou a avaliação diagnóstica para mensurar os conhecimentos prévios que os alunos participantes possuíam sobre o respectivo componente curricular da área da Administração pública. Foi possível perceber uma grande lacuna de aprendizagem sobre o tema em questão, o que causa demasiada preocupação, visto que os assuntos relacionados na respectiva matéria têm forte impacto, direta e indiretamente, em sua maioria, em nosso cotidiano.

Isso fica evidenciado quando da apuração das respostas ao questionamento sobre o costume desses jovens em participar ou se interessar por assuntos relacionados a política de seu município, em que os dados do Gráfico 4 revelaram uma negativa de 78%.

Gráfico 4 - Interesse por assuntos relacionados a política

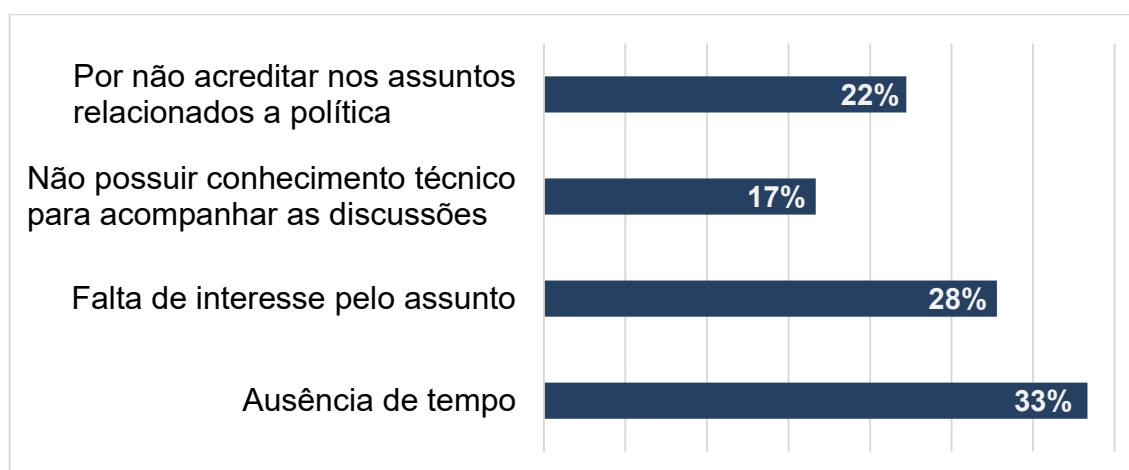


Fonte: Aatoria própria (2021).

Além disso, como evidenciado no Gráfico 4, a grande maioria dos alunos participantes (78%) não possuía interesse por assuntos relacionados a política. Nesse contexto, também foi questionado, oferecendo-se quatro alternativas de resposta, sobre qual foi o possível motivador desse desinteresse.

O Gráfico 5 expressa, com 33% de indicações, que a alternativa mais escolhida foi que as ausências de tempo os impediam de ser mais ativos e participativos; seguido da falta de interesse pelo assunto, com 28%; por não acreditar nos assuntos relacionados a política, com 22%; e, por fim, por não possuir conhecimento técnico para acompanhar as discussões, com 17%.

Gráfico 5 - Motivos pelos quais não se interessa/participa dos assuntos relacionados a Administração pública

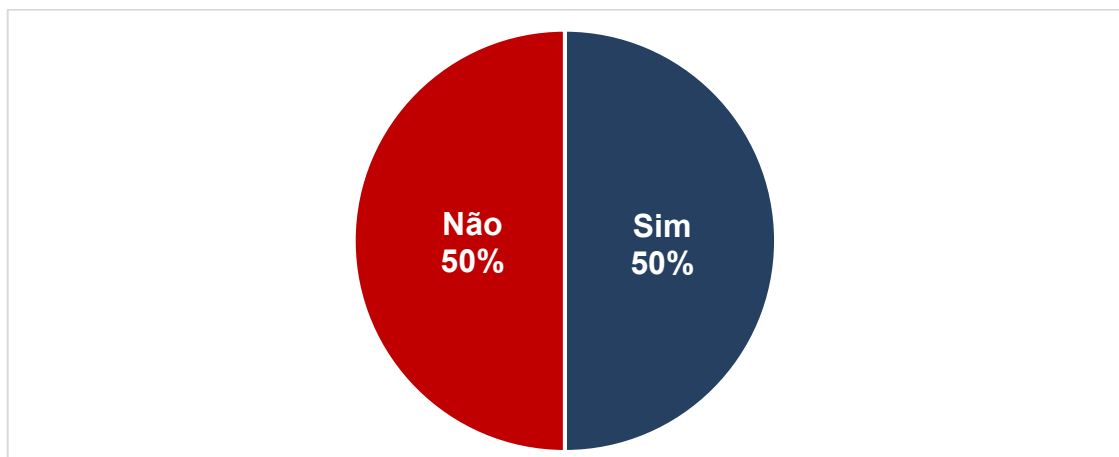


Fonte: Aatoria própria (2021).

Os alunos participantes ainda foram indagados sobre a lembrança de quem haviam escolhido nas urnas, na eleição passada (ano de 2020), para os

representarem nos Poderes de sua cidade, e, da totalidade da população. Como mostra o Gráfico 6, 50% responderam que lembravam quem havia recebido seu voto, ao passo que a outra metade não se recordava.

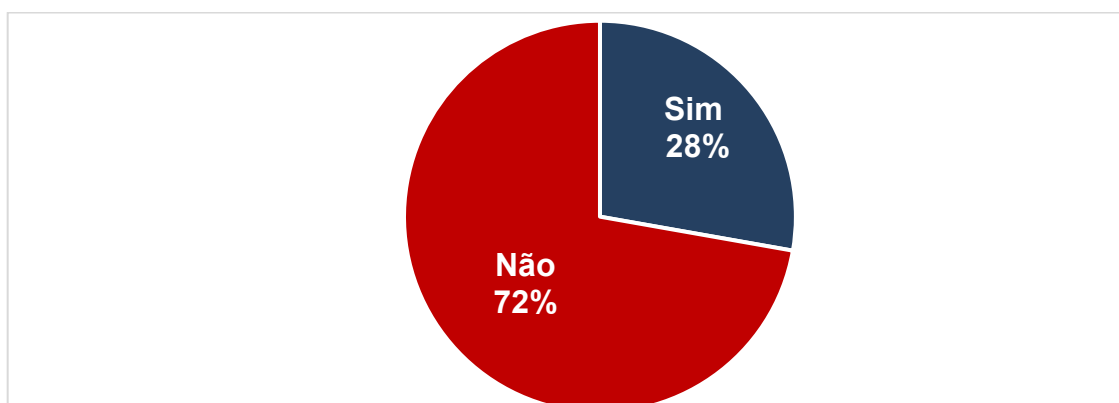
Gráfico 6 - Escolha dos representantes na eleição passada



Fonte: Autoria própria (2021).

Aos alunos participantes, ainda foi perguntado se recordavam quem havia sido seu voto para o representante a compor a legislatura do Poder Legislativo de seu município. Desse cômputo, conforme os dados do Gráfico 7, 72% alegaram não recordar quem havia sido sua escolha de voto; somente 28% indicaram que se recordavam da escolha.

Gráfico 7 - Recordar a escolha de voto para vereador

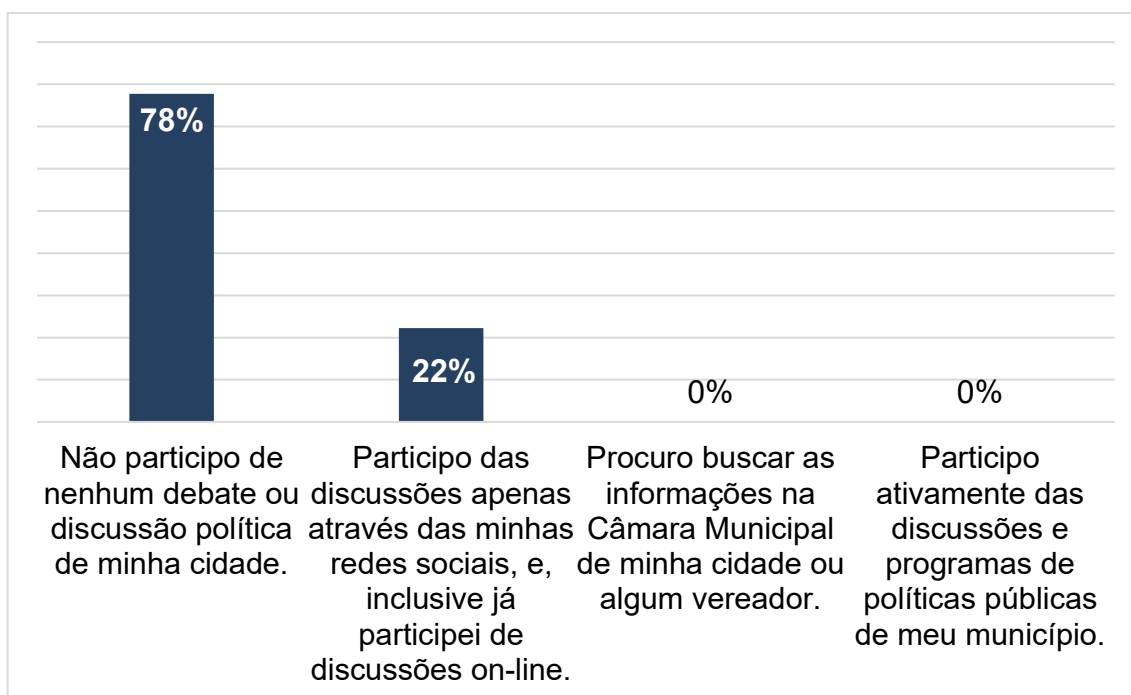


Fonte: Autoria própria (2021).

A seguir, foi interpelado aos alunos participantes, com quatro opções de respostas, sobre como eles pontuam suas participações nas ações governamentais. Os dados do Gráfico 8 revelaram que 78% não participam de nenhum debate ou discussão política; outros 22% indicaram que participam das discussões apenas por

intermédio das redes sociais e discussões *on-line*. As demais opções de respostas em que eles procuravam informações diretamente na Câmara Municipal ou a algum vereador, e que participam ativamente das discussões e programas de políticas públicas não tiveram apontamentos.

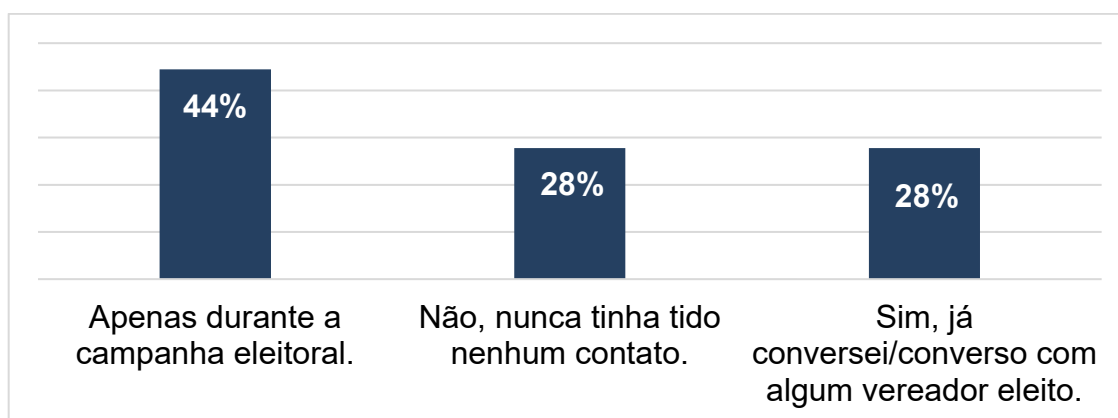
Gráfico 8 - Pontuação na participação nas ações governamentais



Fonte: Autoria própria (2021).

Com a finalidade ainda de demonstrar como o estudo e os assuntos relacionados à Administração pública estavam relacionados ao cotidiano desses alunos, foi questionado se antes da participação deles na presente atividade já haviam tido algum contato com algum vereador. Da totalidade, conforme o Gráfico 9, 44% responderam que o contato foi apenas durante a campanha eleitoral; seguido, empatado com 28% cada alternativa, que já haviam conversado com algum vereador eleito ou que nunca haviam estabelecido contato.

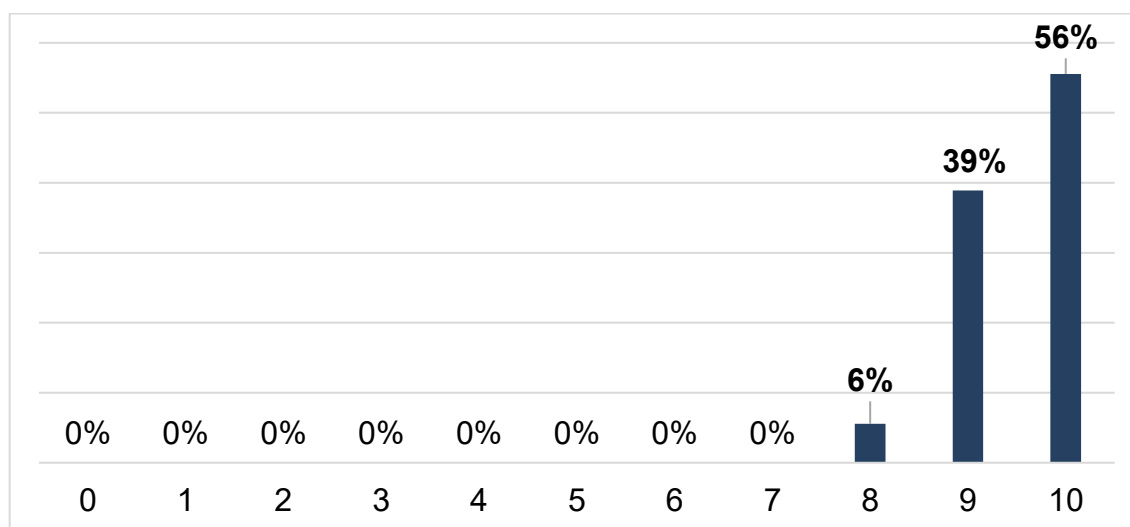
Gráfico 9 - Já tinham tido contato com algum vereador



Fonte: Autoria própria (2021).

Quando foi perguntado que nota, escalonada de 0 (zero) a 10 (dez), referente à etapa do planejamento desenvolvida da presente SD, os alunos participantes, como expressa o Gráfico 10, responderam da seguinte maneira: 56% atribuíram a nota máxima (10); 39% deram nota 9 (nove); e 6% indicaram a nota 8.

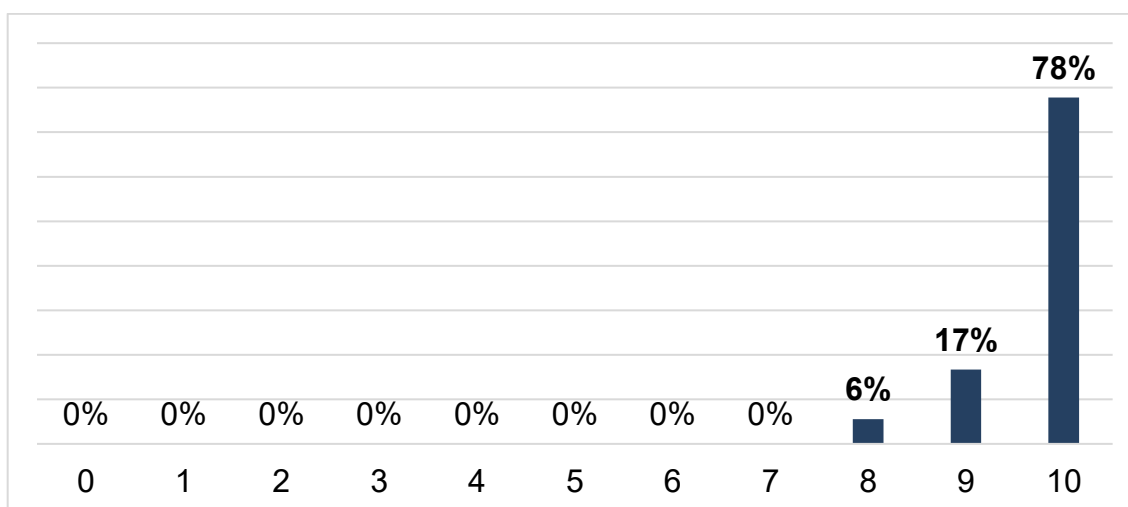
Gráfico 10 - Avaliação da etapa do planejamento da SD



Fonte: Autoria própria (2021).

Aos alunos participantes também foi perguntado que nota, escalonada de 0 (zero) a 10 (dez), atribuiriam para a etapa de execução da presente atividade. O Gráfico 11 expressa os seguintes resultados: 78% atribuíram nota 10; seguidos de 17% para a nota 9; e 6% indicaram a nota 8.

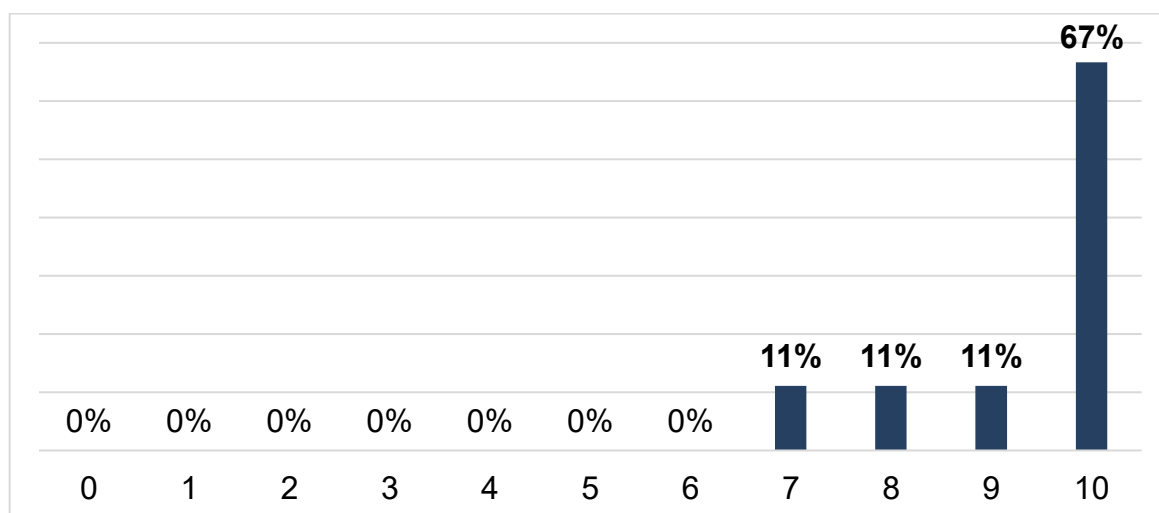
Gráfico 11 - Avaliação da etapa da execução desenvolvida durante a SD



Fonte: Autoria própria (2021).

Na sequência, foi questionado aos alunos participantes que avaliassem, na mesma linha de raciocínio das questões anteriores, quanto ao tempo de duração para a realização da atividade. De acordo com o Gráfico 12, 67% atribuíram a nota máxima (10); os demais, todos com 11%, atribuíram as notas 9, 8, e 7.

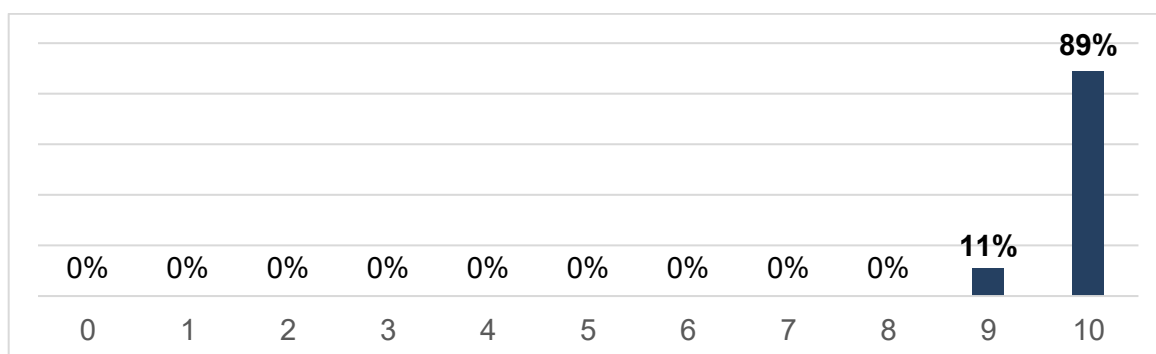
Gráfico 12 - Avaliação do tempo de duração para realização da SD



Fonte: Autoria própria (2021).

Ainda foi solicitado aos alunos participantes que atribuíssem uma nota para a atividade “ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político”. O Gráfico 13, para esta questão, traz o seguinte resultado: 89% concederam a nota 10; e os demais (11%) atribuíram a nota 9.

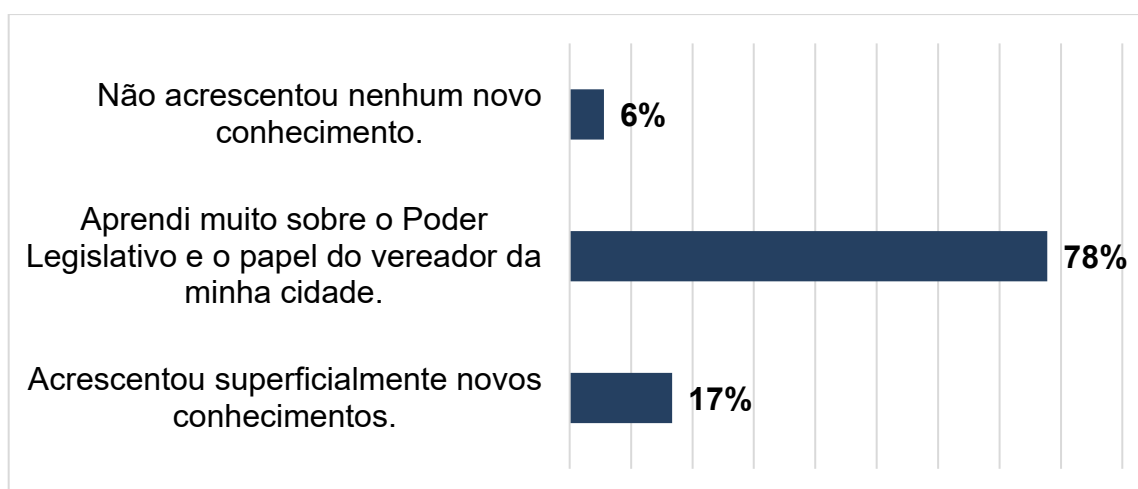
Gráfico 13 - Avaliação da atividade “ETEC na Câmara: Escola do conhecimento político”



Fonte: Autoria própria (2021).

Também foi questionado aos alunos sobre como eles avaliariam a proposta da atividade “ETEC na Câmara: Escola do conhecimento político”. Para esta questão foram colocadas opções com três alternativas para escolha. De acordo com os dados do Gráfico 14, 78% dos alunos informaram que aprenderam muito sobre o Poder Legislativo e o papel do vereador de seu município; seguidos por 17% que indicaram que tiveram um acréscimo superficial de novos conhecimentos; uma minoria de 6% assinalou que a atividade não havia acrescentado nenhum novo conhecimento.

Gráfico 14 - Avaliação da proposta da atividade

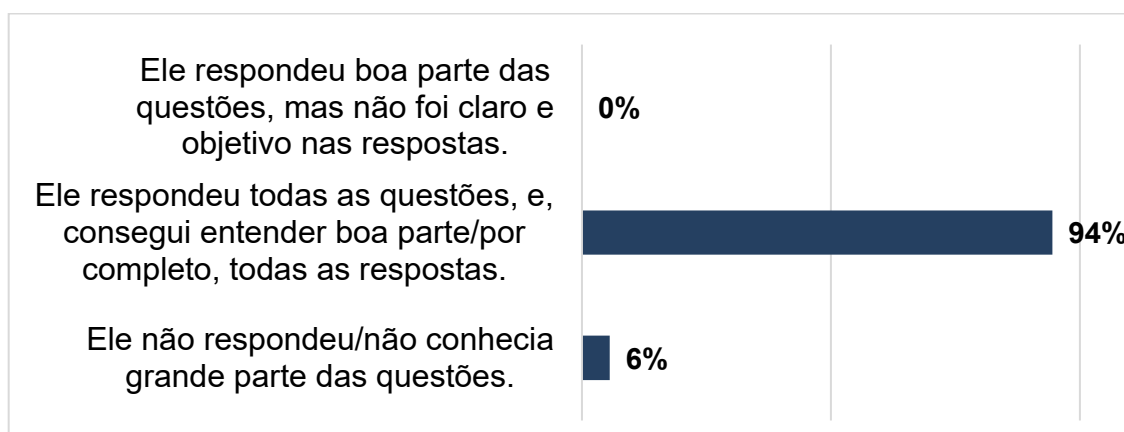


Fonte: Autoria própria (2021).

A próxima questão solicitava que os alunos avaliassem a participação do vereador durante a aplicação da SD. Os dados do Gráfico 15 mostram que: 94% dos alunos afirmaram que o vereador respondeu a todas as questões e que eles conseguiram entender boa parte/por completo todas as respostas; uma pequena parcela de 6% considerou que ele não respondeu/não conhecia grande parte das

questões. Não foi assinalada nenhuma resposta para a afirmativa em que ele respondeu boa parte das questões, mas não foi claro e objetivo nas respostas.

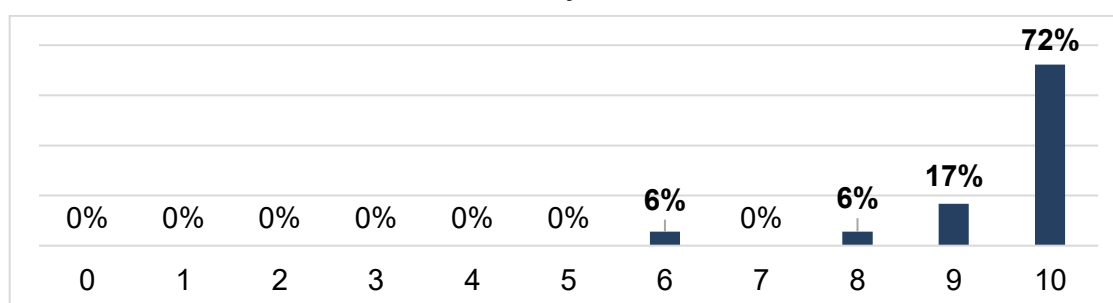
Gráfico 15 - Entrosamento do vereador durante a SD



Fonte: Autoria própria (2021).

Em outra questão foi requerido aos alunos participantes que atribuíssem uma nota – em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) – para a possibilidade de aprendizagem sobre questões relacionadas a Administração pública. Na apuração do resultado, como expressa o Gráfico 16, 72% dos alunos atribuíram a nota máxima (10) para a oportunidade de aquisição de conhecimentos sobre a gestão governamental; outros 17% deram nota 9; empatados com 6%, alguns alunos atribuíram as notas 8 e 6.

Gráfico 16 - Avaliação da possibilidade de aprendizagem sobre questões relacionadas a Administração Pública

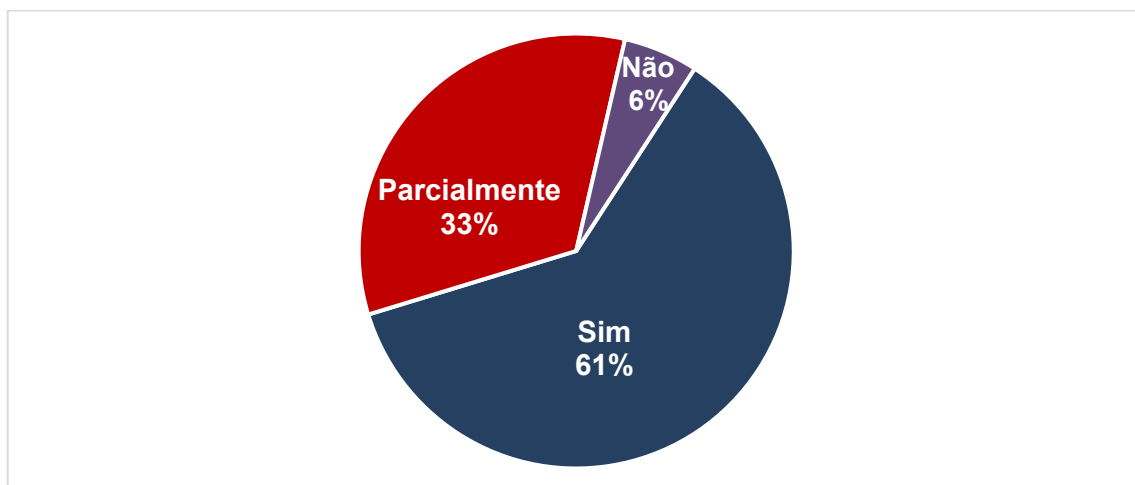


Fonte: Autoria própria (2021).

Na sequência, foi questionado aos alunos se eles acreditavam que a presente SD havia despertado o seu interesse para assuntos relacionados à política de sua cidade. Como revelam os dados do Gráfico 17, 61% responderam afirmativamente;

seguidos de 33% que acreditam que o interesse foi parcial; e apenas 6% responderam que não.

Gráfico 17 - A SD despertou o interesse para assuntos relacionados a política

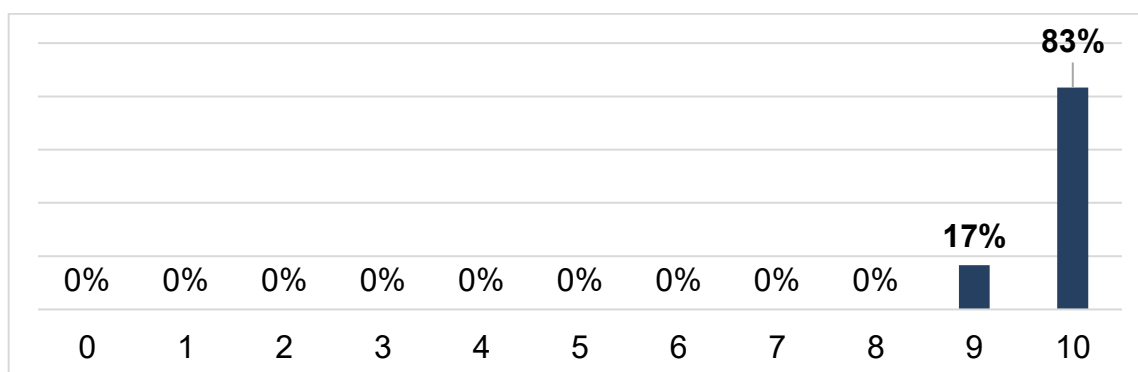


Fonte: Autoria própria (2021).

Em seguida, foi solicitado para que os entrevistados respondessem se a presente atividade auxiliará na construção de uma postura mais ética e cidadã. A esse respeito, todos (100%) responderam afirmativamente, reiterando que a presente atividade auxiliará na construção de sua postura.

A seguir, requereu-se dos alunos participantes que atribuíssem uma nota para o uso da presente sequência didática. Conforme expressam os dados do Gráfico 18, 83% atribuíram a nota 10, sendo, portanto, a mais votada; os demais (17%) indicaram a menção 9.

Gráfico 18 - Avaliação do uso dessa SD



Fonte: Autoria própria (2021).

Por fim, a última questão possuía como finalidade obter dados qualitativos dos alunos participantes sobre quais foram os principais aprendizados que obtiveram após

a execução da SD. Por essa razão, ela teve natureza aberta e os alunos participantes que responderam, pontuaram diversos conhecimentos, experiências e vivências da prática de um agente político, conforme relacionado no Quadro 5.

Quadro 5 - Respostas dos participantes referentes à última questão

Respostas
“Aprendi muito sobre o Poder Legislativo e o papel do vereador da minha cidade”.
“Aprendi muito sobre o poder legislativo e tive uma visão completa de como ele funciona”.
“As propostas que o vereador está querendo colocar em prática”.
“Como funciona para os vereadores elaborar um projeto”.
“De como funciona a elaboração de um projeto de lei, e, que ele não pode, se sair do Legislativo, gerar gastos ao município”.
“Me fez interessar-me mais por política, coisa que antes eu tinha um olhar generalizado do quão maçante seria, até a vossa atividade”.
“O funcionamento de um debate na câmara”.
“O papel dos vereadores dentro da Câmara Municipal e suas atividades.”
“Os requisitos para um jovem ingressar na política.”
“Papel do vereador enquanto fiscalizador das ações do Poder Executivo de meu município.”
“Possibilidade de relacionar os assuntos que vimos em sala de aula com o debate que tivemos com o vereador.
“Primeiramente tirei minha dúvida, onde ele respondeu com maior clareza, sob ela aprendi que devemos estar presentes tbm na Câmara para assistirmos as sessões conjunto ao público. E em relação a tudo eu me interessei mais pelo assunto, vi que nem todos vereadores são aqueles que batem na sua porta apenas quando quer voto.”
“Que é um direito nosso como jovens cidadãos saber sobre o que acontece sobre a política da nossa cidade, para onde vai o dinheiro e como são aplicados, como são feitas as leis e quais os planejamentos feitos para que se faça uma.
“Sobre a opinião do Vereador, o conhecimento amplo dele obre, e os caminhos no qual ele percorreu para estar onde está hoje.”
“Ter mais interesse em política e entender que a política não está distante da vida das pessoas.”

Fonte: Autoria própria (2021).

Como forma de organizar e representar visualmente a frequência e o valor das palavras, após a leitura das respostas discursivas dos alunos, desenvolveu-se uma nuvem de palavras, expressa na Figura 7, para mostrar as palavras comuns e importantes usadas pelos participantes na resposta aberta. Esta visualização estabelece um comparativo entre as palavras, quanto maior a palavra, maior foi a sua repetição.

Figura 7 - Nuvem de palavras



Fonte: A autoria própria (2021).

A nuvem de palavras exposta na Figura 7 representa as respostas dos alunos participantes sobre o que eles aprenderam com todo o processo prático da realização da presente SD e o entrosamento com o agente político. As percepções mais proeminentes foram “Poder Legislativo”, “Vereador” e “Aprendizagem”.

A palavra “Poder Legislativo” encontra-se em maior destaque e refere-se à atuação dos vereadores frente às ações e políticas públicas, atribuições na qualidade de representantes de seus eleitores, e também como órgão responsável pela elaboração de leis, tencionando o bem-estar e a organização social de uma cidade.

A palavra “vereador”, por sua vez, diz respeito à atuação e ao papel desse agente político dentro da Câmara Municipal, bem como os requisitos para o ingresso na vida política.

Por fim, a palavra “Aprendizagem” refere-se ao aumento da capacidade de entendimento e absorção do conteúdo teórico visto em sala de aula, com a sua capacidade de entender os trâmites e processos burocráticos das atividades legislativas na prática do cotidiano.

4.3.4 A opinião do vereador sobre a realização da sequência didática

Ao término da aplicação do produto educacional, também foi enviado ao vereador participante um formulário (Apêndice B) para que respondesse a algumas indagações sobre os pontos fortes e também os pontos a serem revistos da presente atividade, a fim de contribuir ativamente no cotidiano educacional do professor que deseja relacionar a prática com a teoria, contextualizando e trazendo os alunos para dentro do Poder Legislativo e mais próximos de seu representante, oportunizando, assim, uma formação mais ética e cidadã.

O questionário, composto de 10 (dez) questões, abertas e fechadas, permitiu ao vereador a liberdade ilimitada de respostas, não havendo influência das respostas prefixadas pelo pesquisador, pois ele conseguiu expressar o máximo da experiência vivenciada na aplicação da SD, além disso, contou com alternativas múltiplas.

Inicialmente, objetivou-se traçar o perfil do vereador participante, buscando subsídios da sua realidade e vivência com a política, questionando sobre o tempo de atuação na Administração Pública, a experiência em funções de confiança, e o tempo que reserva para dedicar-se à vida pública.

Além disso, foi perguntado ao entrevistado, se ele acredita que a execução da presente atividade poderá contribuir na transmissão dos conhecimentos do ensino político nas escolas, na contribuição da SD na formação cidadã dos alunos participantes, se ele já havia participado de alguma atividade educacional semelhante e, por fim, a nota que ele atribui à atividade.

Ainda foi requerido ao entrevistado que respondesse quanto aos principais aprendizados que os alunos participantes obtiveram, bem como expressar suas críticas e sugestões adicionais para o desenvolvimento da SD.

A seguir, o Quadro 6 traz as perguntas e as respostas obtidas do agente político.

Quadro 6 - Respostas do questionário enviado ao vereador participante da SD

Pergunta	Resposta
Há quanto tempo você está atuando diretamente na Administração pública?	5 anos
Você já assumiu alguma função de gestão frente à Administração Pública (secretário municipal, cargos em comissão ou Presidente da Câmara)?	Sim
Você costuma reservar algum tempo em sua agenda para atendimento dos munícipes de sua cidade? Em caso afirmativo, quanto tempo?	De 11 a 15 horas semanais.
Caso a resposta da questão anterior tenha sido afirmativa, qual costuma ser o meio de atendimento?	Presencialmente, em meu gabinete ou outro local acordado.
Durante a execução da presente atividade, você acredita que ela auxiliará os docentes na transmissão do ensino político nas unidades de ensino?	Sim
Você acredita que, enquanto cidadãos críticos e pensantes, a presente sequência didática contribuirá para a formação cidadã desses jovens alunos?	Sim
Durante sua trajetória política, já tinha se deparado/participado com alguma atividade semelhante a essa sequência didática? (Se sim, descreva na opção "Outros")	Não
Em uma escala de 0 a 10, que nota você atribui para o uso dessa sequência didática?	10
Escreva quais foram os principais aprendizados que espera que os alunos obtenham após a execução desta atividade?	Penso que a atividade trouxe elementos práticos para aquilo que é ensinado dentro da sala de aula. Acredito também, que os alunos puderam conhecer a rotina legislativa, bem como quais são as atribuições dos vereadores.
Críticas e sugestões sobre o desenvolvimento da atividade.	Como sugestão, que essa atividade possa ser feita mais vezes ao ano.

Fonte: Autoria própria (2021).

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS MAIS RELEVANTES DA PESQUISA

Finalizados o levantamento e a tabulação das respostas obtidas pelos protagonistas da presente atividade prática – “ETEC na Câmara: Escola do conhecimento político” –, observou-se que a turma dos respectivos cursos técnicos participantes é composta, em sua maioria, por alunos do sexo feminino, cuja quase

totalidade dessa população (88%) tem idade de 18 a 30 anos, com conhecimentos básicos ou inexistentes sobre assuntos relacionados a Administração pública.

Verificou-se, também, que 78% dos entrevistados não apresentavam interesse por questões de cunho governamental, ora pela ausência de tempo (33%), ora pela falta de interesse pelo assunto (28%), ora por não acreditar na política (22%), ora por não possuir conhecimentos técnicos para acompanhar as discussões (17%).

Essa falta de participação ativa e de interesse por questões relacionadas aos debates do cotidiano de nosso município também pôde ser evidenciada na pergunta seguinte, em que apenas metade dos alunos se recordava de quais foram os candidatos que escolheram nas urnas na última eleição (ano de 2020), para compor os poderes públicos locais.

A inércia pela alienação da escolha de seu voto fica mais preocupante quando lhes foi perguntado sobre a lembrança do candidato escolhido em urna para compor o Poder Legislativo da cidade, e 78% dos entrevistados informaram não recordar.

A fim de entender o motivo da indiferença dos alunos participantes na atuação das ações governamentais que nos rodeiam diariamente, foi verificado que 78% disseram não ter pretensão de participar, e 22% que já contribuíram apenas de forma virtual e em suas redes sociais.

A apatia por questões relacionadas aos assuntos da Administração pública se agrava ainda mais quando apenas 28% dos participantes alegaram ter estabelecido algum tipo de contato/conversa com algum agente político (vereador) eleito.

Quanto à análise das respostas pelos alunos participantes, referente ao planejamento, à execução e à aplicação da sequência didática “ETEC na Câmara: Escola do conhecimento político”, os resultados encontrados foram satisfatórios, e a nota final atribuída por esses alunos foi de 83% como nota 10 e 17% atribuíram nota 9.

Identificou-se, também, por meio de uma indagação na qual os alunos participantes deveriam discorrer sobre os principais aprendizados obtidos com a aplicação da presente SD, e percebeu-se expressivamente que a utilização de atrelar o conhecimento teórico visto em sala de aula com uma prática, as lacunas de aprendizagens e o aproveitamento na retenção dos conteúdos foram maiores.

Em relação à análise do retorno das questões enviadas ao vereador participante do exercício prático, além de obter a nota máxima, atribuída pelo agente

político, deveria ser realizada mais vezes ao ano, e que o mesmo acredita na concreta transmissão de conhecimento obtida pelo entrosamento entre alunos e vereador, com a formulação e resposta de perguntas de cunho pessoal contextualizado na função parlamentar, profissional e política.

Portanto, os resultados evidenciados na presente pesquisa revelaram que a aplicação da atividade prática auxiliará o docente em sala de aula quanto ao fortalecimento do estudo da Administração pública, reiterando a importância da formação cidadã e do ensino político aos seus alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da trajetória de docente deste autor, verificou-se que os alunos acreditavam que o contato com os agentes políticos era algo impossível e burocrático, por isso a pretensão deste estudo foi desenvolver um produto tecnológico educacional que pudesse contribuir com os professores no modo como iriam transmitir o conteúdo referente ao ensino político aos seus alunos.

Partindo dessa perspectiva, o produto tecnológico educacional desenvolvido foi uma sequência didática, denominada ETEC na Câmara: “Escola do conhecimento político”, por meio da qual os alunos participantes sabatinam um vereador com a formulação de perguntas de cunho pessoal contextualizado na função parlamentar, profissional e política.

A finalidade foi criar um celeiro da disseminação do conhecimento político, com um projeto que traz consigo a proposta de ser contínuo e ininterrupto. Desse modo, o docente que vier a atribuir o componente curricular que contemplar o estudo da Administração pública poderá contar com mais essa estratégia de ensino político, tendo em vista que novos alunos iniciam o processo de construção e formação do senso crítico, político e formação cidadã, e esta pesquisa possibilitará ao docente responsável atrelar a teoria dos conteúdos trabalhados com a situação prática do cotidiano.

O produto educacional foi considerado e construído para ser objetivo e claro, a fim de que o docente responsável pelo componente curricular que envolve o estudo da Administração Pública possa contar com uma metodologia diferenciada para o planejamento de suas aulas, levando em consideração os resultados bastante satisfatórios obtidos da pesquisa após a aplicação da SD.

Constatou-se que para a resolução de tal situação e para tornar a proposta do referido trabalho docente um aprendizado, em face das constantes reclamações da falta de interesse dos alunos sobre política associada à Administração pública, como um mecanismo de formação cidadã que faça dele um cidadão mais pensativo e participativo, além de ser contínuo, se faz necessário o empenho e a dedicação de todos os envolvidos (unidade escolar, poder legislativo, docente, vereador e alunos), engajando e motivando sempre a importância do estudo político e da formação cidadã, que o transforme em um cidadão mais pensativo e participativo.

Urge priorizar as ações a serem desenvolvidas entre a unidade de ensino e o Poder Legislativo, e oportunizar discussões de cunho político entre os envolvidos, visto que, além de estabelecer a relevância do estudo, e nortear aos discentes da relevância da participação ativa e da postura ética e cidadã em seu cotidiano, irão mediar as ações e cobranças das políticas públicas.

Apesar disso, após a aplicação da SD, que foi toda gravada, com os devidos consentimentos e autorizações quanto ao uso de filmagens, imagens e voz, foi produzido e disponibilizado, para acesso aos que vierem a se interessar. O evento na íntegra poderá inspirar e estimular outros professores na utilização dessa ferramenta, bem como, estimular o desenvolvimento de outras novas para o ensino e a disseminação da importância do ensino e participação política.

Diante da análise deste trabalho, foi possível notar que ambos os objetivos – gerais e específicos – foram conquistados, em decorrência do desenvolvimento do produto educacional, que auxiliou o docente a despertar nos seus alunos a importância do ensino político e a sua participação ativa na vida política, no desenvolvimento do senso crítico quanto às ações públicas e na sua formação cidadã.

Os resultados deste estudo mostraram que com a utilização da sequência didática, as aulas de costumes foram modificadas, tornando-se mais dinâmicas e levando os alunos a despertar o interesse pelo ensinamento político, oferecendo a esses jovens a oportunidade de melhor entendimento e conhecimento acerca da Administração pública.

Esta pesquisa teve como limitação as poucas possibilidades de conciliação de horários dos alunos participantes com o vereador para a aplicação da SD, tendo em vista que as aulas ocorrem no período noturno, e o vereador possuía alguns compromissos anteriormente agendados.

Vale destacar, ainda, que o presente estudo contribui para compor um conjunto de práticas e ferramentas visando à melhoria do ensinamento político, e não pode ser classificado como exclusivo, visto que apresenta uma possibilidade de percurso a ser inserido por um docente em sala de aula, para o apoio do ensino político. Além disso, espera-se que sirva como estímulo para o desenvolvimento de novas metodologias e pesquisas.

Do mesmo modo, espera-se que o presente estudo, bem como o produto tecnológico educacional desenvolvido na presente dissertação, inspire e incentive outros pesquisadores na produção de novos métodos para que os alunos consigam

contextualizar o conteúdo teórico relacionado à gestão pública, bem como o entendimento e as novas estratégias de como aproximar esse público dos demais poderes da Administração pública, além das demais funções públicas, como os deputados (estaduais e federais) secretários de estado, senadores, ministros, entre outros.

Todos os instrumentos aqui apresentados também podem ser trabalhados de outro modo, como por exemplo, como nem todas as unidades escolares ou câmaras municipais poderão contar com os equipamentos necessários para as gravações da sabatina que os alunos participantes promoverão com o agente político, é possível que o professor opte pela exclusão do vídeo e adapte conforme a necessidade dos alunos e direções das aulas.

Por fim, verifica-se que o docente deve garantir a seus alunos o entendimento dos conteúdos ministrados em sala de aula, com o desenvolvimento de aulas mais dinâmicas e com a utilização de ferramentas pedagógicas que promovam seu aprendizado. Simultaneamente, o docente deve ainda acompanhar a evolução do seu rendimento no componente curricular que envolve o estudo da gestão pública e, assim, fortalecer seu espírito de cidadania e senso político.

REFERÊNCIAS

- AGASSI, Antonio Reginaldo. **Uma sequência didática para o ensino de indução eletromagnética**. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2018.
- ALBERTI, Taís Fim *et al.* Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 240, p. 346-362, 2014.
- AMARAL, João Joaquim Freitas. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ANTISZKO, Thaiz Regina. **Sequência didática para o ensino de radioatividade com enfoque CTS no ensino médio**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2016.
- ARISTÓTELES. **A Política** – Coleção Fundamentos da Filosofia. São Paulo: Ícone, 2017. (Livro Quatro, Parte XIV).
- ARROYO, Miguel González. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, Ester et al. **Educação e cidadania: Quem educa o cidadão?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 31-80.
- BARBOSA, Maria José Fagundes. **Uma sequência didática para o Teorema de Tales**. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2018.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Ap. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BASSE, Sílvio Augusto. **Sequência didática para o ensino-aprendizagem dos conceitos de movimento oscilatório, estudo de caso: pêndulo**. 2019. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2019.
- BATISTA, Michel Corci. **Ensino de astronomia: uma proposta para a formação de professores de ciências dos anos iniciais**. Maringá: Massoni, 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil** (de 25 de março de 1824). Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Crêa nas capitaes dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em 18 jun. 2021a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 7/2020.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: MEC, 2020a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=151591-pcp007-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008**. Referencial comum às denominações dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília, DF: MEC, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb01409.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 04/99**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: MEC, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_resol0499.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 3, 06 jan. 2021b, p. 19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 15 de dezembro de 2020**. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, DF: MEC, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167211-rceb002-20/file#:~:text=Fica%20resguardado%2C%20aos%20estudantes%20que,termos%20das%20vers%C3%B5es%20anteriores%20do>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: alfabetização em foco: projetos didáticos e sequências didáticas em diálogo com os diferentes componentes curriculares: ano 03, unidade 06. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Administração pública gerencial**: estratégia e estrutura para um novo Estado. Brasília: MARE/ENAP, 2001. (Texto para discussão, 9).

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-40, jan./abr. 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, aparelho do Estado e sociedade civil**. Brasília: ENAP, 1995.

BRESSER PEREIRA. **Reforma do Estado para a Cidadania**: a Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional. Brasília: ENAP; São Paulo: Editora 34, 1998.

CAMARGO, Beatriz Meneghel Chagas. **A separação dos poderes e os freios e contrapeso na Constituição de 1988**: a atuação do Poder Judiciário. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20755>. Acesso em: 30 mai. 2021.

CAPELARI, Danilo. **Uma sequência didática para ensinar relatividade restrita no ensino médio com o uso de TIC**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2016.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Missão, concepções e práticas do Grupo de Formulação e Análises Curriculares (GFAC)**: uma síntese do laboratório de currículo do Centro Paula Souza. São Paulo, 17 out. 2028. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/cpscetec/arquivos/2014/missao.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Plano de Curso nº 234**. São Paulo, 20 ago. 2013. Disponível em: https://etecmlk.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/21/2021/05/Contabilidade-234_CS.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Plano de Curso nº 421**. São Paulo, 29 jul. 2019. Disponível em: http://www.etelg.com.br/paginaete/cursos/planos/planocurso/Administra%C3%A7%C3%A3o%20-%20421_CS.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

CHAVES, Débora Almeida; SILVA, Marcos Raimundo Pereira da. Administração Pública Gerencial: Dificuldades de Implementação nas Organizações Públicas. *In*: CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2010, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: CIETEP, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336055230_Administracao_Publica_Gerencial_Dificuldades_de_implementacao_nas_Organizacoes_Publicas. Acesso em: 18 jun. 2021.

CHIMENTI, Ricardo Cunha *et al.* **Curso de Direito Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico conceitual. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 3, p. 40-73. 2000.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In*: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado das Letras, 2004. p. 95-128.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FRANZÃO, Jeanine Albieri Kiszka. **Sequência didática para o ensino do ciclo menstrual**: uma experiência com alunos do 6º ano do ensino fundamental. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2013.

FREIRE, Maria Cristina Menezes; PATTUSSI, Marcos Pascoal. Tipos de estudos. *In: ESTRELA, Carlos. Metodologia científica: Ciência, ensino e pesquisa.* 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018. p.109-127.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas: Alínea, 2001.

GONDIN, Carolyne de Oliveira. **Sequência didática para o ensino de ácidos e bases: da experimentação ao jogo numa abordagem contextualizada.** 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2016.

GRANJEIRO, José Wilson. **Administração Pública.** 12. ed. Brasília: Westcon, 2006.

JESUS, Ademar de. **Sequência didática para o ensino de circuito elétrico utilizando módulos eletrônicos interativos.** 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2019.

JUNG, Carlos Fernando. **Tipos de pesquisa: Elaboração de artigos científicos.** 2003. Disponível em: www.jung.pro.br. Acesso em: 26 jul. 2021.

KOBASHIGAWA, Alexandre Hiroshi *et al.* Estação ciência: formação de educadores para o ensino de ciências nas séries iniciais do ensino fundamental. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA ABC NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA, IV.,* 2008, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: Estação Ciência, 2008. p. 212-217.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 19. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Joslaine de. **Sequência didática para o ensino da termodinâmica.** 2016. 43 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar - O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 36. ed. atual. até a E.C. 64, de 4.2.2010. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELO, Ângelo Gomes; SANTOS, Mirley Luciene; ARAÚJO, Cleide Sandra Tavares. Experimentation, questioning and the use of digital resources in the application of a didactic sequence to the topic solutions in high school. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1-30, 2020.

MENEZES, Aderson de. **Teoria Geral do Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

MOLL, Jaqueline. O PNE e a Educação Integral: Desafios da escola de tempo completo e formação Integral. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 369-381, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/447/578>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat, Baron de la Brède et de. **O Espírito das Leis**. 2. ed. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 4. ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PLENARINHO. Câmara dos Deputados. **Projetos 2020 Câmara Mirim: Obrigatoriedade do ensino político**. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2020/04/obrigatoriedade-ensino-politico-e-aprovacao-para-votar-ou-ser-cotado/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

PORFÍRIO, Francisco. “Aristóteles”. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/aristoteles.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RADENTI, Debora Graciela. **Sequência didática na língua espanhola no atendimento educacional ao aluno com deficiência visual**: preparação para exames seletivos para acesso ao ensino superior. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina. 2015.

ROSA, Cleci Teresinha Werner da; LANGARO, Raquel. Alfabetização científica voltada à formação cidadã: análise de uma intervenção didática nos anos iniciais. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 297-316, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654510>. Acesso em: 04 mai. 2021.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Epidemiologia & Saúde**. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica, 1994.

SALINAS VALDÉS, Juan José; OLLER FREIXA, Montserrat. Formar cidadãos a través de la acción sobre los problemas sociales de la comunidad. **Práxis Educativa**, v. 24, n. 1, p. 1-14, abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 2.118-B, de 28 de setembro de 1911**. Organiza as Escolas Profissionais da Capital, de acordo com a Lei nº 1214, de 24 de outubro de 1910 e dá-lhes regulamento. São Paulo: ALESP, 1911. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2118B-28.09.1911.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 1214, de 24 de outubro de 1910**. Autoriza o Governo a realizar uma operação de crédito até a quantia, de 10.500:000\$000, destinado á construção de prédios escolares e dá outras providencias. São Paulo: ALESP, 1910. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1910/lei-1214-24.10.1910.html>. Acesso em 05 jun. 2021.

SEFSTROEM, Gilsemar. **Sequência didática com atividades investigativas para o ensino e a aprendizagem de magnetismo no ensino médio**. 2018. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SILVA, Eric Lacerda da; CALIXTO, Patrícia Mendes. Educação Ambiental na Escola: curso de formação para professores. *In*: MOSTRA NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERDISCIPLINAR - MICTI, VI., 2013, Camboriú. **Anais [...]**. Camboriú: IFC, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

SOARES, Adriane de Fátima da Luz. **Sequência didática como estratégia de ensino interdisciplinar**: uma experiência com alunos deficientes intelectuais. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2013.

SOARES, Maria do Carmo dos Anjos; GURGEL, Bruno Saback; **Educação ambiental na escola**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOARES, Patrícia Bourguignon *et al.* Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre tecnologia de construção e edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan./mar. 2016.

SOUZA, Deisiane do Nascimento; PRADO, Edycarlos de Souza. **Atuação da Administração Pública Gerencial no Brasil Após a Reforma Bresser**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2017.

SOUZA, Robineide Borges de. **Sequência didática para o ensino das leis da termodinâmica e máquinas térmicas**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ULIANO, Valério. **Uma sequência didática para introdução à física das radiações ionizantes no ensino médio**. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2018.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **RESOLUÇÃO COUNI / UTFPR nº 38, de 21 de maio de 2021**. Dispõe sobre o emprego dos vocábulos *campus* e seu plural *campi* na designação das unidades que compõem a UTFPR, na documentação e comunicação institucional. Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=2258082&id_orgao_publicacao=0>. Acesso em: 24 jun. 2021.

VIECHNESKI, Juliana Pinto. **Sequência didática para o ensino de ciências nos anos iniciais: subsídios teórico-práticos para a iniciação à alfabetização científica**. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2013.

WEBER, Max. “Política como Vocação”. In: WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 2000. p. 55-124.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora UnB: Imprensa Oficial, 2004. 2 v.

WEIZENMANN, Leandro Marcos. **Uma sequência didática para análise de circuitos elétricos a partir das concepções espontâneas dos estudantes**. 2019. 50 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2019.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA NATUREZA
– PPGEN**

FÁBIO SILVÉRIO DA SILVA JÚNIOR

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO POLÍTICO NA EDUCAÇÃO TÉCNICA
PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
DE CIDADÃOS COM SENSO CRÍTICO E GOVERNAMENTAL**

LONDRINA

2022

FÁBIO SILVÉRIO DA SILVA JÚNIOR

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO POLÍTICO NA EDUCAÇÃO TÉCNICA
PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
DE CIDADÃOS COM SENSO CRÍTICO E GOVERNAMENTAL**

Produto educacional apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná,

Orientador: Prof. Dr. Jair de Oliveira

LONDRINA

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	
2 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O ENSINO POLÍTICO	
3 ESTRUTURA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA	
4 A SEQUÊNCIA DIDÁTICA	
5 REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Esta sequência didática (SD) compõe a dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Trata-se de um Produto Tecnológico Educacional denominado Sequência Didática ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político.

Nessa perspectiva, este material tem por objetivo avaliar uma proposta para melhora do ensino político e que contribua para diminuir as lacunas de aprendizagem dos discentes dos cursos do 3º módulo do técnico em Administração e do 3º módulo de Contabilidade.

Esta SD buscou atrelar o conhecimento teórico com o prático do cotidiano e rotina dos agentes políticos, tendo em vista a contextualização como um todo do ensinamento político aos discentes. Não bastasse, é notório deparar-se com a falta de interesse e de conhecimentos básicos prévios para inserção de um conteúdo específico. Logo, é preciso que educador estabeleça estratégias diversificadas de ensino e aprendizagem.

O objetivo apresenta o desenvolvimento do espírito de cidadania e senso político nos discentes, propiciando entrosamento entre eles e a Câmara de Vereadores, demonstrando a importância da participação política como meio de interação na vida política, além do senso crítico quanto às ações públicas.

A SD é usada para definir um procedimento formado por passos ligados uns aos outros para possibilitar maior eficiência no processo de ensino-aprendizagem. Então, a ideia inicial é a elaboração de um conjunto de atividades escolares organizadas de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito (DOLZ, 2004, p. 97).

Além disso, a utilização da presente SD permitirá a possibilidade do contato direto e próximo da comunidade escolar junto aos políticos escolhidos pelos municípios para representá-los. Ademais, esta atividade poderá despertar o interesse pelo aprofundamento do estudo político e das políticas públicas pelos alunos, que tendem a ser nossos futuros agentes políticos.

Espera-se que este material possa contribuir e auxiliar o docente no desenvolvimento de uma nova estratégia educacional e ferramenta de ensino, a fim de auxiliar na contextualização e transmissão de novos conhecimentos, bem como

despertar o interesse pela busca da informação na fonte correta, e, atuar como aliado para a construção de cidadãos com senso crítico e governamental.

2 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O ENSINO POLÍTICO

Prezado docente, este material tem por finalidade o suporte no desenvolvimento de uma sequência didática composta por atividades práticas com o intuito de viabilizar e transformar o ambiente acadêmico em um celeiro de debates e discussões construtivas, despertando, assim, o interesse desses jovens pela política e pelo estudo das políticas públicas que nos rodeiam.

Inicialmente, é preciso definir que a Administração Pública se refere ao aparelho estatal, ou seja, ao conjunto formado por um governo e seus agentes administrativos, regulado por um ordenamento jurídico (BRESSER PEREIRA, 1995), que consiste no conjunto das normas, leis e funções existentes para organizar a Administração do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 2015, art. 37).

A Constituição Federal de 1988 indica que a Educação é um direito social que deve garantir o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. Saber fazer escolhas críticas para o bem coletivo, portanto, faz parte de um ensino de qualidade. Neste sentido, é de suma importância o ensino político para a continuidade da construção da democracia.

É fundamental que o ensino político seja uma prática nas unidades de ensino, no sentido de ampliar a visão dos docentes e da comunidade escolar sobre sua função como agente transformador da realidade com responsabilidade social.

A escola mantém uma relação dinâmica com a realidade social, ela possibilita a luta por melhores condições de vida, a formação de dirigentes políticos representantes das camadas populares, desmistifica os conteúdos das matérias, substitui modelos sociais éticos por outros adequados a um novo projeto de sociedade, ou seja, ela é uma ameaça à ordem estabelecida. (LIBÂNEO, 1982, p. 42).

Dessa forma, segundo o art. 205 da CF/88, em seu capítulo, estabelece que a educação tem como diretrizes “[...] o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo

para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Assim, o ambiente escolar teria como objetivo, também, ensinar democracia e participação política.

Para Montesquieu (1996), teórico que fundamentou discussões sobre a organização do Estado moderno, como a tripartição do poder, o povo tem uma “capacidade natural” para escolher seus representantes, ainda que nem todos tenham potencial para ser representante. Todavia, para a “boa escolha” os eleitores deveriam se orientar muito bem, debatendo e trocando informações e com um indispensável bom senso, necessitando de informações sobre o processo.

3 ESTRUTURA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

A presente sequência didática está estruturada em cinco aulas, sendo as duas primeiras relacionadas à transmissão do conteúdo teórico relacionado à Administração Pública, suas esferas e, em específico, o Poder Legislativo Municipal. As aulas foram ministradas na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Interior de São Paulo, pertencente ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS).

Neste primeiro momento, em decorrência do cenário pandêmico que estamos vivenciando, as aulas foram ministradas de maneira remota, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, tendo seu retorno presencial a partir do mês de novembro.

A organização da SD foi apresentada no item 3.4 – Processo de elaboração do Produto Educacional – desta dissertação, sendo a primeira referente ao planejamento que articulará as atividades práticas como meio de engajamento ao ensino da Administração pública, a qual ocorrerá mediante levantamento prévio e priorizando os conhecimentos que os discentes possuíam sobre o tema e a sua capacidade de argumentação referente às questões voltadas às políticas públicas e sua participação no acompanhamento e fiscalização dos representantes que eles elegeram para os representa-los junto ao Poder Legislativo local.

Na segunda etapa, apresentou-se a proposta aos alunos e, após a discussão e a participação de algumas aulas expositivas com auxílio de apoio didático metodológico, eles foram separados em grupos, em que cada um ficou responsável por realizar perguntas ao vereador entrevistado.

A terceira etapa ocorreu com a aplicação da presente SD, que por meio de uma plataforma unificada de comunicação, por videoconferência, os alunos e

vereadores promoveram um debate, com discussões que propiciaram a todos os envolvidos o entendimento do funcionamento do processo legislativo e o papel de um vereador frente às demandas de uma população. Ainda convém mencionar que todo o evento foi filmado e gravado, sendo posteriormente disponibilizado na grade de transmissão do Departamento de Comunicação da TV Câmara.

Por fim, a quarta etapa caracterizou-se pela avaliação, discussão e pelo retorno que os estudantes e vereador transmitiram, por meio das respostas aos questionários elaborados pelos grupos.

4 A SEQUÊNCIA DIDÁTICA

O modelo de proposta da sequência didática para o ensino político, com o objetivo de desenvolver o pensamento crítico e a formação cidadã dos discentes encontra-se expresso no quadro a seguir.

Centro Paula Souza
Unidade de Ensino: ETEC
Curso: Técnico em Administração Técnico em Contabilidade Ensino Médio com Habilitação Profissional
Componentes Curricular: Estudos da Administração Pública Contabilidade Pública Fundamentos da Administração Pública
Docente: Fábio Silvério da Silva Júnior
Módulo / Turma: 3º módulo do técnico em Administração e do 3º módulo de Contabilidade.
Ensino: Médio e Técnico Profissionalizante
Quantidade de Alunos: 18 alunos participantes
Duração: 5 aulas
Tema Estruturador: ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político
Objetivo da Sequência Didática: Demonstrar a importância da participação política como meio de interação na vida política, com o desenvolvimento do senso crítico quanto às ações públicas, a formação cidadã e a

contextualização do conteúdo teórico visto em sala de aula com a prática do cotidiano. Assim como disponibilizar um produto educacional e desenvolver mídias educacionais, propostas de ensinios, materiais textuais e interativos, bem como atividades de extensão que apoiarão no ensino e na disseminação da importância do ensino e participação política.

Justificativa: Apresentar o hábito inerente aos conhecimentos a respeito dos assuntos que envolvem o estudo da Administração pública e seu uso comum, em específico o Poder Legislativo Municipal, tendo em vista que os alunos, a partir de 18 anos, dos cursos técnicos da área de gestão e negócios da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Interior de São Paulo, pertencente ao CEETPS, poderão futuramente atuar como agentes políticos, como secretários municipais, vereadores, prefeito e vice-prefeito, entre outros, que comporão futuras legislaturas, bem como, viabilizar e transformar o ambiente acadêmico em um celeiro de debates e discussões construtivas, despertando, assim, o interesse desses jovens pela política e pelo estudo das políticas públicas que nos rodeiam.

Competências:

- analisar os princípios relacionados ao exercício da Gestão Pública;
- distinguir os serviços públicos e suas atribuições previstas na Constituição Federal;
- identificar diferentes servidores públicos e as suas atribuições previstas na Constituição Federal;
- organizar toda a rotina contábil de acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal;
- contextualizar a estrutura do Setor Público.

Habilidades:

- identificar os princípios que embasam as práticas da atividade pública;
- identificar os modelos de constituição de sociedades públicas e os serviços prestados;
- distinguir as atribuições dos funcionários públicos previstas em texto legal;
- aplicar à rotina contábil, as normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conteúdo: Durante as aulas, assuntos relacionados à Administração pública e ao ensino político serão abordados por meio de aulas expositivas, com a

utilização do material de apoio pedagógico (apostila), exemplos práticos de nosso cotidiano e ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político.

Conceitos: Bases tecnológicas, conforme anexo A, B e C.

Recursos: Para as aulas em sala de aula, o professor contará com o multimídia para projetar todo o conteúdo do material apostilado, bem como a lousa e discussões que surgirão no decorrer da aula.

Durante a formação dos grupos para o desenvolvimento dos quesitos a serem direcionados ao vereador durante a ida à Câmara, o docente poderá estruturar os grupos para aqueles que farão perguntas de cunho pessoal contextualizado na função parlamentar, profissional e político.

Enquanto da realização e aplicação da presente sequência didática e, em especial a realizada no ano de 2021, que ocorrerá de forma virtual, tendo em vista o cenário pandêmico que tem assolado todo o mundo em decorrência da propagação do coronavírus – Covid-19 –, em uma plataforma virtual, em que os alunos participantes sabatinarão o vereador.

Outrossim, como o Poder Legislativo possui um departamento de comunicação, estruturado com equipamentos de filmagens e edições de ponta, todo o evento será filmado e incluído na grade de transmissão das mais diversas mídias de comunicação.

Instrumento de Avaliação: Avaliação diagnóstica do conhecimento prévio que os alunos participantes possuem sobre os assuntos a serem abordados, além da capacidade da colaboração da participação em grupos com o desenvolvimento de perguntas a serem direcionadas ao agente político durante a visita à Câmara Municipal e o relatório individual final das contribuições da presente sequência didática.

Aula 1

Tema: Apresentando a Administração Pública e as suas esferas: Poder Legislativo

Duração: 50 minutos

Objetivo: Transmitir aos alunos o conhecimento político e técnico da Administração Pública, suas áreas, campos de atuação e esferas.

Recursos: Para a aula em sala de aula, o professor contará com o multimídia para projetar todo o conteúdo do material apostilado, bem como a lousa e as discussões que surgirão no decorrer da aula.

Desenvolvimento:

O docente deverá iniciar a aula questionando e levantando as lacunas de aprendizagem no que tange ao conhecimento prévio que os docentes possuem sobre a Administração Pública, suas esferas e, em especial, o Poder Legislativo.

Conforme as respostas, o professor deverá iniciar a explicação do conteúdo teórico, tentando ao máximo contextualizar com a vivência diária de situações que rodeiam a todos.

Em seguida, o educador apresentará um texto de apoio sobre como funciona a Câmara Municipal e as suas funções e, iniciar uma discussão com os alunos para avaliar o conteúdo transmitido, questionando para uma visão crítica e pensante, a fim de contribuir para a sua participação ativa nas discussões e formação cidadã.

Avaliação: Avaliação diagnóstica dos conhecimentos prévios, estudos de casos/exemplos práticos de nosso cotidiano e, discussões do conteúdo absorvido durante a realização da aula.

Texto de Apoio ao docente:

COMO FUNCIONA A CÂMARA

A Constituição da República Federativa do Brasil, editada em 1988, em Assembleia Nacional Constituinte, preservou a divisão dos Poderes em Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário, independentes e com atribuições definidas, tendo como finalidade garantir o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade e a justiça.

O Poder Legislativo tem quatro funções principais, a saber: legislativa, fiscalizadora, julgadora e administrativa.

O Poder Legislativo é o mais representativo da comunidade, porque ali está a maioria das correntes de pensamento da população, representando os mais diversos setores da sociedade. Os eleitores delegam aos Vereadores, à Câmara Municipal, ao

Poder Legislativo, o poder/dever de cuidar das leis, desde sua elaboração até o seu cumprimento.

A Câmara é o órgão do governo local que congrega representantes da vontade popular, cuja atuação acontece por meio de um grupo de pessoas, colegiado. Encarna o poder legislativo municipal.

Constitui elemento básico do conceito de autonomia dos Municípios, porque integra a noção de governo próprio, característica política da autonomia, assegurada pela Constituição Federal no art. 15. Governo próprio significa governo organizado segundo a vontade dos governados, isto é, governo cuja formação independe da interferência de fatores estranhos e externos à comunidade a que se destina.

A Câmara Municipal é composta por vereadores, que são os agentes políticos do governo local, eleitos pelos munícipes (Constituição Federal, art. 15, 1). Os vereadores dispõem de um órgão diretivo chamado Mesa.

Com essa organização, a Câmara Municipal deve se aparelhar para desenvolver as seguintes competências:

Funções da Câmara Municipal



- **Legislativa** - Consiste em elaborar as leis que são da competência do Município, discutir e votar os projetos que serão transformados em leis buscando organizar a vida da comunidade. A Câmara não pode legislar sobre assuntos que são de competência e de responsabilidade da União e dos Estados.
- **Fiscalizadora** - Fiscaliza a Administração Municipal, a qual se realiza por meio da tomada de contas do prefeito, dos pedidos de informações sobre atividades da Administração, da convocação do prefeito ou de seus auxiliares diretos para prestar informações sobre assuntos administrativos ou de comissões de investigação ou de inquérito. Além desses momentos específicos, os vereadores podem fiscalizar os atos do Executivo, por intermédio de pedidos de informação dirigidos ao prefeito ou a agentes da

Administração Municipal, mediante denúncias e discursos em que apontem falhas e omissões do prefeito.

- **Julgadora** - A Câmara tem a função de julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os próprios Vereadores, quando praticam ações político-administrativas não condizentes com os interesses do Município. Esses julgamentos podem concluir, até mesmo, pela perda do mandato. Outro julgamento é o das contas da Administração.
- **Administrativa** - A Câmara tem a sua parte administrativa. Conta com seu quadro de servidores, que garantem o funcionamento de todos os setores. Tem compras para fazer, contas a pagar, o Regimento Interno para elaborar, definindo como a Câmara funciona em Plenário e nas Comissões, e ainda tem um plano próprio de cargos e salários.

Aula 2
Tema: Apresentando a Administração Pública e as suas esferas: Poder Legislativo
Duração: 50 minutos
Objetivo: Transmitir aos alunos o conhecimento político e técnico da Administração Pública, suas áreas, campos de atuação e esferas.
Recursos: Para a aula em sala de aula, o professor contará com o multimídia para projetar todo o conteúdo do material apostilado, bem como a lousa e as discussões que aparecerão no decorrer da aula.
<p>Desenvolvimento:</p> <p>O docente deverá iniciar a aula questionando e levantando as lacunas de aprendizagem no que tange ao conhecimento prévio que os docentes possuem sobre a Administração Pública, suas esferas e, em especial, o Poder Legislativo. Conforme as respostas, o professor deverá iniciar a explicação do conteúdo teórico, tentando ao máximo contextualizar com a vivência diária de situações que rodeiam a todos.</p> <p>Em seguida, o educador apresentará um texto de apoio sobre a função legislativa dos vereadores e as principais definições de suas atividades, bem como iniciar uma discussão com os alunos para avaliar o conteúdo transmitido, questionando para uma visão crítica e pensante, a fim de contribuir para a sua participação ativa nas discussões e formação cidadã.</p>

Avaliação: Avaliação diagnóstica dos conhecimentos prévios, estudos de casos/exemplos práticos de nosso cotidiano, e discussões do conteúdo absorvido durante a realização da aula.

Texto de Apoio ao docente:

FUNÇÃO LEGISLATIVA DOS VEREADORES

Os vereadores exercem função legislativa, quando participam do processo de formação das leis municipais. São eles os legisladores locais, assim como os deputados estaduais são os legisladores estaduais e os deputados federais e senadores são os legisladores federais.

A função legislativa tem por finalidade a criação de normas jurídicas abstratas, gerais, obrigatórias e inovadoras da ordem jurídica, quer regulando matéria ou interesse pela primeira vez, quer modificando regulamentação anterior. É exercida mediante proposições – que se denominam projetos –, e emendas ou substitutivos – que são discutidos, votados, sancionados ou vetados (quando se tratar de projeto de lei). Além dessas proposições destinadas à criação de normas jurídicas locais, os Vereadores praticam outros atos no exercício de seu mandato, visando à fiscalização da Administração pública, ao relacionamento com outras autoridades locais, estaduais ou federais e com os municípios.

Lei Orgânica Municipal - Organiza os órgãos da Administração, a relação entre os órgãos do Executivo e Legislativo, disciplinando a competência legislativa do Município, além de estabelecer as regras de processo legislativo municipal e toda regulamentação orçamentária, em consonância com a Constituição Federal e Estadual.

Regimento Interno - É o instrumento delineador das atribuições dos órgãos do Poder Legislativo. Nele estão contempladas as funções legislativas, fiscalizadoras e administrativas da Câmara Municipal. Trata-se, portanto, de um ato normativo de exclusiva competência da Câmara, não podendo sofrer qualquer interferência, seja do Estado, seja do próprio Prefeito. Seu cumprimento é condição primordial para o bom andamento dos trabalhos da Casa.

Mesa Diretora - Como órgão diretivo, compete-lhe a prática de atos de direção, Administração e execução das deliberações aprovadas pelo Plenário, na forma regimental. A Mesa é composta pelo presidente, vice-presidente e pelo secretário. Ela é eleita com os votos dos vereadores e o mandato é de um ano, podendo ser reeleita.

Projeto de Lei - É o instrumento por meio do qual se exerce o poder de iniciativa legislativa. Deve conter todos os elementos formais e materiais da técnica legislativa para que seja distribuída na lei que se quer criar.

Requerimento - É todo pedido, verbal ou escrito, formulado sobre qualquer assunto, que implique decisão ou resposta.

Moção - É proposição em que é sugerida manifestação da Câmara Municipal sobre assunto da esfera municipal, estadual ou federal, apelando, reivindicando providências, hipotecando solidariedade, protestando, repudiando ou aplaudindo. Está sujeita à votação em plenário.

Indicação - É a proposição com que os legisladores indicam aos Poderes Públicos a necessidade de executar uma ação; ela contém sugestões sobre a conveniência de o seu destinatário realizar algo que escapa à competência legislativa.

Portaria - É um ato de que se serve o Presidente da Câmara, bem como Secretário, Mesa-Diretora e outras autoridades da Edilidade, para disciplinar assuntos administrativos individuais.

Ementa - Parte que sintetiza o conteúdo da lei, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislativa.

Proposições ou Proposituras - Toda matéria legislativa, sujeita ou não à deliberação do plenário. São elas: Propostas de Emendas à Lei Orgânica Municipal, Projetos de Lei Complementar e Ordinária, Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução, Moções, Requerimentos, Substitutivos, Emendas, Subemendas e Indicações.

Parecer - Pronunciamento das Comissões Permanentes (como também da Assessoria Jurídica da Câmara), sobre a matéria que lhe foi distribuída para exame e deliberação.

Autógrafo - Texto final do projeto aprovado, assinado pela Mesa Diretora e encaminhado ao Prefeito Municipal para sanção ou veto.

Sanção - Aprovação de uma lei dada pelo Chefe do Executivo (prefeito).

Ordem do Dia - Relação das proposições que serão submetidas à aprovação do Plenário (discussão e votação).

Tramitação - Caminho que a proposição deverá seguir desde seu registro de entrada até o resultado.

Pauta - Período em que uma proposição fica à disposição dos Vereadores para exame e eventuais emendas.

Plenário - Espaço onde acontecem as sessões e são votadas as proposições. Suas atribuições são deliberativas e legislativas.

Quórum - Exigência de determinado número de vereadores presentes para exercer determinadas atividades. Para abertura das sessões, conhecimento do expediente e debate dos assuntos, deve haver no mínimo sete vereadores

Tramitação de Matéria ou Projeto - É o que tecnicamente se pode denominar procedimento legislativo, que é o modo pelo qual os atos do processo legislativo se realizam, e diz respeito ao andamento da matéria na Câmara.

Sessões Legislativas - A Câmara Municipal exerce suas funções em períodos anuais, que se chamam Sessões Legislativas que, pelo visto, não se confundem com legislatura. Sessão Legislativa é o período de trabalho da Câmara dentro do ano civil, havendo em cada legislatura quatro Sessões Legislativas, entremeadas de recessos. Elas podem ser ordinárias ou extraordinárias.

Sessões Solenes de Instalação - Cada vez que há eleição municipal em que são eleitos novos Vereadores, bem como Prefeito e Vice-Prefeito, é preciso dar-lhes posse. A Lei Orgânica diz que a posse se dará no dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição. Aí se realiza a sessão solene, com a posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice.

Sessões Solenes, Especiais ou Comemorativas - São as sessões convocadas para a prestação de homenagens ou realização de comemorações cívicas, em qualquer recinto e com qualquer número de vereadores, pois nelas nada se delibera. As especiais podem dedicar o tempo para abordar um tema específico. As solenes servem também para comemorar datas importantes.

Sessões Ordinárias - São as sessões já previstas para acontecer. É aquela em que se baseia a maior parte da atuação do Legislativo. Possui em várias partes, cada uma com finalidades distintas.

Expediente - A sessão é aberta com a leitura do expediente. Ele é formado de toda correspondência recebida, expedida, processos, projetos, expedientes apresentados pelos Vereadores, Prefeito e terceiros. Tudo, enfim, que for encaminhado à Câmara de Vereadores e tudo o que ela encaminha. A leitura é para que todos os Vereadores tomem conhecimento do que acontece e para oficializar toda matéria expedida e recebida. Terminada a leitura o Presidente destina o tempo restante da hora do expediente para o uso da palavra pelos vereadores, segundo a ordem de inscrição em livro, versando sobre o tema livre e para o uso da tribuna livre.

Pequeno Expediente - é o espaço durante o qual os vereadores podem apresentar breves comunicações ou comentários sobre as matérias apresentadas.


Grande Expediente - é um espaço para que os vereadores se manifestem sobre os mais diferentes assuntos de interesse público.

Ordem do Dia - É o espaço dedicado especialmente aos trabalhos legislativos, quando os Vereadores discutem, debatem, esclarecem e votam as proposições legislativas constantes da pauta.

Todas as atividades são registradas em ATA, resumo de todo o expediente e de todas as manifestações em Plenário. Documento importante que colabora na busca de temas abordados e na identificação dos assuntos discutidos pelos Vereadores.

Sessões Extraordinárias - podem ser convocadas, a qualquer tempo, pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara Municipal ou pela maioria dos integrantes da Câmara de Vereadores. Podem ser convocadas no período de recesso ou no período das sessões normais, dependendo da necessidade de ser examinado determinado assunto com urgência e a matéria ser de interesse público relevante.

Comissões - As Comissões legislativas têm a atribuição de examinar as propostas, quase sempre projetos de lei, encaminhados pelo Executivo, pelos Vereadores e pela iniciativa popular. Estudam, pesquisam, investigam e ouvem representantes da comunidade sobre a matéria apresentada. Examinam se ela é constitucional, se contraria ou não as leis maiores.

Aula 3
Tema: Desenvolvimento prático – Elaboração das perguntas
Duração: 50 minutos
Objetivo: Confeccionar o rol de questões que serão direcionadas ao vereador na visita à Câmara Municipal
Recursos: Quesitos desenvolvidos em grupos pelos alunos durante a aula.
<p>Desenvolvimento:</p> <p>O docente deverá solicitar aos alunos que se reúnam em grupos para o desenvolvimento e produção das questões que serão direcionadas ao vereador sabatinado.</p> <p>O professor acompanhará para que as questões sejam imparciais e legais, a fim de que seja possível um debate saudável e produtivo. Além disso, o educador confere se não existe nenhuma pergunta semelhante e se o máximo de conteúdo será envolvido.</p> <div style="text-align: center;">  </div>
Avaliação: Participação dos alunos na atividade para o preparo dos quesitos que serão direcionados ao vereador.

Aula 4
Tema: ETEC na Câmara: Escola de Conhecimento Político
Duração: 50 minutos
Objetivo: Oportunizar um ambiente de discussões e aprendizado
<p>Recursos:</p> <p>Plataforma virtual, tendo em vista o cenário pandêmico que tem assolado todo o mundo em decorrência da propagação do coronavírus – Covid-19 -, por meio da qual os alunos participantes sabatinarão o vereador.</p> <p>Todo o evento será filmado e incluído na grade de transmissão das mais diversas mídias de comunicação.</p>

**Desenvolvimento:**

O docente deverá gerar o *link* de acesso na plataforma digital escolhida e encaminhar aos alunos participantes e ao vereador para que possam desenvolver a atividade. Em seguida, após todos estarem conectados, o professor fará a introdução da presente sequência didática, apresentando sua introdução e objetivo. Logo após é passada a palavra ao vereador presente, que dará as boas-vindas iniciais aos presentes.

A seguir, o educador autorizará os alunos a iniciarem, organizadamente, as perguntas ao vereador, que imediatamente responderá e, assim sucessivamente, até que todas as dúvidas forem sanadas.

Previamente, será requerido dos alunos participantes, ou a seus pais ou responsáveis legais, a assinatura do termo de assentimento livre e esclarecido e uso de imagens.





Avaliação: Participação dos alunos na atividade, em específico neste ano de 2021, por meio da plataforma virtual.

Aula 5
Tema: Avaliação e Fechamento
Duração: 50 minutos
Objetivo: Discussão e Avaliação da sequência didática, bem como dos conteúdos aprendidos da sua realização.
Recursos: Planilhas eletrônicas e discussões em sala de aula
Desenvolvimento:

O docente deverá encaminhar aos discentes o *link* do formulário eletrônico para que respondam ao questionário sobre o desenvolvimento da atividade realizada junto ao vereador da Câmara Municipal.

Em seguida, o professor ouvirá aos alunos, dos pontos fortes e a serem melhorados. Por fim, o educador fará uma segunda avaliação diagnóstica para constatar se houve proveito dessa nova metodologia de atrelar a teoria à prática.

Avaliação: Formulário a ser respondido pelos discentes, conforme Apêndice B.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-40, 2015.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In*: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado das Letras, 2004. p. 95-128.

LIBÂNEO, José Carlos. Saber, saber ser, saber fazer: o conteúdo do fazer pedagógico. **ANDE**, São Paulo, n. 4, p. 40-44, 1982.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS

I. Questionário – Retorno do processo pelo aluno

Prezado(a) aluno(a).
Espero que todos estejam bem!

A fim de avaliar sua participação no contexto da atividade “ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político”, e para mensurar o aproveitamento da utilização dessa estratégia de ensino diferenciada, convido você a contribuir, respondendo às perguntas a seguir:

1. Qual a sua faixa etária:
 De 16 a 18 anos.
 De 19 a 25 anos.
 De 25 a 30 anos.
 De 31 a 40 anos.
 Acima de 40 anos.
2. Seu gênero
 Feminino.
 Masculino.
3. Como você classifica seu conhecimento sobre os aprendizados da Administração pública antes do desenvolvimento da sequência didática
 Não possuía nenhum conhecimento sobre o assunto.
 Conhecimentos básicos sobre o assunto.
 Entendimento intermediário sobre o assunto.
 Aprendizado avançado sobre o tema.
4. Você tinha o costume de participar ou se interessava por assuntos relacionados a política de seu município?
 Sim.
 Não.
5. Por qual motivo você não se interessa/participa dos assuntos relacionados à Administração governamental de sua cidade?
 Ausência de tempo;
 Não possuir conhecimento técnico para acompanhar as discussões;
 Falta de interesse pelo assunto;
 Por não acreditar nos assuntos relacionados a política;
 Outros. Especifique: _____

6. Na última eleição, ano de 2020, para escolha dos representantes de seu município, você votou?

Sim.

Não.

7. Você lembra quem foi a sua opção de voto, para vereador?

Sim.

Não.

8. Como munícipe, como você pontua sua participação nas ações governamentais?

Não participo de nenhum debate ou discussão política de minha cidade.

Participo das discussões apenas através das minhas redes sociais, e até já participei de discussões *on-line*.

Procuro buscar as informações na Câmara Municipal de minha cidade ou algum vereador.

Participo ativamente das discussões e programas de políticas públicas de meu município.

9. Antes de participar da presente atividade, você já tinha tido algum contato com algum vereador?

Sim, já conversei/converso com algum vereador eleito.

Apenas durante a campanha eleitoral.

Não, nunca tinha tido nenhum contato.

10. Em uma escala de 0 a 10, que nota você atribui para a etapa do planejamento desenvolvida pelo professor, da realização desta atividade?

0

4

8

1

5

9

2

6

10

3

7

11. Em uma escala de 0 a 10, que nota você atribui para a etapa da execução desenvolvida pelo professor durante a realização desta atividade?

0

4

8

1

5

9

2

6

10

3

7

12. Em uma escala de 0 a 10, que nota você atribui para o tempo de duração para a realização desta atividade?

- | | | |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 8 |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 9 |
| <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 10 |
| <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 7 | |

13. Em uma escala de 0 a 10, que nota você atribui para a atividade “ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político”?

- | | | |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 8 |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 9 |
| <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 10 |
| <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 7 | |

14. Como você avalia a proposta da atividade desenvolvida pelo professor?

- Não acrescentou nenhum novo conhecimento.
- Acrescentou superficialmente novos conhecimentos.
- Aprendi muito sobre o Poder Legislativo e o papel do vereador da minha cidade.

15. Como você avalia a participação do vereador durante a aplicação da sequência didática?

- Ele não respondeu/não conhecia grande parte das questões.
- Ele respondeu boa parte das questões, mas não foi claro e objetivo nas respostas.
- Ele respondeu todas as questões, e, consegui entender boa parte/por completo, todas as respostas.

16. Em uma escala de 0 a 10, que nota você atribui para a sua possibilidade de aprendizagem sobre questões relacionadas a Administração pública?

- | | | |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 8 |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 9 |
| <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 10 |
| <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 7 | |

17. Você acredita que a presente sequência didática despertou o seu interesse para assuntos relacionados à política de sua cidade?

- Sim. Parcialmente. Não.

18. Você admite que a presente atividade auxiliará na construção de uma postura mais cidadã?

Sim.

Não.

19. Em uma escala de 0 a 10, que nota você atribui para o uso dessa sequência didática?

0

4

8

1

5

9

2

6

10

3

7

20. Escreva quais foram os principais aprendizados que você obteve após a execução desta atividade?

II. Questionário – Retorno do processo pelo vereador

Prezado vereador.

Espero que esteja bem!

A fim de avaliar sua participação no contexto da atividade “ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político”, e, para mensurar o aproveitamento da utilização dessa estratégia de ensino diferenciada, convido-o a contribuir, respondendo às perguntas a seguir:

1. Há quanto tempo você está atuando diretamente na Administração pública?

Até 2 anos.

De 3 a 5 anos.

De 6 a 10 anos.

De 11 a 15 anos.

Acima de 16 anos.

2. Você já assumiu alguma função de gestão frente à Administração Pública (secretário municipal, cargos em comissão ou Presidente da Câmara)?

Sim.

Não.

3. Você costuma reservar algum tempo em sua agenda para atendimento dos munícipes de sua cidade? Caso sim, quanto tempo?

() 3

() 6

() 9

() 4

() 7

() 10

() 5

() 8

9. Escreva quais foram os principais aprendizados que espera que os alunos obtenham após a execução desta atividade?

10. Críticas e sugestões sobre o desenvolvimento da atividade.

ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE

MATRIZ CURRICULAR – 2º SEMESTRE DE 2019														
Unidade Escolar	ETE C PEDRO D'ARCÁDIA NETO					Código	095	Município	ASSIS					
Eixo Tecnológico	GESTÃO E NEGÓCIOS			Habilitação Profissional de TÉCNICO EM CONTABILIDADE (2,5)					Plano de Curso	23 4				
Lei Federal n.º 9394, de 20-12-1996; Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20-9-2012; Resolução SE n.º 78, de 7-11-2008; Decreto Federal n.º 5154, de 23-7-2004, alterado pelo Decreto n.º 8.268, de 18-6-2014. Plano de Curso aprovado pela Portaria Cetec – 733, de 10-9-2015, publicada no Diário Oficial de 11-9-2015 – Poder Executivo – Seção I – páginas 52-53.														
MÓDULO I – 2º semestre de 2019				MÓDULO II – 1º semestre de 2020					MÓDULO III – 2º semestre de 2020					
Componentes Curriculares	Carga Horária (Horas-aula)			Componentes Curriculares	Carga Horária (Horas-aula)			Componentes Curriculares	Carga Horária (Horas-aula)					
	Teoria	Prática	Total		Teoria	Prática	Total		Teoria	Prática	Total			
I.1 – Aplicativos Informatizados	4	00	50	50	II.1 – Contabilidade Comercial	2	50	00	50	III.1 – Contabilidade Gerencial e Estratégica	3	50	00	50
I.2 – Ética e Cidadania Organizacional	4	50	00	50	II.2 – Contabilidade de Custos	2	100	00	100	III.2 – Tópicos Especiais de Contabilidade	3	100	00	100
I.3 – Gestão de Documentos Contábeis	2	50	00	50	II.3 – Contabilidade Intermediária	2	50	00	50	III.3 – Contabilidade Tributária e Fiscal	3	100	00	100
I.4 – Contabilidade Introdutória	1	100	00	100	II.4 – Sistemas de Informações Contábeis	2	00	50	50	III.4 – Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras	3	100	00	100
I.5 – Direito Comercial e Empresarial	1	50	00	50	II.5 – Planejamento Tributário Empresarial	2	100	00	100	III.5 – Contabilidade de Pública	3	50	00	50
I.6 – Linguagem, Trabalho e Tecnologia	4	50	00	50	II.6 – Processos Estatísticos de Pesquisa	1	50	00	50	III.6 – Contabilidade do Agronegócio	3	50	00	50
I.7 – Operações Financeiras	1	50	00	50	II.7 – Inglês Instrumental	4	50	00	50	III.7 – Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Contabilidade	1	00	50	50
I.8 – Economia e Mercado Financeiro	1	50	00	50	II.8 – Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Contabilidade	1	50	00	50					
I.9 – Legislação Social e Trabalhista	1	50	00	50						TOTAL		450	50	500
TOTAL	450	50	500	TOTAL	450	50	500							
MÓDULO I SEM CERTIFICAÇÃO TÉCNICA				MÓDULOS I + II Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR DE CONTABILIDADE					MÓDULOS I + II + III Habilitação Profissional de TÉCNICO EM CONTABILIDADE					
LEGENDA DOS TEMAS E SUA RELAÇÃO COM AS FUNÇÕES (DESCRIÇÃO NO VERSO)														
TEMA 1 – DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS E FUNDAMENTOS ORGANIZACIONAIS E CONTÁBEIS (Planejamento e Execução)						TEMA 3 – ELABORAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Planejamento e Execução)								
TEMA 2 – DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E OPERAÇÕES COM TRIBUTOS (Execução e Controle)						TEMA 4 – TEMAS TRANSVERSAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROFISSIONAL INSTRUMENTAL DA ÁREA (Planejamento)								
Homologação: ____/____/____						Homologação: ____/____/____								
Data: ____/____/____				DIRETOR DE ETEC (Assinatura e carimbo)				SUPERVISOR EDUCACIONAL (Assinatura e carimbo)						

O COMPONENTE CURRICULAR DE CONTABILIDADE PÚBLICA
III.5 – CONTABILIDADE PÚBLICA

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	BASES TECNOLÓGICAS
1. Identificar os regimes contábeis aplicados à Contabilidade pública.	1.1 Aplicar, nos fatos administrativos, os regimes contábeis pertinentes.	1. Conceito de Contabilidade Pública: campos de atuação; regimes contábeis aplicados à Contabilidade Pública.
2. Analisar os diversos fatos contábeis dentro dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.	2.1 Elaborar os registros dos diversos fatos contábeis dentro dos sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.	2. Sistemas contábeis: sistemas orçamentários; sistemas financeiros; sistemas patrimoniais; sistemas de compensação.
3. Analisar e caracterizar o Plano de Contas dos sistemas: financeiro, patrimonial e de compensação e do sistema orçamentário.	3.1 Classificar os fatos administrativos de acordo com o Plano de Contas dos vários sistemas.	3. Plano de Contas do sistema financeiro, patrimonial e de compensação: funções das contas; plano de Contas do sistema orçamentário.
4. Proceder à escrituração dos diversos fatos administrativos desde a abertura até o encerramento do exercício.	4.1 Organizar e efetuar os registros contábeis de acordo com as contas e suas funções dentro de cada sistema.	4. Escriturações contábeis: lançamentos contábeis de abertura do exercício financeiro: no sistema orçamentário; nos sistemas financeiro, patrimonial e de compensação; lançamentos contábeis de rotina durante o exercício financeiro; lançamentos contábeis de encerramento do exercício financeiro.
5. Caracterizar as diversas demonstrações contábeis financeiras de acordo com a legislação vigente.	5.1 Extrair as diversas demonstrações contábeis de acordo com a legislação vigente.	5. Demonstrações contábeis segundo a Lei 4.320/64: balanços orçamentários; balanços financeiros; demonstrações das variações patrimoniais.
6. Identificar na Contabilidade pública, as determinações da lei orçamentária.	6.1 Proceder aos registros dos fatos administrativos de acordo com o orçamento público.	6. O orçamento público: conceito; processos de planejamento orçamentário: plano plurianual; diretrizes orçamentárias; orçamentos anuais.
7. Organizar toda a rotina contábil de acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal.	7.1 Aplicar à rotina contábil, as normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.	7. Lei de Responsabilidade Fiscal e seus demonstrativos contábeis.
		8. A Nova Contabilidade Pública: Transparência Governamental. Demonstração do Resultado Econômico. Convergência para as normas internacionais.

Carga Horária (horas-aula)

Teórica	60	Prática em Laboratório*	00	Total	60 horas-aula
Teórica (2,5)	50	Prática em Laboratório* (2,5)	00	Total (2,5)	50 horas-aula

ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR												
Eixo Tecnológico		GESTÃO E NEGÓCIOS				Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO				Plano de Curso		421
Lei Federal 9394, de 20-12-1996; Resolução CNE/CEB 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CEB 6, de 20-9-2012; Resolução SE 78, de 7-11-2008; Decreto Federal 5154, de 23-7-2004, alterado pelo Decreto 8.268, de 18-6-2014; Parecer CNE/CEB 39/2004; Parecer 11, de 12-6-2008; Deliberação CEE 162/2018, alterada pela Deliberação CEE 168/2019. Plano de Curso aprovado pela Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico – 1792, de 16-9-2019, publicada no Diário Oficial de 17-9-2019 – Poder Executivo – Seção I – página 37.												
MÓDULO I				MÓDULO II				MÓDULO III				
Componentes Curriculares	Carga Horária (Horas-aula)			Componentes Curriculares	Carga Horária (Horas-aula)			Componentes Curriculares	Carga Horária (Horas-aula)			
	Teoria	Prática	Total		Teoria	Prática	Total		Teoria	Prática	Total	
I.1 – Linguagem, Trabalho e Tecnologia	40	00	40	II.1 – Planejamento de Marketing Institucional	60	00	60	III.1 – Administração Financeira e Orçamentária	80	00	80	
I.2 – Planejamento Empresarial	60	00	60	II.2 – Legislação Empresarial	60	00	60	III.2 – Processos Logísticos Empresariais	80	00	80	
I.3 – Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas	00	60	60	II.3 – Administração de Recursos Humanos	80	00	80	III.3 – Administração da Produção e Serviços	60	00	60	
I.4 – Estudos e Desenvolvimento das Ações de Marketing	60	00	60	II.4 – Custos, Processos e Operações Contábeis	100	00	100	III.4 – Tecnologia da Informação Aplicada a Administração	00	60	60	
I.5 – Cálculos Financeiros e Estatísticos	80	00	80	II.5 – Planejamento dos Processos Comerciais	00	60	60	III.5 – Estudos da Administração Pública	60	00	60	
I.6 – Ética e Cidadania Organizacional	40	00	40	II.6 – Desenvolvimento de Modelos de Negócios	00	100	100	III.6 – Estudos de Comércio Internacional	60	00	60	
I.7 – Aplicativos Informatizados	00	40	40	II.7 – Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração	40	00	40	III.7 – Inglês Instrumental	40	00	40	
I.8 – Estudos de Economia e Mercado	60	00	60					III.8 – Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração	00	60	60	
I.9 – Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal	00	60	60									
TOTAL	340	160	500	TOTAL	340	160	500	TOTAL	380	120	500	
MÓDULO I Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO				MÓDULOS I + II Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO				MÓDULOS I + II + III Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO				
Total da Carga Horária Teórica		1060 horas-aula				Trabalho de Conclusão de Curso		120 horas				
Total da Carga Horária Prática		440 horas-aula				Estágio Supervisionado		Este curso não requer Estágio Supervisionado.				
Observação	A carga horária descrita como prática é aquela com possibilidade de divisão de classes em turmas, conforme o item 4.8 do Plano de Curso.											

O COMPONENTE CURRICULAR DE ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

III.5 ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Função: Desenvolvimento de processos públicos

Classificação: Execução

Atribuições e Responsabilidades

Cumprir a legislação que regula as atividades públicas.

Valores e Atitudes

Comprometer-se com a igualdade de direitos.

Promover ações que considerem o respeito às normas estabelecidas. Responsabilizar-se pela produção, utilização e divulgação de informações.

Competências

1. Analisar princípios relacionados ao exercício da Gestão Pública.
2. Distinguir os serviços públicos e suas atribuições previstas na Constituição Federal.

Habilidades

- 1.1 Identificar os princípios que embasam as práticas da atividade pública.
- 1.2 Identificar os modelos de constituição de sociedades públicas e os serviços prestados.
- 2.1 Identificar as atribuições dos serviços públicos previstas em seus aspectos legais.
- 2.2 Identificar modalidades de licitação e suas aplicações.
- 2.3 Auxiliar nos processos licitatórios para contratação de serviços.

Orientações

Este componente curricular sugere o desenvolvimento de processos licitatórios, bem como visitas técnicas a órgãos públicos.

Bases Tecnológicas

Princípios do Direito

Administrativo Estrutura

da Gestão Pública

- Administração Direta:
 - ✓ Estados, Municípios e União;
 - ✓ Ministérios;
 - ✓ Secretarias.
- Administração Indireta:
 - ✓ descentralização e desconcentração;
 - ✓ descentralização política e administrativa;
 - ✓ Modalidades de descentralização administrativa.
- Regime Jurídico:
 - ✓ caracterização das pessoas públicas;
 - ✓ autarquias;
 - ✓ fundação;
 - ✓ sociedade de economia mista;
 - ✓ empresas estatais;
 - ✓ agências reguladoras;

- ✓ entidades paraestatais e terceiro setor.
- Serviços Sociais Autônomos:
 - ✓ sistema S.

Licitações

- Modalidades e procedimentos:
 - ✓ concorrência;
 - ✓ tomada de preços;
 - ✓ convite;
 - ✓ concurso;
 - ✓ leilão;
 - ✓ pregão.
- Parcerias Público-privadas;
- Concessões;
- Privatizações.

Planejamento e Orçamento

- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Plano Plurianual;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Carga horária (horas-aula)					
Teoria	60	Prática em Laboratório	00	Total	60 Horas- aula
Teoria (2,5)	50	Prática em Laboratório (2,5)	00	Total (2,5)	50 Horas- aula

Todos os componentes curriculares preveem prática, expressa nas habilidades relacionadas às competências. Para este componente curricular, não está prevista divisão de classes em turmas.

Para ter acesso às titulações dos Profissionais habilitados a ministrarem aulas neste componente curricular, consultar o site: <http://www.cpscetec.com.br/crt/>

ANEXO C – MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL								
Eixo Tecnológico	GESTÃO E NEGÓCIOS							
Habilitação Profissional	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO (Diurno – Manhã/Tarde)			Plano de Curso	340			
<p>Lei nº 9.394, de 20-12-1996; Lei nº 13.415, de 16-2-2017; Resolução CNE/CEB nº 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CEB nº 6, de 20-9-2012; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13-7-2010; Resolução SE nº 78, de 7-11-2008; decreto nº 5154, de 23-7-2004; Decreto nº 8.268, de 18-6-2014. Planode Curso aprovado pela Portaria Cetec – 1338, de 17-11-2017, publicada no Diário Oficial de 18-11-2017 – Poder Executivo – Seção I – página 42.</p>								
Base Nacional Comum Curricular	Componentes Curriculares	Carga Horária em Horas-aula				Carga Horária em Horas		
		1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Total			
		Língua portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional	120	120	120	360	300	
		Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional	80	80	80	240	200	
		Matemática	120	120	120	360	300	
		Arte	80	-	-	80	67	
		História	80	80	-	160	133	
		Geografia	80	80	-	160	133	
		Física	80	80	-	160	133	
		Química	80	80	-	160	133	
		Biologia	80	80	-	160	133	
		Educação Física	80	80	-	160	133	
		Filosofia	-	40	-	40	33	
		Língua Estrangeira Moderna – espanhol	-	-	*	*	*	
		Sociologia	-	-	40	40	33	
		Total da Base Nacional Comum Curricular	880	840	360	2080	1733	
	Formação Técnica e Profissional		Procedimentos e Técnicas Empresariais	80	-	-	80	67
			Legislação Empresarial	80	-	-	80	67
			Administração de Marketing e Processos Comerciais	80	-	-	80	67
			Projeto Integrador I e II	80	80	-	160	133
		Aplicativos Informatizados	-	80	-	80	67	
		Rotinas de Departamento Pessoal	-	80	-	80	67	
		Custos, Processos e Operações Contábeis	-	120	-	120	100	
		Administração de Recursos Humanos	-	-	80	80	67	
		Modelo de Negócios	-	-	120	120	100	
		Administração Financeira e Econômica	-	-	80	80	67	
		Administração da Produção e Serviços	-	-	80	80	67	
		Logística Empresarial	-	-	80	80	67	
		Fundamentos da Administração Pública	-	-	80	80	67	
		Tecnologia da Informação em Administração	-	-	80	80	67	
		Ética e Cidadania Organizacional	-	-	40	40	33	
	Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração	-	-	120	120	100		
	Total da Formação Técnica e Profissional	320	360	760	1440	1200		
	TOTAL GERAL DO CURSO	1200	1200	1120	3520	2933		
	Aulas semanais	30	30	28	-	-		
Componentes curriculares da Formação Técnica e Profissional com aulas integralmente práticas (100% da carga horária prática – em laboratório)	1ª Série	Administração de Marketing e Processos Comerciais; Procedimentos e Técnicas Empresariais; Projeto Integrador I.						
	2ª Série	Aplicativos Informatizados; Projeto Integrador II; Rotinas de Departamento Pessoal.						
	3ª Série	Modelo de Negócios; Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração (divisão de classes em turmas); Tecnologia da Informação em Administração.						
	1ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO						
	1ª + 2ª Séries	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO						
Certificados e Diploma	1ª + 2ª + 3ª Séries	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO						
Observações	* – Os conhecimentos da “Língua Estrangeira Moderna – Espanhol” serão desenvolvidos por meio de Conclusão de Curso: 120 horas. Horas-aula de 50 minutos (a carga horária não contempla o intervalo).							
						.Trabalho de		

O COMPONENTE FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

III.11 FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Função: Compreensão dos processos relacionados aos órgãos públicos

Classificação: Execução

Atribuições e Responsabilidades

Atuar de acordo com as diretrizes, dados e informações contidas no planejamento estratégico, tático e operacional da empresa; e, contribuir na formação e na gestão da equipe de trabalho.

Atribuições Empreendedoras

Reconhecer cenários vigentes.

Valores e Atitudes

Comprometer-se com a igualdade de direitos.

Promover ações que considerem o respeito às normas estabelecidas.

Responsabilizar-se pela produção, utilização e divulgação de informações.

Competências

1. Contextualizar a estrutura do setor público.
2. Identificar diferentes servidores públicos e suas atribuições previstas na Constituição Federal.
3. Identificar a melhor opção das modalidades de licitação.

Habilidades

- 1.1 Identificar os princípios que embasam as práticas da gestão pública.
- 1.2 Identificar os diferentes modelos de constituição de sociedades públicas e os serviços que prestam.
- 2.1 Distinguir as atribuições dos funcionários públicos previstas em texto legal.
- 3.1 Identificar as diferentes modalidades de licitação e sua aplicação.
- 3.2 Auxiliar nos processos licitatórios para contratação de serviços por órgãos públicos.

Orientações

Este componente sugere simulações de diferentes tipos de licitação, bem como visitas técnicas aos órgãos públicos abrangidos neste conteúdo.

Bases Tecnológicas

Princípios do Direito Administrativo

- Princípio do interesse público;
- Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado;
- Princípio da legalidade;
- Princípio da moralidade (ou da probidade administrativa);
- Princípio da impessoalidade;
- Princípio da publicidade;
- Princípio da finalidade;
- Princípio da indisponibilidade do interesse público;
- Princípio da continuidade;
- Princípio da autotutela;
- Princípio da motivação (ou fundamentação);
- Princípio da razoabilidade;
- Princípio da isonomia (ou da igualdade);
- Princípio do controle judicial;
- Princípio da hierarquia;
- Princípio do poder-dever;
- Princípio da eficiência;

- Princípio da presunção de legitimidade (ou da presunção da veracidade do ato administrativo);
- Princípio do auto executoriedade;
- Princípio da especialidade.

Estrutura da Gestão Pública

- Administração Direta:
 - ✓ Estados, Municípios e União;
 - ✓ Ministérios;
 - ✓ Secretarias.
- Administração Indireta:
 - ✓ descentralização e desconcentração;
 - ✓ descentralização política e administrativa;
 - ✓ Modalidades de descentralização administrativa: territorial, por serviços, por colaboração.
- Regime Jurídico da Administração Pública:
 - ✓ caracterização das pessoas públicas;
 - ✓ autarquias;
 - ✓ fundação;
 - ✓ sociedade de economia mista;
 - ✓ empresas estatais;
 - ✓ agências reguladoras;
 - ✓ entidades paraestatais e terceiro setor.
- Serviços Sociais Autônomos:
 - ✓ sistema S: SESC, SENAC, SEST, SENAI, SENAR E SEBRAE.

Servidores Públicos

- Agentes Públicos: agentes políticos; servidores públicos; militares.
- Cargo, emprego e função: regime jurídico do servidor; condições de ingresso.

Licitações

- Modalidades e procedimentos:
 - ✓ concorrência;
 - ✓ tomada de preços;
 - ✓ convite;
 - ✓ concurso;
 - ✓ leilão;
 - ✓ pregão.
- Parcerias Público-privadas;
- Concessões;
- Privatizações.

Planejamento e Orçamento


- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Plano Plurianual;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Carga horária (horas-aula)					
Teoria	80	Prática em Laboratório*	00	Total	80 Horas-aula

Todos os componentes curriculares preveem prática, expressa nas habilidades, relacionadas às competências. Para este componente curricular, não está prevista divisão de classes em turmas.

Para ter acesso às titulações dos Profissionais habilitados a ministrarem aulas neste componente curricular, consultar o site: <http://www.cpscetec.com.br/crt/>

ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/CARTA DE ANUÊNCIA: CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS




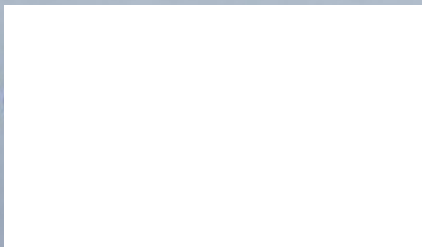
Câmara Municipal de Assis
ESTADO DE SÃO PAULO

AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/CARTA DE ANUÊNCIA

Pelo presente instrumento, declaramos que temos o conhecimento, e, estamos de acordo com a metodologia proposta, autorizo a execução da pesquisa/sequência didática intitulada "ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político" desenvolvida pelo pesquisador responsável Fábio Silvério da Silva Júnior – R.A.: 2234440, sob orientação do Prof. Dr. Jair de Oliveira, da dissertação intitulada: "Estratégias de ensino político na educação básica: Contribuições para o desenvolvimento de cidadão com senso crítico e governamental", do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Colocamos a disposição para eventuais apoios na execução da atividade, e, parabenizamos e agradecemos antecipadamente, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários

Assis, 26 de agosto de 2021.



49.898.521/0001-05
CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS
Rua José Bonifácio, 1001
Baixo Leblon - CEP 19800-072
ASSIS - SP

ANEXO E – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/CARTA DE ANUÊNCIA: ETEC PEDRO D'ARCÁDIA NETO



AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/CARTA DE ANUÊNCIA

Pelo presente instrumento, declaramos que temos o conhecimento, e, estamos de acordo com a metodologia proposta, autorizo a execução da pesquisa/sequência didática intitulada “ETEC na Câmara: Escola de conhecimento político” desenvolvida pelo pesquisador responsável Fábio Silvério da Silva Júnior – R.A.: 2234440, sob orientação do Prof. Dr. Jair de Oliveira, da dissertação intitulada: “Estratégias de ensino político na educação básica: Contribuições para o desenvolvimento de cidadão com senso crítico e governamental”, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Colocamos a disposição para eventuais apoios na execução da atividade, e, parabenizamos e agradecemos antecipadamente, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários

Assis, 26 de agosto de 2021.

62.823.257/0095-80

ETEC PEDRO D'ARCÁDIA NETO

Rua Senhor do Bonfim, 1226
Vila Xavier – CEP 19802-130
Assis – SP.